UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

MICHEL PATRIC WUNDERLICH

**Carl Hempel e a questão da explicação histórica: modernidade,
filosofia científica e o “covering-law model debate”**

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo
2018

MICHEL PATRIC WUNDERLICH

**Carl Hempel e a questão da explicação histórica: modernidade,
filosofia científica e o “covering-law model debate”**

VERSÃO CORRIGIDA

Dissertação apresentada à Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para obtenção de
título do mestre em ciências.

Área de concentração: História Social

Orientador (a): Profa. Dra. Sara Albieri

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Sara Albieri', with a stylized, cursive script.

06/07/2018

São Paulo
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

W965c Wunderlich, Michel Patric
Carl Hempel e a questão da explicação histórica:
modernidade, filosofia científica e o "covering-law
model debate" / Michel Patric Wunderlich ;
orientadora Sara Albieri. - São Paulo, 2018.
122 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de História. Área de concentração:
História Social.

1. História Intelectual. 2. Teoria e Filosofia da
História. 3. História da Ciência. 4. Filosofia
Analítica da História. 5. Filosofia das Ciências
Humanas. I. Albieri, Sara, orient. II. Título.

WUNDERLICH, Michel Patric. **Carl Hempel e a questão da explicação histórica:** modernidade, filosofia científica e o “covering-law model debate”. Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____
Instituição _____

Julgamento _____
Assinatura _____

Prof. Dr. _____
Instituição _____

Julgamento _____
Assinatura _____

Prof. Dr. _____
Instituição _____

Julgamento _____
Assinatura _____

Prof. Dr. _____
Instituição _____

Julgamento _____
Assinatura _____

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dr. Sara Albieri pela recepção e acolhimento intelectual na Universidade de São Paulo.

Ao Prof. Dr. Alberto Oscar Cupani pela inspiração e apoio desde os meus tempos de UFSC, além do estímulo para que eu viesse trabalhar na Universidade de São Paulo.

Ao Prof. Osvaldo Pessoa Júnior pela atenção, estímulo e pelas valiosas sugestões ao projeto.

Ao professor Miguel Palmeira pelo acolhimento e pelas valiosas sugestões ao trabalho.

À Fabiana Marchi dos Santos pelo carinho e companhia, elementos fundamentais para a realização desse trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de mestrado e pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa.

À secretaria de pós-graduação pela permanente disposição em auxiliar nos diversos procedimentos burocráticos.

Ao Departamento de História da Universidade de São Paulo, pela oportunidade de realização do curso.

RESUMO

WUNDERLICH, Michel Patric. **Carl Hempel e a questão da explicação histórica:** modernidade, filosofia científica e o “covering-law model debate”. 2018. 105 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Antes da publicação do artigo as “A Função das Leis Gerais em História” de Carl G. Hempel em 1942 havia pouco interesse da filosofia em língua inglesa sobre a história entendida como disciplina nas primeiras décadas do século XX. Os estudos existentes se restringiam principalmente a quatro trabalhos: os primeiros volumes do “Um Estudo de História” de Arnold Toynbee (1889-1975), um capítulo do “Experiência e seus modos” de Michael Oakeshott (1901-1990), um livro sobre relativismo de Maurice Mandelbaum (1908-1987) intitulado “O problema do conhecimento histórico” e a “Autobiografia” de Robin Collingwood (1889-1943). Nesse artigo Hempel defende que a história é um conhecimento que deveria mostrar que um evento em causa não era ‘questão de acaso’, mas que seria previsível em virtude de certos antecedentes. Essa expectativa não constituiria profecia ou adivinhação, mas antecipação científica racional baseada na aplicação de leis gerais. Ainda que o artigo não tenha chamado a atenção nos anos imediatamente posteriores a sua publicação em 1942, logo depois do final da Segunda Guerra Mundial a situação se modificou drasticamente havendo uma proliferação de artigos e livros sobre o tema. O motivo fundamental dessa mudança de interesse entre os filósofos foi o artigo de Carl Hempel e sua recepção, especialmente depois de sua inclusão numa antologia bastante conhecida organizada por Herbert Feigl e Wilfrid Sellars em 1949, e em outra coletada por Patrick Gardiner dez anos depois. Tendo em vista a carência de informações sobre o contexto histórico, social e político das origens europeias da filosofia analítica antes da Segunda Guerra Mundial e, em especial da escassez de trabalhos que articulem esse contexto com a produção intelectual de seus principais representantes, desenvolvemos esse trabalho. Pretende-se mostrar nesse trabalho que o contexto formativo de Hempel, realizado especialmente no cenário educacional das universidades alemãs fizeram dele um portador particularmente bem-sucedido do debate acerca do estatuto epistemológico das ciências do homem, até então restrito àquela comunidade, para o cenário filosófico anglo-saxão.

Palavras-chave: Carl Hempel, modernidade, filosofia científica, explicação histórica, leis gerais.

ABSTRACT

WUNDERLICH, Michel Patric. **Carl Hempel and the question of historical explanation:** modernity, scientific philosophy and the "covering-law model debate". 2018. 120 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Prior to the publication of the paper, "The Role of General Laws in History" by Carl G. Hempel in 1942 there was little interest in English-language philosophy about history understood as a discipline in the early decades of the twentieth century. Existing studies were restricted mainly to four works: the first volumes of Arnold Toynbee's "A Study of History" (1889-1975), a chapter of Michael Oakeshott's "Experience and Manners" (1901-1990), a book on relativism of Maurice Mandelbaum (1908-1987) entitled "The Problem of Historical Knowledge" and the "Autobiography" of Robin Collingwood (1889-1943). In this article, Hempel argues that history is a knowledge that should show that an event in question was not a matter of chance, but that it would be predictable by virtue of certain antecedents. This expectation would not constitute prophecy or divination, but rational scientific anticipation based on the application of general laws. Although the article did not draw attention in the years immediately after its publication in 1942, soon after the end of World War II the situation changed dramatically, with a proliferation of articles and books on the subject. The fundamental motive of this change of interest among the philosophers was Carl Hempel's article and reception, especially after its inclusion in a well-known anthology organized by Herbert Feigl and Wilfrid Sellars in 1949, and another one collected by Patrick Gardiner ten years later. In view of the lack of information on the historical, social and political context of the European origins of analytical philosophy before World War II, and especially the scarcity of works that articulate this context with the intellectual production of its main representatives, we have developed this work. We intend to show in this work that Hempel's formative context, especially on the educational scene of the German universities, made him a particularly successful bearer of the debate about the epistemological status of the human sciences, hitherto restricted to that community, to the Anglo- Saxon.

Keywords: Carl Hempel, modernity, scientific philosophy, historical explanation, general laws.

Sumário

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 - O CENÁRIO INTELECTUAL ALEMÃO E O NASCIMENTO DA FILOSOFIA CIENTÍFICA	14
1.1 Hempel no cenário intelectual de seu tempo	14
1.2 Cultura, economia e sociedade.....	30
1.3 Os intelectuais mandarins e a tradição mandarim nas universidades	36
CAPÍTULO 2 - A FILOSOFIA CIENTÍFICA NO CONTEXTO DO DEBATE DAS GEISTESWISSENSCHAFTEN NA ALEMANHA	44
2.1 Ambiente intelectual e político dentro das universidades na República de Weimar	44
2.2 Empirismo lógico e o espírito de Weimar: modernismo	51
2.3 A filosofia natural e a filosofia humanística como modelo das ciências humanas no século XVIII.....	57
2.4 Tradição naturalista.....	59
2.5 A revitalização das ciências humanas no século XIX.....	64
2.6 A crítica do idealismo alemão, a crise da filosofia e a influencia do positivismo	65
CAPÍTULO 3 - A FILOSOFIA CULTURALISTA NO CONTEXTO DO DEBATE DAS GEISTESWISSENSCHAFTEN NA ALEMANHA	72
3.1 A tradição culturalista	72
3.2 <i>Aufklärung</i> e as bases filosóficas do culturalismo alemão	73
3.3 As bases intelectuais do pensamento social culturalista	75
3.4 O debate das <i>Geisteswissenschaften</i>	78
3.5 Importância da História entre as ciências humanas	81
3.6 Elementos importantes da Tradição Histórica Alemã	84
CAPÍTULO 4 - RECEPÇÃO E IMPACTO DO ARTIGO “AS FUNÇÕES GERAIS EM HISTÓRIA” NA FILOSOFIA ANALÍTICA DE LÍNGUA INGLESA	86
4.1 O Grupo de Berlim e a Sociedade de Filosofia Científica	86
4.2 O contexto do debate anterior sobre o estatuto epistemológico das ciências humanas em língua alemã	90
4.3 O artigo e sua relação com o debate anterior do estatuto das ciências humanas em língua alemã	93
4.4 As teses do artigo	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS	110

INTRODUÇÃO

No século XVIII a filosofia natural já havia se consagrado como o mais confiável e autorizado sistema de conhecimento da época, o que a transformou no modelo mais imitado nas outras áreas do conhecimento, inclusive no pensamento político e na filosofia moral. Foi também nesse período que sua influência formativa no pensamento social tornou-se mais destacada perdurando quase incontestável enquanto modelo até o final do século XIX quando uma concepção alternativa, “culturalista”, surgiu na Alemanha (PORTER, 2008; HEILBRON, 2008). O surgimento dessa concepção culturalista se deu em meio ao que foi chamado de “debate das Geisteswissenschaften ou das ciências do espírito” nas décadas imediatamente anteriores e posteriores a 1900 (HEILBRON, 2008).

O principal estímulo para o debate foi a tradução e recepção das obras dos pais do positivismo. O Curso de Filosofia Positiva de Auguste Comte (1798-1857) apareceu primeiro na Alemanha em 1840, seguido logo após pelo Sistema de Lógica de John Stuart Mill (1806-1873), o qual foi traduzido em 1862. Duvidando da autonomia das ciências humanas, esses dois pensadores insistiam que o modelo dessas áreas era o mesmo aplicado nas ciências naturais e que, portanto, deveria explicar seus eventos por meio de leis gerais (BEISER, 2013).

A partir de 1880, as principais contribuições ao debate ocorreram como uma resposta a essa corrente positivista. Ao fim desse século haviam basicamente três posições envolvidas. O positivismo de Comte, Mill e Mach. A posição de Dilthey enfatizando, contra os argumentos positivistas, a especificidade do método interpretativo das ciências do espírito. E por último, havia a posição de Wilhelm Windelband e Heinrich Rickert os quais cunharam e desenvolveram, a partir de 1894, a influente distinção entre ciências nomotéticas e ciências ideográficas. O objetivo das ciências nomotéticas era a busca de leis e o objetivo das ciências ideográficas, aí se encaixava a História, consistia na descrição de objetos individuais significativos. Ainda que Dilthey, Windelband e Rickert pudessem divergir em alguns pontos, compartilhavam o mesmo objetivo: identificar os métodos e/ou objetos de estudos específicos que justificassem a defesa de um estatuto independente das ciências do espírito, além de oferecer um sistema dessas ciências que as articulasse entre si (ANDERSON, 2003).

Carl Gustav Hempel nasceu numa cidade próxima a Berlim em 1905. Realizou seus estudos secundários num Realgymnasium, escola onde se dava maior ênfase nas ciências naturais. Entre 1923 e 1934 quando terminou seu doutorado na Universidade de Berlim já havia estudado matemática, física e filosofia em Göttingen, Heildelberg e Viena.

O período mais importante na formação de Hempel foi na Universidade de Berlim pois aí estabeleceu fortes ligações com um grupo de intelectuais organizados em torno do professor Hans Reichenbach, interessados nos fundamentos lógicos e filosóficos da ciência e na divulgação dos últimos resultados científicos (MILKOV, 2013). Conhecidos pela sua postura fortemente empirista e positivista, se contrapunham à filosofia acadêmica hegemônica de linha idealista (RICHARDSON, 2007).

Em 1938 com a ascensão do fascismo na Alemanha, Hempel, assim como a maioria dos intelectuais do seu círculo que eram judeus, emigrou para os Estados Unidos. Naturalizado em 1939 torna-se professor nas universidades Queens College, Harvard, Yale, Princeton e Pittsburgh. Seu artigo “A função das leis gerais na história” é escrito no período do Queens College.

Esse artigo de Hempel foi publicado em língua inglesa no Journal of Philosophy no ano de 1942. Nesse período, entre 1940 e 1948, enquanto professor no Queens College em Nova Iorque (JEFFREY, 2000), escreveu muitos artigos fundamentais para o estabelecimento da filosofia analítica nos E.U.A. Essas publicações, paradigmáticas quanto à aplicação da lógica simbólica à teoria da ciência, tornaram-se sua marca registrada (FETZER, 2000).

Nesse artigo, Hempel defendia que o interesse da história consiste em estabelecer eventos particulares e não as leis que os governam. Contudo, argumentava que essa visão de nenhuma maneira desobrigava o historiador de pressupor o conhecimento de tais leis. Segundo ele as leis são elementos necessários às explicações, possuindo a mesma função teórica na história e nas ciências naturais. A história, afirma esse filósofo, é um conhecimento que deveria “[...] mostrar que o evento em causa não foi 'questão de acaso', mas [que] era de esperar em virtude de certos antecedentes [...]”. Tal expectativa, porém, “não era profecia nem adivinhação, [mas] antes antecipação científica racional que se baseia na admissão de leis gerais.” (HEMPEL, p.426, 1984).

O artigo de Hempel dialoga com todas as correntes do debate alemão mencionado anteriormente, trazendo-as ao cenário filosófico de língua inglesa onde ainda não existiam. De um lado, a tese da unificação das ciências esposada por Hempel está estreitamente relacionada com a de Mill (D'Oro, 2009) e Ernst Mach, na medida em que considera que suas considerações sobre a função teórica das leis também se aplicam à História (HEMPEL, 1942). Mach, discípulo de Mill, tornou-se o representante mais influente dessa corrente na Alemanha no fim do século XIX e por todo o ocidente no século XX (HARRÉ, 2003). Também sabemos que ele foi um pensador guia do empirismo lógico, doutrina sob a qual Hempel e seu círculo era conhecidos. Mach dotou algumas das principais teses dessa corrente, além de lançar o projeto filosófico que essa corrente desenvolverá ao longo do século XX (MILKOV, 2013). Esse projeto consistia em reduzir todos os conceitos teóricos da ciência mais abstratos a conjuntos de sensações logicamente organizadas (ou seja, a uma combinação de fórmulas lógicas e dados empíricos). O esforço do artigo de Hempel é uma aplicação desse procedimento ao conceito de explicação.

Em conformidade com vários historiadores da filosofia (BAMBACH, 2009; D'ORO, 2009; DRAY, 2000), Hempel também tinha familiaridade com os autores neo-kantianos cujas teorias criticava. Ainda que não os cite diretamente, é possível perceber essa influência em várias passagens do artigo de 1942. Hempel declara, por exemplo, que na sua época havia uma opinião amplamente difundida. Segundo ela a história, ao contrário das ciências naturais, estava preocupada com a descrição de eventos particulares (HEMPEL, 1942). Essa tese foi articulada e difundida através dos trabalhos já mencionados de Windelband e Rickert, através da dicotomia nomotético/ideográfico. Outra teoria muito difundida, alternativa a neokantiana, à qual se referia Hempel sem citar nomes, é aquela do método da compreensão, estreitamente relacionada com Dilthey e Weber (DRAY, 2000).

Havia pouco interesse da filosofia sobre a história entendida como disciplina no período do século XX anterior ao artigo de Hempel (MANDELBAUM, 1977). Os estudos existentes se restringiam a quatro trabalhos: os primeiros volumes do “Um Estudo de História” de Arnold Toynbee (1889-1975), um capítulo do “Experiência e seus modos” de Michael Oakeshott (1901-1990), um livro sobre relativismo de Maurice Mandelbaum (1908-1987) intitulado “O problema do conhecimento histórico” e a “Autobiografia” de Robin Collingwood (1889-1943) (DRAY, 2000).

O artigo de Hempel, contudo, não atraiu a atenção nos anos imediatamente posteriores a sua publicação em 1942. Entretanto, logo depois do final da segunda guerra mundial, a situação se modificou drasticamente (MANDELBAUM, 1977, DRAY, 2000). De repente, houve uma proliferação de artigos e livros sobre o tema, inclusive acompanhada da criação de um jornal em 1960, “*History and Theory*”, especialmente criado para acomodar e monitorar essa florescente discussão (DRAY, 2000). O motivo fundamental dessa enorme mudança foi, segundo alguns filósofos, o artigo de Carl Hempel e sua recepção, especialmente depois de sua inclusão numa popular antologia organizada por Herbert Feigl e Wilfrid Sellars em 1949, e outra por Patrick Gardiner dez anos depois (MANDELBAUM, 1977; DRAY, 1977).

O primeiro livro que analisou o artigo de Hempel foi o “A natureza da explicação histórica” de Patrick Gardiner (1952) (DRAY, 2000). Não obstante tenha feito algumas críticas ao modelo hempeliano, ele é conhecido como seu defensor juntando-se a outros filósofos como John Passmore (1958, 1962), May Brodbeck (1962), Robert Stover (1967) e Morton White (1965), para citar alguns dos mais conhecidos.

A figura mais importante, entretanto, segundo vários comentadores do debate (FETZER, 2000, ATKINSON, 1978, DONAGAN, 1964, MANDELBAUM, 1977), foi o filósofo William Dray. Em seu “Leis e explicação em história” (1957), ele rejeitou a posição de Hempel por várias razões. Dray defendia que uma lei de cobertura não era uma condição necessária ou mesmo suficiente de uma explicação histórica. A explicação sociológica da Revolução Francesa, em termos de uma lei conectando revoluções, descrita em termos gerais, com uma situação social antecedente, também descrita em termos gerais, não contaria como histórica. Para Dray o detalhe das ações dos indivíduos humanos era essencial à história.

Além disso, esse filósofo ofereceu, como uma alternativa ao modelo de Hempel, um ‘modelo de série continua’ que consistiria na descrição detalhada dos antecedentes de um evento. Por último, esse filósofo também atribuía grande valor às explicações racionais ou intencionais, cuja lógica, segundo argumentava, diferia das explicações legais. Outros principais filósofos que responderam criticamente ao artigo seminal de Hempel foram Arthur Danto (1965), Alan Donagan (1957, 1964), Michael Scriven (1959), Walter Gallie (1964) e Louis Mink (1966).

Vários comentadores afirmam que o artigo de 1942 inaugurou um verdadeiro programa de pesquisa na filosofia de língua inglesa entre as décadas de 50 e 60 (BELL,

1994; MARTIN, 1981; TUCKER, 1997; 2001; ANKERSMIT, 2009, DRAY, 2000). Através dele, Hempel propiciou uma agenda amplamente aceita que capturaria e manteria a atenção de um considerável grupo de filósofos e de seus estudantes por mais de uma geração (DRAY, 2000). O modelo de explicação por lei de cobertura apresentado por Hempel tornou-se o núcleo desse paradigma na medida em que concentrou o debate filosófico sobre a história na análise lógica da explicação (TUCKER, 2001)

Esse paradigma da filosofia da história, no entanto, foi deixando de atrair o interesse dos filósofos conforme a década de sessenta foi terminando (ZAMMITTO, 2009; ANKERSMIT, 2009). A partir de então, de acordo com o filósofo Frank Ankersmit, instalou-se uma tendência em ver os argumentos explicativos tratados por Hempel como meros componentes do texto historiográfico, que deveria ser objeto de esclarecimentos como um todo. A concepção narrativista da história foi tema de reflexões teóricas pelas duas décadas seguintes. O arrefecimento dessa discussão, contudo, volta a oferecer espaço para a retomada da questão acerca da natureza do conhecimento histórico, daí a oportunidade de recuperar a história intelectual do paradigma hempeliano.

CAPÍTULO 1 - O CENÁRIO INTELECTUAL ALEMÃO E O NASCIMENTO DA FILOSOFIA CIENTÍFICA

1.1 Hempel no cenário intelectual de seu tempo

Hempel foi unanimemente reconhecido como um personagem influente entre os filósofos da ciência, como mostram James Fetzer (2000), Richard Jeffrey (2000) e Wesley Salmon (1999). Seu papel na disseminação do empirismo lógico nos países de língua inglesa, corrente então restrita ao universo europeu até a década de 1930, foi igualmente relevante. Tendo recebido sua formação acadêmica na Alemanha e na Áustria, lugar de florescimento dessa filosofia científica nas primeiras décadas do século XX, carregou essa marca no seu pensamento ao longo de toda sua vida, mesmo que ela tivesse mais vívida nos primeiros anos de carreira. Foi nesse período que ele escreveu o artigo “A função das leis gerais na história” em 1942, seu terceiro artigo depois de se instalar definitivamente nos Estados Unidos. Esse e outros artigos contíguos ao longo da década de 1940 e 1950 foram suficientes para consagrá-lo como um dos grandes representantes e disseminadores dessa tendência nesse país. Ao lado de pensadores como Reichenbach, Carnap e Feigl, foi um dos grandes responsáveis pela consolidação da visão extremamente influente chamada de “visão recebida da ciência”, fruto do empirismo lógico, no meio filosófico anglófono (LORENZANO & DÍEZ, 2002). Tal corrente filosófica esteve essencialmente preocupada com a análise lógica do que esses intelectuais consideravam ser as estruturas fundamentais da ciência: teoria, hipótese, confirmação, explicação. Devemos ressaltar que Hempel, apesar de ser referência em todos esses temas (FETZER, 2000), teve uma importância fundamental na apropriação, por meio dos instrumentos intelectuais do empirismo lógico, dessa última, a explicação. Foi exatamente sobre esse tema, confirma o filósofo da ciência Wesley Salmon (1999), que Hempel foi mais proeminente e no qual sua contribuição se tornou mais influente. Isso é assim porque, como declara Salmon, os proponentes desse movimento filosófico tinham muita resistência quanto ao conceito de explicação. Quanto ao interesse pelo conceito por parte dos “filósofos cientificamente-orientados” e “cientistas filosoficamente-orientados” no início do século XX, ele identifica uma atitude dominante. Nas suas palavras “Em geral, eles mantinham que não existia tal coisa chamada de explicação científica [...]” de tal modo que isso “[...] estava além da ciência,

mas sim em campos como a metafísica e a teologia”¹ (SALMON, 1999, p. 338).

Não obstante o fato de alguns declararem ser Hempel, e não Carnap ou Reichenbach, o indivíduo que melhor personificasse o empirismo lógico na América do Norte (GIERE, 1996), ainda assim ele fez críticas fundamentais à corrente, sendo igualmente conhecido por muitos filósofos como um intelectual que, a partir de seus artigos críticos da década de 1950, também contribui para uma reavaliação do empirismo lógico (SALMON, 1999; FETZER, 2000).

Segundo relato biográfico concedido quatro anos antes de sua morte ao filósofo da ciência Richard Nollan, temos as seguintes informações sobre sua juventude. Hempel nasceu numa pequena cidade próxima de Berlim em 1905. Nesse lugar teve sua primeira formação numa “escola de vila” (HEMPEL, 2000). Sabemos por meio de especialistas da área que essas escolas, *Volksschulen*, como eram chamadas, formavam a maioria das crianças alemãs, ensinando-as a ler, escrever, aritmética e religião “[...] sob um regime da mais rigorosa disciplina” (RINGER, 2000, p. 43). Logo após esse período, continua Hempel, seu pai, tendo se tornado servidor público da cidade de Berlim, levou o menino e o resto da família para morar num distrito agrícola no subúrbio dessa cidade onde trabalhava. Foi aí que Hempel realizou seus estudos secundários num *Realgymnasium*, onde teve aulas de Latim, Francês, Inglês, matemática e física. Essa parte de sua educação teve grande influência na escolha de sua carreira acadêmica voltada para as ciências. Isso fica claro quando ele ressalta que nessa escola “[...] havia uma boa dose de ênfase em matemática e física” além de reconhecer que teria sido “[...] influenciado pelas pessoas que ensinavam ciência e matemática”. Isso a tal ponto que o fez pensar, àquela época, que “[...] gostaria de estudar especialmente matemática e física” (HEMPEL, 2000, p. 3-4).

Ainda segundo esse filósofo, em 1923, após concluir seus estudos secundários e estimulado pelo exemplo de alguns de seus professores, entre os quais boa parte tinha formação superior, como declarava Hempel, ele decidiu continuar seus estudos em nível superior. Na Universidade de Göttingen encontra muitas figuras importantes do meio científico. Nesse lugar teve aulas com influentes matemáticos e lógicos da época tais como David Hilbert, Edmund Landau e Heinrich Behmann. Também podemos verificar o impacto desse período na carreira posterior de Hempel. Afinal, algumas das marcas intelectuais permanentes ao longo de sua obra são por um lado, o interesse pela lógica

¹ Todas as obras em língua estrangeira citadas nessa dissertação foram traduzidas pelo próprio autor.

matemática, cuja aplicação filosófica poderemos constatar mais adiante na análise do seu artigo sobre explicação histórica, e, por outro lado, o interesse pela matemática, sobre a qual empreende muitas análises filosóficas posteriores. Ao que Hempel (2000) nos declara, foi nessa época de Gottingen, especialmente por influência de Hilbert e de seu programa de reconstrução axiomática da matemática, que teria se interessado por lógica matemática e fundamentos da matemática. O interesse por esses temas, segundo nos conta Hempel, teria permanecido, mesmo depois de um semestre não muito profícuo na Universidade de Heildelberg em 1924, cuja lembrança Hempel julgava irrelevante. Esse interesse, continua o filósofo, o teria levado posteriormente a se especializar em filosofia da matemática e da ciência em Berlim, cujo resultado foi sua tese *Beitrag zur logischen Analyse des Wahrscheinlichkeitsbegriffs* defendida em 1934. Posteriormente foi traduzida para o inglês como “Contribuições a análise lógica do conceito de probabilidade” (FETZER, 2000).

No inverno de 1925, quando inicia seus estudos na Universidade de Berlim, Hempel sofre um dilema. Ele nos conta que, embora desejasse seguir prontamente no doutorado e assim trilhar uma carreira acadêmica, não tinha condições financeiras para manter-se como um professor instrutor (*privatdozent*). Tanto Hempel, nessa autobiografia, quanto Fritz Ringer (2000), um especialista no sistema educacional alemão, explicam que esse tipo de professor não ganhava salário, mas deveria viver de honorários ou de uma fração deles pagos por aulas avulsas. O problema é que, além das matérias dadas pelos instrutores serem geralmente muito especializadas, as matérias fundamentais que a maioria dos alunos procurava eram dadas pelos professores titulares. Para contornar tal situação, afirma Hempel, buscou preparar-se para ser um professor secundário de ciências, profissão na qual teria mais chance de se manter. Podemos verificar que essa difícil situação, contudo, constituiu-se em uma experiência com efeitos positivos e duradouros na sua carreira docente. Isso se fomos levar em consideração as qualidades docentes frequentemente ressaltadas pelos relatos de seus célebres ex-alunos (FETZER, 2000; JEFFREY, 2000) e os relatos do próprio Hempel sobre o rigor da preparação didático-pedagógica. Segundo nos conta, foram dois anos de uma sistemática e intensa preparação teórica e prática. Hempel lembra ainda que o treinamento acontecia nas escolas com o auxílio de professores altamente equipados que os supervisionavam e treinavam, e pelos quais tinha um considerável respeito.

Após passar alguns anos vivendo como professor secundário, afirma ele, finalmente termina seu doutorado em 1934. Durante sua permanência em Berlim

manteve uma estreita relação com Hans Reichenbach, seu primeiro orientador, além de colaborar com o Grupo de Berlim do qual seu orientador foi o líder. Como mencionamos acima, apesar de seu vivo interesse por lógica e ciências, nutrido pelo impacto de sua formação realizada até esse momento, só foi durante os cursos desse que Hempel acabou se decidindo pela filosofia. Infelizmente Reichenbach foi afastado do seu cargo em 1933, por conta das leis anti-judaicas estabelecidas pelo novo chanceler alemão Adolf Hitler, situação que obrigou Hempel a completar seu trabalho acadêmico sob a supervisão do psicólogo da Gestalt Wolfgang Koehler e do filósofo Nicolai Hartmann (FETZER, 2000).

Depois de completar seu doutorado, segundo sua autobiografia (HEMPEL, 2000), decide que deveria deixar a Alemanha aceitando, logo em seguida, o convite de Paul Oppenheim para acompanhá-lo a Bruxelas, onde estabeleceram uma colaboração de 1934 até 1937. No inverno de 1937 a 1938, continua, trabalha como pesquisador associado junto a Carnap na Universidade de Chicago, período depois do qual volta a Bruxelas. Em 1939 retorna definitivamente aos Estados Unidos onde se torna cidadão norte-americano em 1940. Nesse mesmo ano já trabalhava como professor assistente no Queen's College em Nova Iorque, onde permanece até 1948. Na opinião de Fetzer (2000), foi nesse intervalo que aparecem alguns dos mais importantes dos seus primeiros artigos incluindo “A Função das Leis Gerais na História” (1942), “Uma Definição Puramente Sintática de Confirmação” (1943), “Estudos em Lógica da Confirmação” (1945c), “Geometria e Ciência Empírica” (1945a) e, com Paul Oppenheim, “Estudos em Lógica da Explicação” (1948).

A corrente filosófica do empirismo lógico, na qual Hempel se forma e depois contribui para sua disseminação, conforme estudos de especialistas (STADLER, 2007; RICHARDSON, 2007; HOFFMANN, 2007; GIERE, 1993), foi um movimento intelectual que se originou e desenvolveu entre a década de 1920 e início da década 1930 na Europa Central. Segundo esses autores, essa tendência foi fruto do interesse de um grupo de filósofos “cientificamente-orientados” e cientistas “filosoficamente-orientados” preocupados com o estado do conhecimento científico e filosófico da época. Ainda segundo esses estudiosos, podemos destacar igualmente que essa corrente filosófica, também denominada por eles de filosofia científica, deveria se constituir, em vista da avaliação dos seus adeptos em relação ao panorama intelectual da época, em um programa para a filosofia.

Essa corrente, segundo os autores referidos, era representada por dois principais

grupos que se situavam em dois principais polos. Na Alemanha havia o Grupo de Berlim, cidade de Hempel, que era uma reunião informal de intelectuais e cientistas em torno do filósofo alemão Hans Reichenbach. Na Áustria havia um agrupamento semelhante de pensadores reunidos em torno do filósofo alemão Moritz Schlick, depois denominado Círculo de Viena.

O termo “empirismo lógico”, nome reclamado posteriormente pelos integrantes desse grupo e pelo qual a sua filosofia se tornou conhecida a partir do final da década de 1930 e principalmente na sua fase anglófona, foi cunhado de forma independente em diferentes períodos por dois intelectuais. Segundo o historiador da filosofia Nicolai Milkov (2013), primeiro foi usada pelo vienense Otto Neurath em 1931 e, posteriormente, pelo berlinense Reichenbach de forma independente em 1936, com o artigo “Empirismo lógico na Alemanha e o estado atual de seus problemas”.

Além dessas agremiações mais informais cada um dos grupos também mantinha uma instituição juridicamente estabelecida com objetivos estratégicos específicos. A Sociedade de Filosofia Científica, criada em Berlim, e a Associação Ernst Mach, criada em Viena, pretendiam estabelecer um contato mais amplo com a sociedade². Ainda que fossem um tipo de tendência intelectual dissidente no contexto da filosofia acadêmica alemã (GIERE, 1993; RINGER, 2000), mantiveram estreito contato com vários outros centros de vida intelectual na Europa nas décadas de 1920 e 1930, tais como Praga, onde dois integrantes também trabalharam por várias vezes: Philip Frank e Rudolf Carnap, e Varsóvia, então casa do proeminente grupo de estudos em lógica matemática, incluindo Alfred Tarski (RICHARDSON, 2007).

Fridrich Stadler, uma das maiores autoridades sobre a história do Círculo de Viena, afirma que esse grupo já vinha se encontrando regularmente desde 1924, mas só veio a se tornar público em setembro de 1929, quando através do seu polêmico e influente manifesto filosófico, intitulado “*Wissenschaftliche Weltauffassung. Der Wiener Kreis*” (A visão científica do mundo. O círculo de Viena), se apresentou à comunidade científica na Conferência de Epistemologia das Ciências Exatas em Praga³. A publicação e o evento marcaram, segundo esse estudioso, a fase pública do grupo a

²É importante ressaltar que as idéias que circulam, assim como os programas de estudo seguidos dentro de um grupo acadêmico reunido por um tema comum, tem um espaço menos coercitivo para florescerem. Isso não ocorre num espaço institucional público que exige uma preocupação diferenciada com a forma e as pautas adequadas ao público geral. Além disso também existe algum controle sobre o tipo de idéias que os integrantes pretendem vincular ao grupo por meio dessas pautas.

³Essa conferência foi uma organização conjunta da Associação Ernst Mach de Viena com a Sociedade de Filosofia Empírica baseada em Berlim e contava com a participação da Associação dos Matemáticos (cf. STADLER, 2007, p. 14).

partir da qual estabeleceram contatos internacionais, especialmente na França e no mundo anglófono. De acordo com Alan Richarson (2007), estudioso norteamericano da história da filosofia científica, entre seus integrantes assíduos estavam o cientista social vienense Otto Neurath (1882-1945), o matemático vienense Hans Hahn (1879–1934) e o filósofo alemão Rudolf Carnap (1891–1970) -- autores do manifesto -- além de Herbert Feigl e Friedrich Waismann, membros mais jovens, orientados do filósofo alemão Moritz Schlick (1882-1936). Esse grupo estava organizado em torno desse último, seu principal líder, então presidente desde 1922 da cátedra de Filosofia das Ciências Indutivas na Universidade de Viena, como nos conta esse especialista.

Segundo informações relatadas por Stadler (2007), as reuniões dessa agremiação aconteciam nas tardes de terça-feira na biblioteca de filosofia do Instituto de Matemática da Universidade de Viena, pela qual Friedrich Waismann era responsável. Além dessas reuniões informais o grupo também mantinha instituições juridicamente estabelecidos. Além da organização da Revista *Erkenntnis*, fundada e co-editada por Carnap e Reichenbach, completa Stadler, a Associação Ernst Mach, outro braço formal desse grupo, também publicou uma série de onze volumes chamada de “Escritos sobre a Concepção Científica do Mundo” (*Schriften zur Wissenschaftlichen Weltauffassung*) editada por Moritz Schlick e Philipp Frank entre 1929 e 1937.

Quanto aos afiliados dessa organização, temos informações que nos permitem reconhecer a ampla gama de conexões intelectuais que esses intelectuais mantinham com a classe mais importante no cenário científico da época. Esse fato pode ser verificado pela lista dos membros apresentada estrategicamente no final do manifesto (NEURATH, 1929). Além dos intelectuais mais assíduos mencionados anteriormente, que formavam o núcleo duro do grupo, encontramos figuras como o filósofo e matemático Gustav Bergmann (1906-1987), que segundo Laird Addis (1999) foi assistente do físico Albert Einstein em Berlim no início da década de 1930. Esse autor também nos conta que Bergmann, desencorajado pela falta de perspectiva para judeus na academia, deixou seu posto na Universidade de Viena em 1935 para trabalhar como assistente numa empresa de advogados empresariais. Somente em 1938, declara Addis, com apoio financeiro de Otto Neurath, Bergmann conseguiu fugir da Alemanha para os Estados Unidos onde, por meio de uma carta de recomendação de Einstein e Herbert Feigl, conseguiu um emprego na Universidade de Iowa para trabalhar em 1939, primeiro como assistente do psicólogo Kurt Lewin e depois como professor de Filosofia dessa universidade, onde permanece até sua morte.

Ainda na categoria de integrantes menos assíduos podemos destacar o físico Philipp Frank (1884-1966), que segundo sua biografia (O'CONNOR & ROBERTSON, 2000) foi amigo íntimo e sucessor de Einstein, por recomendação deste, na Universidade Alemã de Praga. Ainda entre os integrantes desse grupo havia, como nos conta Stadler (2015), o orientando de doutorado de Hans Hahn, o lógico e matemático criador do teorema da incompletude Kurt Gödel (1906-1978). Ainda segundo esse historiador, Gödel teria apresentado seus resultados revolucionários sobre incompletude na Segunda Conferência de Epistemologia das ciências exatas em 1930 (organizada por Reidemeister em Königsberg, onde havia se tornado professor efetivo).

Havia além deles o filósofo Viktor Kraft (1880-1975) e o matemático Karl Menger (1902-1975) que, segundo O'Connor & Robertson (2014), era orientando de Hans Hahn e filho do famoso economista fundador da Escola Austríaca de Economia Carl Menger. Também participava o filósofo polonês Marcel Natkin, a matemática Olga Hahn-Neurath (1882-1937), irmã de Hans Hahn e esposa de Otto Neurath, e o matemático austríaco Theodor Radakovic (1895-1938) (STADLER, 2015). Outras personagens menos assíduas que viviam em outras partes da Europa também compunham a lista de intelectuais declaradamente afiliados ao Círculo de Viena, entre eles os empiristas lógicos berlinenses Hans Reichenbach, Walter Dubislav, Kurt Grelling e Carl Hempel, o filósofo alemão Hasso Härlen, o irmão do físico Phillip Frank, o arquiteto vienense e colaborador de Otto Neurath no Museu Social e Econômico de Viena Josef Frank, o filósofo finlandês Eino Kaila (1890–1958), o matemático alemão Heinrich Löwy, o filósofo e matemático britânico Frank P. Ramsey (1903–1930), o matemático alemão Kurt Reidemeister (1893–1972) e o filósofo Edgar Zilsel (1891–1944).

Por fim, uma última lista contando com Albert Einstein e os filósofos Bertrand Russell e Ludwig Wittgenstein⁴, representados pelos autores do manifesto como os mais influentes modelos da concepção científica do mundo. A fase que se seguiu à morte violenta de Schlick, assassinado nas escadarias da universidade por um de seus primeiros alunos em 1936, descrita por Stadler (2007;2015) como “fase imitativa” em que haviam escassos encontros, durou até a anexação da Áustria pela Alemanha nazista de Hitler em 1938, momento que marcou o desaparecimento do círculo. Nesse período,

⁴Ludwig Wittgenstein e Karl Popper não participavam do círculo, mas mantinham intenso contato com alguns de seus membros (STADLER, 2007)

ainda segundo Stadler, ocorreu a imigração de muitos deles para a América e a Inglaterra, e a internacionalização do movimento.

Sobre o grupo de Berlim, Carl Hempel, um dos integrantes mais jovens, o relembra como “[...] um pequeno grupo de discussão de acadêmicos [que] não impunha nenhuma restrição para participação” (HEMPEL, 1993, p.6). O grupo se organizava, segundo os historiadores da filosofia Dieter Hoffmann (2007) e Nicolai Milkov (2013), em torno do filósofo de ascendência judaica Hans Reichenbach (1891-1953). Essa agremiação se estabeleceu por causa de um seminário iniciado por este último logo depois de sua chegada como professor associado no departamento de Física como professor da disciplina “Questões Epistemológicas em Física” na Universidade de Berlim em 1926 (HOFFMANN, 2007; MILKOV, 2013). Ela contava, ainda segundo essas duas fontes, também com os lógicos Kurt Grelling (1886-1942) e Walter Dubislav (1895-1937), e, por fim, o médico e psicanalista Alexander Herzberg (1887-1944). Grelling à época de Berlim, quando participava desse grupo, estudou especialmente os aspectos lógicos da teoria da Gestalt, além de ser um dos pioneiros da ontologia formal (PECKHAUS, 2013). Fortemente ligado com os matemáticos de Göttingen com os quais havia se formado, David Hilbert e Leonard Nelson, continua Peckhaus, também é conhecido por ter descoberto um paradoxo semântico que leva o seu nome. Ainda segundo essa fonte, por ter ascendência judaica, foi posteriormente morto no campo de concentração de Auschwitz com sua mulher. Walter Dubislav era, segundo Milkov (2015), o filósofo mais influente dentro do grupo de Berlim depois de Reichenbach e uma figura líder da Sociedade de Filosofia Empírica de Berlim. Milkov ainda afirma que depois da emigração de Reichenbach em 1933, foi Dubislav que assumiu como presidente da Sociedade de Berlim. Lógico e filósofo da matemática e da ciência, também foi ele, declara esse autor, um dos palestrantes mais destacados da histórica conferência de 1929 sobre teoria exata do conhecimento em Praga.

Alexander Herzberger, outro integrante do grupo, era amigo íntimo de Reichenbach e ao lado de Dubislav e Reichenbach formava a diretoria da Sociedade Filosofia de Berlim a partir de 1929 (MILKOV, 2013). Ainda segundo essa fonte, em 1927 Herzberg, juntamente com Georg von Arco, sobre quem falaremos adiante, realizou um experimento empírico sobre a possibilidade de telepatia. Segundo essa fonte, o experimento suscitou algum interesse na mídia do qual participaram 4.500 pessoas. O resultado, no entanto, foi que a existência de telepatia não podia ser confirmada nem refutada. Por ter ascendência judaica como grande parte desses

intelectuais, Herzberg foi demitido de seu posto na faculdade de medicina da Universidade de Berlim como resultado das leis anti-judaicas de Hitler de 1933.

Entre os intelectuais mais jovens incluíam-se, de acordo com Milkov (2013), Carl Gustav Hempel, Olaf Helmer (1910-2011), Valentin Bargmann (1908-1989) e Martin Strauss (1907-1978), sendo que, em diferentes períodos, também participavam Fritz London (1900-1954), Wolfgang Köhler (1887-1967), Kurt Lewin (1890-1947) e Paul Oppenheim (1885-1977). Sobre Helmer é interessante ressaltar o fato de que, segundo Rescher (2013), tenha trabalhado desde a década de 1950 na área de predição e futurologia na RAND Corporation por 20 anos, deixando a instituição somente em 1968 para abrir posteriormente com Theodore Gordon, Randites Paul Baran e Arnold Kramish, o Instituto para o Futuro, uma think-tank sobre futurologia. Valentin Bargmann, físico e matemático alemão, também estudou em Berlim no mesmo período que Hempel. Segundo informações biográficas, estudou nesse lugar de 1925 a 1933, quando, por conta da perseguição aos judeus, se muda para a Suíça para terminar seu doutorado em 1936 na Universidade de Zurique sob orientação de Gregor Wentzel (DEWITT & RICKLES, 2011). Esses estudiosos também afirmam que Bargmann tornou-se posteriormente assistente de Albert Einstein no Instituto de Estudos Avançados de Princeton. Martin Strauss, outro jovem estudante, foi de 1934 a 1938 estudante de pós-doutorado de Philipp Frank em Praga (MILKOV, 2013).

Uma figura não menos importante é Fritz London. Segundo esse último estudioso, ele foi assistente do físico Schrödinger. Além disso foi, segundo sua biografia disponibilizada pela Universidade de Duke, lugar em que se consagrou como professor e cientista, um teórico internacionalmente reconhecido nas áreas de Química, Física e Filosofia da Ciência. Ao que consta nessa biografia, London, assim como muitos de seus colegas, por ter ascendência judaica, também teria sido forçado a pedir demissão do seu posto na Universidade de Berlim em 1933 e emigrar. Essa fonte também informa que primeiro teria emigrado para Inglaterra, depois para França, onde teria sido indicado para um cargo no College de France, e, posteriormente, para os Estados Unidos, onde foi consagrado James Duke Professor de Física e Química na Universidade de Duke, inclusive ganhando a medalha Lorentz e figurando como o primeiro cidadão americano a ser agraciado com esse prêmio.

Podemos verificar, entre os intelectuais mais velhos que frequentavam esporadicamente as reuniões do grupo, uma constelação de intelectuais ilustres. Kurt Lewin, listado como um dos seis membros do comitê executivo da Sociedade de

Filosofia de Berlim em 1931 (HEIS, 2013), foi, segundo Haggbloom (2002), um psicólogo alemão, que, exilado por ter ascendência judia, se tornou conhecido como um dos pioneiros dos estudos em psicologia social, organizacional e aplicada dos Estados Unidos. Paul Oppenheim, segundo seu obituário publicado no jornal *The New York Times*, tinha ocupado um alto posto na gigante da indústria química alemã, I.G. Farben, além de ser uma figura muito ativa na vida intelectual e artística de Frankfurt até fugir para Bruxelas em 1933, cidade onde permanece cinco anos antes de se mudar definitivamente para os Estados Unidos.

Ainda segundo essa fonte, sabemos que, embora fosse formado em química, campo em que recebeu seu doutorado na Universidade de Giessen, Oppenheim tinha grande interesse em filosofia e metodologia da ciência, além de ter contribuído com dois livros e vários artigos em alemão, francês e inglês para a literatura desses campos. Ao contrário da maioria de seus colegas, Oppenheim, segundo Paul Ziche e Thomas Müller (2013), não era afiliado a nenhuma instituição acadêmica, preferindo trabalhar por conta própria e com a ajuda de seus colegas. Esses estudiosos afirmam que em Bruxelas, terra natal de sua mulher, Oppenheim trabalhara como pesquisador privado, com a ajuda de Hempel e Grelling. Tal rotina é reproduzida em Princeton onde continua suas pesquisas particulares a partir de 1939, ainda com o apoio de Hempel, a quem oferece auxílio no processo de emigração. Oppenheim, contudo, não se restringe a apoiar somente Hempel. Segundo esses dois estudiosos, ele teria dado apoio político e financeiro a vários intelectuais europeus, especialmente ajudando-os a fugir da Alemanha.

Outra característica notável de Oppenheim é que, junto com sua esposa, “[...] realizou o que pode ser pensado como um equivalente moderno dos *salon* do século XVIII: um lugar de encontro para intelectuais, cientistas e filósofos de todas as partes do mundo, incluindo, entre eles, Einstein, Gödel e Quine. Reichenbach costumava ficar na casa deles quando visitava Princeton” (ZICHE & MÜLLER, 2013).

Em Berlim, a Sociedade de Filosofia Científica já existia desde 1927, antes de Reichenbach e seu grupo tomarem o controle, com o nome de Sociedade de Filosofia Empírica (MILKOV, 2013). Como grande parte dos personagens então envolvidos mantiveram-se ativos depois dessa mudança de diretoria, podemos ter uma noção clara das conexões dessa sociedade com outros setores da época, especialmente o empresarial. Essa instituição foi fundada em 1927 como uma subseção local da Sociedade Internacional para a Filosofia Empírica na casa de um de uma figura ilustre da sociedade alemã, Conde Georg von Arco (1869-1940), da qual figurou como vice-

presidente. Arco, que era, ainda nas palavras Dieter Hoffmann, “[...] um produto da mistura de negócio, indústria e filosofia científica [...]”, foi um pioneiro na área da telegrafia sem fio bem como diretor da Companhia Telefunken, companhia alemã líder em telecomunicações, em especial em tecnologia para rádio (2007, p.43).

Ainda segundo Hoffmann (2007), constavam como fundadores dessa sociedade anterior, os médicos e psicanalistas Max Deri (1878-1938), Alexander Herzberg e Reginald Zimmermann, assim como o filósofo Joseph Petzoldt, o secretário geral. Esse último, um professor de ginásio e professor associado de filosofia na Universidade Técnica Berlim-Charlottenburg, era um dos maiores representantes da filosofia positivista de linha machiana na Alemanha e a figura líder dessa sociedade (HOFFMANN, 2007). Ao lado deles havia o médico e chefe do Hospital de Caridade de Berlim Friedrich Kraus, então presidente da sociedade, e, por último, o pesquisador do cérebro e diretor do Instituto Kaiser Wilhelm de investigações sobre o cérebro Oskar Vogt.

Constituindo o primeiro conselho dessa sociedade, esses intelectuais nos dão a entender os propósitos dessa através do texto de sua circular onde declaram (OCVP, n. 62 apud HOFFMANN, 2007, p.p. 43-44):

Os interesses filosóficos e a filosofia criativa têm uma vez mais florescido poderosamente na Alemanha depois da Guerra. Contudo o campo está dominado por estreitas tendências lógicas, restringida a pura análise de conceitos, e teorias do conhecimento aprioristas, correntes místico-religiosas, construções históricas românticas. Por contraste, existe uma pequena evidência de filosofia empírica cuidadosamente avaliando os resultados das ciências individuais. Não obstante há muito aqui à espera de avaliação, por exemplo, os novos resultados da pesquisa atômica e da teoria da relatividade, a ciência da hereditariedade, pesquisa do cérebro, psicologia da Gestalt e do desenvolvimento, psicanálise e psicopatologia. Por essa razão os subscritos decidiram fundar uma subseção local da Sociedade Internacional para Filosofia Empírica, a qual qualquer pessoa pode tornar-se membro especialmente aqueles que se preocupam com o desenvolvimento da filosofia baseado sobre a experiência científica. A seção local buscará avançar esses desenvolvimentos através da organização de palestras sobre problemas filosoficamente significativos na ciência assim como publicar artigos na *Annalen der Philosophie*. Esse jornal, editado pelo professor Vaihinger e pelo Dr. R. Schmidt, um dos mais lidos e melhores no campo da filosofia, dedicará uma porção considerável do seu espaço para a nossa subseção local.

Ainda sobre essa primeira sociedade e sobre sua conexão com os integrantes do grupo reunido no seminário de Reichenbach, do qual Hempel fazia parte, podemos dizer o seguinte. Embora tenha dado uma palestra na sociedade em 1927, declara Hoffmann (2007), Reichenbach, num primeiro momento, mostrou-se cético quanto a viabilidade

desta, tornando-se membro somente em 1929. Segundo Milkov (2013) teria sido Neurath quem o teria levado a tornar-se membro e a mudar, posteriormente, sua agenda. Também afirma esse estudioso que a ideia de Neurath era que essa sociedade fosse uma contraparte da Associação Ernst Mach. Enfim, com a morte de Petzoldt em 1929, presidente àquela época, Reichenbach, Dubislav e Herzberger foram eleitos para direção da sociedade (HOFFMANN, 2007). Segundo essa última fonte, Reichenbach ficou como presidente e Dubislav como diretor. Muitos integrantes do conselho da sociedade anterior, continua esse especialista, continuaram na nova direção tais como Arco, Kraus, Herzberger e Vogt. Entre os integrantes mais jovens, participavam Victor Bargmann, os orientandos de Reichenbach Olaf Helmer e Carl Gustav Hempel, e Martin Strauss.

Com o controle da sociedade em 1929, nos dois anos seguintes, as transformações operadas por Reichenbach e seus colegas culminaram na mudança do nome da sociedade. De Sociedade para a Filosofia Empírica foi rebatizada para Sociedade para Filosofia Científica⁵ em 1931. Essa mudança reflete a prevalência da posição da análise da ciência de seu novo líder, Reichenbach, ante a filosofia positivista de linha machiana pela qual seu antigo líder, Petzoldt, foi conhecido como o mais importante expoente em Berlim. Enquanto a postura deste último tendia a uma recusa de conceitos teóricos que não pudessem ser reduzidos as sensações mais imediatas, Reichenbach “[...] examinava a relação entre teoria e empirismo, na qual uma certa dose de epistemologia entrava” (HOFFMANN, 2007, p. 47). O objetivo de sua análise da ciência “[...] consistia em diferenciar as pressupostos epistemológicos de uma teoria científica específica a partir das suas asserções factuais, assim descrevendo o desenvolvimento de ambos” (HOFFMANN, 2007, p. 51).

Quanto à constituição e à natureza dos empreendimentos do grupo de intelectuais do qual Hempel participava, há algum consenso entre Dieter Hoffmann (2007) e Nicolai Milkov (2013). Segundo nos informam esses dois especialistas acerca da agremiação, ao contrário do caráter informal do Grupo de Berlim, a Sociedade berlinense era uma instituição juridicamente registrada com um conselho eleito e uma detalhada lista de integrantes, que se encontrava todas as terças-feiras no conhecido Hospital de Caridade. Eles também afirmam que sua atividade era definida através de palestras e discussões que giravam em torno de 10 a 20 por ano. Os integrantes dela geralmente representavam a elite científica de Berlim e de outros grandes centros da

⁵Segundo Hoffmann, esse nome teria sido uma sugestão de David Hilbert (HOFFMANN, 2007)

Europa, na maioria pesquisadores experientes e autoridades nas suas áreas, além de detentores dos mais prestigiados postos nos departamentos acadêmicos e institutos. Uma forte indicação disso, ressaltam eles, é o fato de a sociedade abrigar, entre os integrantes de sua célebre linha de palestrantes, três ganhadores de prêmios Nobel, Max von Laue, Otto Meyerhoff e Wilhelm Ostwald⁶.

Por um lado, a sociedade constituía, ao que tudo indica, uma plataforma para os grandes cientistas renomados disseminar seus resultados aos seus colegas de outras disciplinas. Evidência disso é a existência de palestras abertas proferidas por muitos expoentes da comunidade científica da época. Algumas dessas palestras foram proferidas por cientistas como os biólogos Max Hartmann (1876-1962) e Richard Golschmidt (1878-1958). O primeiro foi, segundo a revista *Nature* (1946), um dos mais proeminentes biólogos de sua geração, foi aludido por Willi Hennig, pai da Sistemática Filogenética, por suas investigações acerca das divisões dessa ciência, mais notavelmente em descritiva e explicativa. Além de diretor do Instituto Kaiser Wilhelm de Biologia e um crítico declarado do regime nazista, veio ao Brasil em 1909, segundo o Instituto Oswaldo Cruz (2002), para colaborar com as pesquisas e a formação de pessoal. Golschmidt também fazia parte do mesmo instituto alemão, como chefe de sua seção de genética. Por ter ascendência judia, emigrou em 1936 para os Estados Unidos, tornando-se professor da Universidade da Califórnia em Berkley.

Outros intelectuais eminentes que deram palestras na Sociedade de Filosofia em Berlim foram o físico Bernhard Bavink (1879-1947), o físico-químico prêmio nobel Wilhelm Ostwald (1853-1932), o fundador da psicologia individual Alfred Adler (1870-1937), Max Dessoir (1867-1947) e Kurt Sternberg (1885-1942). Dessoir, filósofo e psicanalista alemão, também criado numa família judaica, foi em 1933, à época professor da Universidade de Berlim, proibido de dar aulas ou falar em público. Sternberg, outro filósofo e psicólogo alemão, também de origem judaica, pereceu no campo de concentração de Auschwitz em 1942.

Por outro lado, a sociedade também funcionava, declaram Milkov (2013) e Hoffmann (2007), como fórum para cientistas inovadores tais como os conhecidos psicólogos da Gestalt Wolfgang Köhler e Kurt Lewin, bem como o pesquisador do cérebro Oskar Vogt. Outros pesquisadores, como o biólogo e teórico dos sistemas vienense Ludwig von Bertalanffy, também foram atraídos pelo estímulo e oportunidade

⁶Berlim na época, era um dos maiores centros de pesquisa do mundo e contava como a cidade com mais ganhadores de prêmios Nobel (MILKOV, 2013).

de trabalho interdisciplinar que a sociedade promovia. O famoso matemático Richard von Mises, irmão mais novo do economista Ludwig von Mises, além de ser um dos líderes da sociedade e interlocutor com Associação Ernst Mach de Viena, também era um ativo palestrante (HOFFMANN, 2007). Entre palestrantes e eventuais colaboradores a sociedade contava ainda com o engenheiro de aeronaves Adolf von Parseval, o psicanalista e fundador da Associação de Psicanálise Alemã Carl Müller-Braunschweig (1881-1958), o astrofísico assistente de Einstein, Erwin Finlay-Freundlich (1885-1964), e os físicos Fritz London e Lise Meitner (1878-1968).

É importante ressaltar que alguns intelectuais reconhecidamente contrários à orientação positivista da sociedade também tinham oportunidade de apresentar suas idéias (HOFFMANN, 2007). Segundo essa fonte, um dos fundadores do chamado marxismo ocidental, Karl Korsch (1886-1961), que era amigo próximo de Dubislav, teria realizado duas palestras na sociedade. Além dele, continua esse autor, também Hans Driesch (1867-1941) e Julius Schaxel (1887-1943) foram palestrantes que evidenciam um certo pluralismo intelectual dessa organização.

Por último, mas não menos importante, devemos apontar as relações significativas que a sociedade também mantinha com representantes do ambiente cultural fora da universidade ou do cenário científico. Digna de nota é a presença frequente do dramaturgo berlinense Bertholt Brecht e do escritor vienense Robert Musil (MILKOV, 2013; HOFFMANN, 2007).

A Sociedade tinha, ao que indica o que dissemos até aqui, um caráter mais interdisciplinar. Essa característica foi salientada pelo próprio líder, Reinchenbach. Ele também ressaltava o caráter menos dogmático em termos filosóficos do que o Círculo de Viena ou da Sociedade Ernst Mach vienense. Comparando o trabalho do grupo com aquele de seus colegas do Círculo de Viena, esse filósofo escreve (REICHENBACH, 1936, p. 144):

com o seu programa de trabalho mais concreto, o qual demanda a análise de problemas científicos específicos, eles [os empiristas lógicos berlinenses] evitam quaisquer máximas teóricas como aquelas estabelecidas pela escola de Viena e embarcam num detalhado trabalho em logística, física, biologia e psicologia.

Em relação ao empirismo lógico em geral podemos então afirmar, de acordo com o que dissemos acima, que seus representantes tinham contato efetivo com alguns dos mais destacados filósofos e cientistas da época. Alguns desses, ainda que nunca tivessem frequentado as reuniões desses grupos, eram considerados integrantes

honorários por esses filósofos. Entre eles podemos citar Bertrand Russell, Ludwig Wittgenstein, Albert Einstein, Niels Bohr, Karl Popper, David Hilbert, Hermann Weyl e muitos outros. Todos esses aparecem nomeados na lista publicada ao final do manifesto do Círculo de Viena de 1929.

Outra característica singular dos empiristas lógicos como um todo em relação à comunidade filosófica da época era sua insistência na natureza pública da pesquisa intelectual e científica, e a convicção de que os resultados filosóficos pertenciam à comunidade (REICHENBACH, 1936; NEURATH, CARNAP, HAHN, 1929). O empirismo lógico foi uma filosofia preocupada com a ciência e, segundo Alan Richardson (2007), mesmo quando seus interesses levavam para áreas tais como a semântica e a metaética, esses intelectuais buscavam igualmente entender e promover a compreensão científica do mundo. A ciência, para essa corrente de pensamento, era o tópico, o método e o seu ideal. Quanto a essa natureza, é difícil não notar um eco iluminista nesses pensadores se tomarmos em conta o que um estudioso da história do empirismo lógico afirma. Alan Richardson assinala que a ciência era, na visão desses intelectuais, “[...] tanto o ‘locus’ do melhor conhecimento do mundo como a fonte de esperança para um futuro mais iluminado, menos obscuro e obscurantista para a filosofia” (2007, p. 4).

Essa época anterior a 1938 na qual estamos especialmente interessados aqui constituiu um divisor de águas por duas razões. Marca o término do processo formativo de Hempel e o início de sua carreira profissional como professor universitário e, marca o fim da filosofia científica na Europa. Com a anexação da Áustria em março de 1938 e com a Tchecoslováquia ameaçada, aponta Ronald Giere (1996), já não havia mais lugar no mundo germanófono para esses filósofos. Ao fim desse ano, continua esse autor, quase todos que deviam deixar essa região já o tinham feito. Friedrich Stadler (2015) conta que Herbert Feigl, que tinha recebido seu doutorado sob a supervisão de Schlick em 1927, por causa da falta de oportunidades profissionais no mundo acadêmico, especialmente por razões raciais, emigrou com a ajuda de uma bolsa de pesquisa da Fundação Rockefeller para a Universidade de Harvard já em 1931. Ele foi o primeiro empirista lógico a mudar para os Estados Unidos e em 1931, continua, já era professor assistente na Universidade de Iowa. Segundo Giere (1996), apesar de Carnap, Reichenbach e Hempel figurarem como os grandes líderes do empirismo lógico na América do Norte, fora Feigl o responsável, mais do que qualquer um, pela criação da base institucional para o movimento. Carnap mudou-se para a Universidade de Chicago

em 1936, onde logo estaria acompanhado por Hempel, que se tornou seu pesquisador assistente em 1937 (MILKOV, 2013). Reichenbach, demitido de seu posto da Universidade de Berlim em 1933, encontra refúgio na Turquia onde permanece como professor da Universidade de Istambul até 1938. Posteriormente, conclui esse autor, consegue emigrar para os Estados Unidos onde permanece como professor da Universidade da Califórnia até sua morte em 1953.

Num estimulante artigo sobre as causas da inusitada recepção dessa tendência, marginal no cenário europeu, mas que se torna dominante na filosofia anglo-saxônica na década de 1960, Ronald Giere (1996) esgrime duas razões interessantes para a importância do estudo do contexto histórico anterior à 1938. Em primeiro lugar porque muitos dos filósofos ingressados na história do empirismo lógico são eles mesmos produtos pós-segunda guerra desse movimento. Nesses casos é muito difícil para alguém, salienta, “[...] olhar seu próprio desenvolvimento profissional familiar como história”. Tendo sido muito pouco estudado, o período pré-guerra permanece muito pouco conhecido dos filósofos contemporâneos da ciência e assim, muito suscetível, aponta Giere, a “[...] observações autobiográficas e a mitos fundadores disciplinares [...]” (1996, p. 335). Esse autor termina ressaltando a importância de trabalhos históricos genuínos nessa área.

Outra razão, declara Giere, é a dificuldade de investigar o desenvolvimento da filosofia científica pela natureza técnica, o que faz difícil para alguém não treinado em filosofia da ciência. Isso traz problemas também porque os estudiosos geralmente não são historiadores e sim filósofos com uma aproximação excessivamente internalista do assunto. Isso significa, prossegue, que a vida pessoal dos personagens históricos assim como o contexto cultural e social mais geral do período fica na periferia. Contudo, conclui o autor (GIERE, 1996, p. 336),

Mesmo nessas histórias internalistas [...] existem indicações de contexto relevantes. Assim, existem histórias mais completas desse período anterior ainda por serem escritas. Entretanto, deve-se começar por algum lugar, e a história intelectual é, sem dúvida, um bom lugar para começar.

Com essas colocações em mente agora faremos uma incursão pelo contexto social, cultural e político mais geral do período em que essa filosofia científica foi gestada apontando as conexões mais diretas entre a sociedade e o grupo desses filósofos.

1.2 Cultura, economia e sociedade

No período transcorrido entre mais ou menos meados do século XIX e 1914, a Alemanha esteve envolvida num dramático processo de transformação social. O estudioso da cultura europeia Hans-Georg Betz, repercutindo um consenso entre grande parte dos especialistas sobre esse período da história da Alemanha, declara o seguinte: “A revolução industrial, que durou desde o início da década de 1840 até as vésperas da Primeira Guerra mundial, tornou uma sociedade ainda predominantemente feudal em uma sociedade amplamente industrial” (2004, p. 67). Nesse período a Alemanha não somente se tornou um país altamente industrializado, mas, além disso, também representou, nas palavras do historiador da economia Cyro Rezende, “[...] o exemplo mais perfeito de industrialização segundo as características da Segunda Revolução Industrial”⁷(2008, p.152). As taxas de crescimento econômico da Alemanha não tiveram paralelo entre as grandes potências ocidentais europeias e o seu ponto mais alto ocorreu entre 1890 e 1915 (RINGER, 2000; TIPTON, 1993; BETZ, 2004). Em 1913, a Alemanha era “[...] a maior nação industrial da Europa, produzindo mais aço⁸ que a Inglaterra, e ocupando o primeiro lugar, em nível mundial, na produção de produtos químicos, corantes sintéticos e equipamentos elétricos” só perdendo a “primazia para os Estados Unidos, na produção mundial de máquinas-ferramentas.” (REZENDE, 2008, p. 152). A ocupação profissional da população alemã também mudou drasticamente diminuindo o número de empregados na agricultura e no serviço florestal⁹ e aumentando nas fábricas e minas¹⁰, as quais tomaram em muito o lugar da agricultura (REZENDE, 2008; RINGER, 2000; TIPTON, 1993).

Vários fatores, declara Cyro, devem ser mencionados para explicar esse extraordinário avanço alemão. O primeiro é o notável papel da Prússia, o mais populoso e influente estado alemão, como liderança nesse processo¹¹. Dado seu traço marcadamente militarista, impulsionou a unificação alemã que foi completa em

⁷ Esse processo teve início na década de 40 do século XIX e se estendeu até o fim desse mesmo século (REZENDE, 2008, pp. 145- 150). Cf. também RINGER, 2000, p.55.

⁸ Em 1910 a produção de aço da Alemanha já tinha superado a produção total de aço da França e da Inglaterra juntas. Para se ter uma noção da velocidade do crescimento dessa produção, em 1860 a Alemanha tinha ficado atrás da França e muito aquém da Inglaterra. Cf. Ringer 2000, capítulo 1.

⁹ “[...] diminuiu de 42%, em 1882, para 34% em 1907” (RINGER, 2000, p.55).

¹⁰ “Em 1882, a indústria pesada alemã empregava 356 mil operários, cerca de 1,12 milhão em 1907” (RINGER, 2000, p.55).

¹¹ A Prússia concentrava as regiões industriais mais desenvolvidas, sobretudo as regiões do Ruhr e do Saxe (atualmente Saxônia) que até hoje se mantêm como os maiores pólos industriais da Alemanha.

1870, “[...] subordinando toda a sociedade [os restantes estados] a seus objetivos estratégicos de transformar-se [a Alemanha unificada] em grande potência”. Além disso, aproveitou-se da existência do Zollverein e promoveu uma forte política de favorecimento à industrialização da região (REZENDE, 2008, p. 152). Um segundo fator importante foi a intervenção do Estado em diversos setores econômicos, que segundo Cyro Rezende, estão representados nos setores a seguir. Consciente da insuficiência dos capitais advindos de suas principais atividades - agrícola, indústria têxtil e indústria siderúrgia - para manter a taxa de crescimento industrial nos moldes da Segunda Revolução Industrial, o Estado interveio atuando como produtor e grande consumidor (forças armadas, administração, serviços públicos). Também no setor bancário, o banco nacional (Reichsbank) atuou estreitamente com os então existentes seis grandes conglomerados financeiros. A marinha mercante, na qual apenas duas empresas detinham 40% da frota, passou de 600 mil toneladas transportadas em 1870 para quase 5 milhões de toneladas, 8 vezes mais em 1913. A maioria das ferrovias foi nacionalizada. O Estado incentivou, através de pesados investimentos e isenções fiscais, a criação de gigantescos cartéis¹² que são ainda hoje conhecidos, como, por exemplo, Krupp (aço, material bélico), Daimler-Benz (motores, veículos), Maybach-Diesel (motores), I. G. Farben (produtos químicos), e Siemens (materiais elétricos)¹³.

Outros três fatores importantes do desenvolvimento alemão devem ser mencionados. Em terceiro lugar, temos “[...] as tradicionais relações comerciais que a Alemanha mantinha com a Europa do Leste e Central (Áustria, Hungria, Rússia) [...]” e que “[...] serviram como base sólida para a expansão de suas exportações após a industrialização”. Em quarto lugar, temos com a vitória de 1870 a aquisição da Lorena “[...] cujas jazidas de ferro chegaram a suprir a indústria alemã de aço com $\frac{3}{4}$ de sua matéria-prima”. Enfim, em quinto lugar, também se observa a crescente relevância dada ao ensino de ciências aplicadas, que foi o que permitiu “[...] a formação de um grande número de técnicos qualificados” (REZENDE, 2008, pp. 153-154).

Esse avanço na educação de ciência teve um papel no estabelecimento de um ambiente intelectual propício para o surgimento da filosofia científica, como poderemos constatar mais à frente. Afinal esse movimento intelectual se representou como um arauto e defensor da ciência, estando muito ligado às novas descobertas da ciência desse

¹²Segundo Rezende são “[...] acumulações horizontais de capitais, que controlando apenas parte do setor produtivo, levam diferentes empresas especializadas em suas diversas etapas, a associarem-se a fim de impedir a concorrência e controlar os mercados.” (REZENDE, 2008, p. 148)

¹³ Cf. também HERF, 1984, pp. 5-6.

período, além de preconizar o conhecimento científico em detrimento do conhecimento humanístico, considerada até então modelo da universidade alemã, como modelo universal de conhecimento. Não menos importante é o fato de que esse movimento de filosofia científica tenha sido patrocinado por grandes empresários e industriais, sendo muitos deles inclusive integrantes de suas reuniões e instituições. Tais considerações também serão melhor desenvolvidas mais adiante.

Toda essa conjuntura de rápida modernização da sociedade que teve início na segunda metade do século XIX, culminando no início Primeira Guerra Mundial, transformou a sociedade num curto espaço de tempo. De acordo com o historiador norte-americano Larry Eugene Jones, essa modernização se manifestou em vários setores. Na esfera econômica se fez notar na “[...] racionalização da indústria alemã” e também “[...] no aumento da concentração do poder econômico nas mãos de grandes empresas capitalistas que pareciam, em muitas circunstâncias, mais poderosas do que o próprio estado”. Na esfera política, ainda segundo Jones (1993, p. 81), a modernização representou

[...] a introdução da democracia parlamentar e a substituição da tradicional *Honoratiorenparteien* burguesa¹⁴, ou partidos dos notáveis, pelos partidos políticos de massa¹⁵ que tinham seu suporte no alto grau de organização e nas mais sofisticadas técnicas de mobilização popular em sua busca pelo favor público.

Por sua vez, a modernização também compreendeu, na esfera social, tanto “[...] o processo de urbanização e a crescente mobilidade através das linhas de classe social [...]” como “[...] a redefinição das relações de gênero e a emancipação da mulher moderna da camisa de força tradicional do *Kirch, Küche e Kinder*” (JONES, 1993, p. 82)¹⁶. Na esfera cultural, a modernização, também conhecida como modernismo cultural, significou “[...] a emergência de um novo tipo de intelectual [...]” que “[...] rejubilava-se no ataque destrutivo dos valores, crenças e padrões estéticos tradicionais¹⁷” (JONES, 1993, p. 82). Os nossos filósofos cientificamente orientados,

¹⁴ Ringer, entre outros especialistas, distingue dois tipos de burguesia: uma ligada às grandes empresas e ao setor financeiro e outra que tinha seu status definido em termos do grau de sua educação. Até a concretização desse processo de modernização, era principalmente a última, assim chamada *Honoratiorenparteien*, que detinha os assentos nos parlamentos e, por conseguinte, maior influência política. Cf. RINGER, 2000, p.20. É basicamente sobre essa burguesia intelectual, da qual os acadêmicos faziam parte, que nos referiremos quando tratarmos do contexto intelectual mais geral no qual os partidários da filosofia científica, do qual Hempel fazia parte, estavam inseridos.

¹⁵ Ringer na nos dá alguns dados do declínio da representação dos mandarins nas câmaras municipais assim como no *Reichstag* ao longo desse processo (Ringer, 2000, pp. 56-58).

¹⁶ Igreja, cozinha e filhos.

¹⁷ Cf. também RINGER, 2000, pp.55-56.

estritamente alinhados aos projetos de certas vertentes desse movimento modernista, como veremos a seguir, compartilhavam esse espírito contracultural, muito a contragosto da maioria da elite educada que era conservadora.

Essa maioria conservadora pensava que o progresso material, conseguido através dessa abrupta industrialização, representado em linhas gerais pelos cinco pontos da modernização acima mencionados, implicava graves perigos para a sua cultura e *status quo*. O espírito pessimista e ácido dessa parcela frente a essas mudanças sócio-culturais se fez ouvir desde as últimas décadas do século XIX como vários historiadores intelectuais e culturais declararam (KOLINSKI; WILL, 2004; BETZ, 2004; JONES, 1993). Sua tendência a ver com ceticismo o nascimento da “Era das Massas e das Máquinas”, tão entusiasticamente recebida pelos outros setores mais progressistas da sociedade, era sintomático de seu temor. Temor de que outros valores estivessem se gestando nesse novo período ou mesmo temor de que “[...] seus valores e padrões de desenvolvimento pessoal pudessem ser tomados como irrelevantes e obsoletos” (RINGER, 2000, p. 19). Esses valores, dos quais trataremos agora, tinham suas raízes culturais principalmente nos intelectuais românticos e idealistas do final do séc XVIII e início do século XIX.

Um dos aspectos mais importantes da tradição intelectual dos mandarins foi a forma como receberam o Iluminismo da Europa Ocidental (JONES, 1993; RINGER, 2000; DUPEUX, 1992). Alguns aspectos do Iluminismo da Europa Ocidental, notadamente Inglaterra, Escócia e França, provocaram críticas na Alemanha como defende Fritz Ringer. Embora Kant e os filósofos idealistas também fossem racionalistas, existia, na crítica alemã, um desconforto em relação a uma “[...] tendência vagamente ‘utilitarista’, uma atitude vulgar na tradição da Europa Ocidental diante de todo e qualquer conhecimento”. Outro fator que suscitava a rejeição por parte dos intelectuais dessa tradição intelectual alemã era o fato de que “[...] muitos intelectuais franceses e ingleses do século XVII em diante associaram ciência e educação quase que exclusivamente com a idéia de manipulação prática, de técnica racional e de controle ambiental” (RINGER, 2000, p. 94).

Essa rejeição pode ser compreendida pelo fato de que o próprio ideal de educação desses intelectuais alemães, ainda segundo esse autor, desenvolvido desde o final do século XVIII como a antítese direta ao conhecimento prático e que vinha expresso nas palavras *Bildung* (formação, educação) e *Kultur* (cultura), continha os princípios mais importantes dessa tradição intelectual. Quanto ao primeiro, Ringer

(2000, p. 95) diz o seguinte.

Conceito fundamental de pedagogia desde Pestalozzi, *Bildung* significa formar a alma por meio do ambiente cultural. *Bildung* requer: a) uma individualidade que, como ponto de partida único, deve desenvolver-se numa personalidade formada ou saturada de valor; b) uma certa universalidade, implicando riqueza mental e pessoal, que é obtida por meio do entendimento e do vivenciamento empáticos [Verstehen und Erleben] dos valores culturais objetivos; c) totalidade, significando unidade interior e firmeza de caráter.

Aqui fica claro, através do uso dos conceitos de “Verstehen” e “Erleben”, a vinculação dessa noção de educação à tradição idealista e hermenêutica as quais botavam um peso maior na educação humanística e clássica. As humanidades tinham um lugar especial nessa educação principalmente por meio das fontes clássicas. Por sua vez, a palavra “Kultur”, a outra parte do binômio fundamental da educação das elites ilustradas, foi um termo adaptado, alega Ringer, “[...] de *cultura animi* de Cícero por Samuel Pufendorf e Gottfried von Herder” (2000, p. 96), este último um pensador vinculado ao romântismo e a fundação das ciências da cultura na Alemanha (BERLIN, 2002; CASSIRER, 1986). *Kultur*, por sua vez, significava “[...] cultura pessoal, isto é, ‘cultivo’ de capacidades humanas e [...] o resultado do exercício dessas capacidades [...]” (MORA, 2000, p. 626). Essa palavra, continuou até o fim do século XVIII, estreitamente relacionada com o conceito de *Bildung*. Desde quando os termos “civilisation” e “kultur” foram estabelecidos na França e na Alemanha respectivamente, logo “[...] uma cadeia fascinante de associações levou os intelectuais alemães a ver uma antítese entre os dois conceitos” (RINGER, 2000, p. 96). Segundo nos conta o sociólogo Norbert Elias (1994), as maneiras mundanas da aristocracia alemã do século XVIII foram adaptadas dos modelos franceses. Tudo o que estava relacionado com polidez social, moda literária e mesmo aos costumes sexuais (civilisation) dessa camada social tratava-se claramente de importação francesa. A intelligentsia alemã, continua Elias, então em processo de incorporação a essa sociedade, buscou se distinguir do mundo aristocrático, que para ela representava uma parte intelectual e emocionalmente superficial da sociedade. Não que fosse impossível encontrar ilustrados que admirassem por vezes os aristocratas. Como esclarece Ringer mesmo que pudessem “[...] admirar sua conduta e suas ‘realizações’, [...] estava fadado a sentir uma certa dicotomia entre o modo aristocrata e o seu de discutir as questões intelectuais¹⁸.” (2000, p. 97).

¹⁸Cf. também o primeiro volume do “processo civilizador” de Norbert Elias onde reflete sobre a natureza dos comportamentos atrelados a esses termos e como vieram a ganhar importância na sociedade alemã.

Alguns especialistas (BEISER, 2013, 2000; RINGER, 2000; BERLIN, 2002, REILL, 1975) têm defendido que o Iluminismo não foi completamente assimilado a leste do Reno e que por isso havia diferenças importantes da versão anglo-francesa ou que perto do fim do século XVIII, o Iluminismo tenha começado a mostrar sinais de uma crise nessa região. Alguns pontos importantes são esgrimidos nesse sentido por Ringer (2000). Em primeiro lugar o racionalismo de Christian Thomasius e de Christian Wolff não abrigava o matiz empirista que predominou na Inglaterra. Leibniz além de não ser um empirista, como popularizado por Wolff, também almejava, pelo menos nas suas obras mais conhecidas antes do século XIX, descobrir uma ordem racional no mundo. Em segundo lugar, outro aspecto relevante é que Leibniz, Lessing e vários outros autores alemães do século XVIII possuíam um interesse constante pelas questões religiosas. Um autor como Reill (1975) inclusive chama a atenção para o espírito modernizador que os *Aufklärer* alemães tiveram em relação cristianismo protestante e não como seus críticos como acontecia no ocidente. Em terceiro lugar, havia um grande interesse pela educação no *Aufklärung*. Ringer ressalta aqui certas metáforas comuns nas obras de alguns de seus representantes mais ilustres. Em “*Was ist Aufklärung*”, Kant utiliza a metáfora do desenvolvimento e da maturidade do indivíduo para se representar as realizações e ambições de seu tempo. Lessing vê a história da religião, por outro lado, como um relato da educação espiritual do homem. Não menos importante é a tradição do *Bildungsroman* [romance de formação], de Agathon a Wilhelm Meister, é outro exemplo nesse sentido assim como a preferência tendenciosa dos alemães pelos escritos pedagógicos de Rousseau.

Se tomarmos esses elementos característicos do Iluminismo da região central da Europa, é importante ressaltar que suas predileções não estavam vinculadas a uma filosofia “burguesa” de progresso social e político. A educação, no caso alemão, destaca Ringer, estava vinculada a “[...] uma questão candente e imediata na Alemanha do século XVIII, pois refletia diretamente o confronto entre o burguês, o mandarim emergente e o aristocrata sem cultura que se expressava em termos pessoais e morais” (RINGER, 2000, p. 93). A base da diferenciação social, pode-se concluir daí, estava fortemente baseada na educação, ou melhor, na formação e nas qualidades espirituais da pessoa.

Para termos uma idéia da oposição cultural que os filósofos cientificamente-orientados do empirismo lógico propunham, podemos analisar seus produtos culturais. Um dos escritos programáticos mais importantes dessa corrente filosófica, o manifesto

da concepção científica do mundo, nos dá uma ideia bastante vívida da tradição cultural reclamada pelos empiristas lógicos e de sua posição frente à tradição cultural hegemônica nas universidades. O prefácio do manifesto sublinhou muito bem os princípios desse movimento: “concretude”, “relevância prática” e “interdisciplinaridade”. Entre os precursores intelectuais mencionados estão Gottfried Leibniz, Bernard Bolzano, George Berkeley, David Hume, John Stuart Mill, Auguste Comte, Henri Poincaré e Pierre Duhem, além de Gottlob Frege, Bertrand Russell, Alfred Whitehead, Ludwig Wittgenstein, e até mesmo os pragmatistas americanos. O trabalho do Círculo foi também contextualizado por referência à ‘tradição liberal’ de Viena e ao movimento de educação de adultos; influências e orientações variando do liberalismo da economia da utilidade marginal de Carl Menger ao Austro-Marxismo (NEURATH, CARNAP, HAHN, 1929). Outro aspecto notável desse manifesto é o tom iluminista de seu esforço cultural, entendido como uma “[...] empreitada em direção a uma nova organização da economia e das relações sociais, em direção à unificação da humanidade, em direção à reforma da escola e da educação”. O papel desses intelectuais deveria consistir, segundo pensavam, em “[...] criar ferramentas intelectuais para a vida cotidiana, para a rotina do estudioso, mas também para a vida diária de todos os que de alguma maneira se juntam ao trabalho consciente de remodelação da vida” (CARNAP, HAHN, NEURATH 1929 304-305). Os principais elementos teóricos da concepção científica do mundo – empirismo, positivismo e análise lógica da linguagem – entretanto, deviam ser aplicados aos problemas de fundação da aritmética, física, geometria, biologia, psicologia e ciências sociais. A filosofia tradicional voltada para a construção de sistemas, defendiam esses pensadores, devia ser destronada como a ‘rainha das ciências’, e, no seu lugar, deveria ser estimulada uma outra, mais prática e realisticamente-orientada. Essa nova aproximação culminou no *slogan* “A concepção científica do mundo serve a vida e a vida a recebe” (CARNAP; NEURATH, 1929, p. 318).

1.3 Os intelectuais mandarins e a tradição mandarim nas universidades

A elite tradicional dotada de instrução superior, especialmente os professores universitários, que eram os elementos mais influentes dessa classe, desempenhavam importante papel na sociedade alemã moderna (BETZ, 2004; RINGER, 2000). Representavam a autoridade suprema em torno das questões culturais e políticas da

época, constituindo-se no manancial de onde os alemães cultos formavam suas opiniões sobre esses temas (RINGER, 2000, p. 91). Isso acontecia porque, sendo a universidade alemã o centro de onde provinha o complexo de padrões institucionais, sociais e culturais vigentes, havia condição privilegiada para o controle cultural hegemônico desses intelectuais (RINGER, 2000). Segundo nos relatam os historiadores Fritz Ringer (2000) e Hans-Georg Betz (2004), a época em que esse grupo foi hegemônico foi o período em que se criaram importantes universidades alemãs como a de Berlim, que tornaram-se modelos para outras universidades. O setor acadêmico dessa elite foi chamado de “intelectuais mandarins” por Ringer e representava a autoridade cultural suprema. Essa denominação, embora altamente influente entre historiadores intelectuais do período, não é, entretanto, compartilhada por outros autores. Especialistas como Hans-Georg Betz e Eugene Jones, por exemplo, preferem o termo *Bildungsbürgertum*. Sua hegemonia, como procuram mostrar, iniciou-se no final do século XVIII e começou a ser contestada ao longo da revolução industrial, mais especificamente a partir de 1890, quando a sociedade se complexificou.

De acordo com esses autores, ao longo desse processo de transformação social houve uma contínua complexificação das relações sociais e econômicas, decorrentes da abrupta industrialização da Alemanha como já tivemos a ocasião de assinalar. Isso, por sua vez, permitiu o surgimento de novos grupos sociais com organização e interesses próprios. Segundo Betz, a partir do “[...] fim do século dezenove [...] a Alemanha se transformou de [uma sociedade] amplamente agrária, em uma sociedade fortemente industrial [...]” enquanto sua “[...] estrutura social mudou de uma sociedade organizada em propriedades fundiárias para outra baseada em classes” (2004, p. 69). Ringer converge nessa análise do período. Na medida em que grandes empresários e uma crescente massa de operários¹⁹ começaram a fazer parte dessa sociedade, começaram a rivalizar entre si, e os interesses e *status* da burguesia esclarecida (classe alta tradicional não produtiva), em especial os professores universitários, começaram a ser contestados (RINGER, 2000, p. 56).

Ainda de acordo com Ringer, o parlamento alemão (Reichstag), que era a arena política onde essa batalha era travada, por volta do início do século XX em nada se

¹⁹Os empresários das grandes empresas e fábricas, mencionados na seção anterior, se organizavam em poderosas associações, principalmente em prol da proteção tarifária, criação de cartéis e contra as greves dos operários. Por outro lado, naturalmente, uma grande massa de trabalhadores começou a se associar para a proteção mútua contando em 1910 com um sindicato composto por mais de 2 milhões de afiliados (RINGER, 2000, p.56).

assemelhava àquele da época anterior quando os mandarins ali compunham a maioria²⁰ (2000). Além disso, o papel constitucional do parlamento alemão e os hábitos políticos de Bismarck encorajaram uma cultura política mais ou menos estreita de busca de interesses materiais (ELEY, 1993).

Não é de surpreender que esse processo tenha sido especialmente perturbador para um segmento da população “[...] que não participava do novo setor industrial da economia [...]” nem tinha “[...] força numérica nesse sistema político” (RINGER, 2000, p. 56) e não compartilhava dos valores culturais da sociedade então emergente, como se pode depreender do que falamos sobre sua linhagem intelectual. Os receios dessa burguesia letrada não eram injustificados. No auge do processo de industrialização, no fim do século XIX, “[...] o Bildungsbürgertum acadêmico e profissional [...]”, em especial “[...] os altos servidores da administração pública, professores universitários, professores secundários e os juizes estavam em plena crise” (BETZ, 2004, p. 73). Afinal de contas, em meio a essa nova sociedade que nascia, o *Bildungsbürgertum* permanecera como um grupo de *status* baseado no ideal de Bildung (BETZ, 2004; RINGER, 2000). Sua sobrevivência como grupo distinto dependia, ainda segundo esses dois estudiosos, da permanência da aceitação da superioridade dessa mescla de educação formal em estudos clássicos e cultivo intelectual, moral, estético, frente ao moderno conhecimento funcional. É importante ressaltar que essas mudanças afetaram em especial os professores universitários dentro desse grupo (RINGER, 2000; BETZ, 2004).

Por um lado, a “[...] industrialização levou ao surgimento de uma elite burguesa competitiva que comandava o capital econômico e educacional.” (BETZ, 2004, p. 74). Afinal, convém assinalar que o favorecimento da educação não foi fruto exclusivo da presença do Estado, através do ensino público, mas complementarmente do incentivo que as empresas deram ao ensino técnico e à pesquisa científica, declara Cyro Rezende (2008). Sobre esse aspecto esse autor ainda frisa que “As indústrias Krupp, por exemplo, chegaram a ter em seus quadros funcionais um corpo de cientistas maior que o de qualquer universidade, às vésperas da Primeira Guerra Mundial” (2008, pp. 153-154).

Essa elite empresarial, como se poderia imaginar, tinha especial interesse no incentivo do ensino de ciências e tecnologia e começou a ter cada vez mais influência

²⁰Para detalhes estatísticos da representação desse e dos outros grupos no parlamento ao longo desse processo deve-se consultar o livro de Ringer (2000, pp. 56-59)

nos rumos da educação alemã. Quanto a isso Ringer chega a declarar que, dentro das ideias aventadas para a reforma do ensino superior no início da República de Weimar em 1919, já se cogitava a criação de “[...] comissões constituídas de importantes homens de negócios e figuras públicas com o objetivo de aconselhar o ministério no preenchimento dos cargos existentes no ensino e na criação de novos postos” (RINGER, 2000, p. 80).

Por outro lado, como era de se esperar, a “[...] industrialização levou a uma desvalorização progressiva do ideal de educação humanística e universalista em favor de uma formação científica e técnica mais estrita”. Essa formação foi refletida “[...] na crescente popularidade das escolas secundárias ‘orientadas para a realidade’ [...] e também das universidades técnicas” (BETZ, 2004, p. 74). Essas escolas secundárias voltadas para a prática, conhecidas como *Realschulen*, criadas na década de 1830, com o objetivo de formar jovens para cargos técnicos e burocráticos no comércio na indústria, foram ganhando prestígio pela virada do século (RINGER, 2000). Contudo, como já mencionamos, esse tipo de educação somente ganhou força no período da república de Weimar que, segundo Ringer, foi fruto de reformas de ministros da educação socialistas. Ao todo havia, segundo esse estudioso, três categorias de escolas a partir de meados do século XIX: Ginásio, Realgymnasium e Oberrealschule. A primeira delas, destaca, com seu currículo clássico baseado no estudo do latim e do grego, sempre tivera maior prestígio na sociedade alemã desde as reformas neo-humanistas no início do século XIX. Nas demais, que eram consideradas escolas voltadas para o ensino prático, dava-se mais ênfase do que os ginásio à disciplinas não clássicas como a matemática, as ciências naturais, o alemão e as línguas estrangeiras modernas.

O contexto social e político dessas reformas, como concordam Ringer (2000; 2004), Betz (2004) e Jones (1993), refletia um conflito entre dois polos da burguesia alemã. De um lado, apontam esses autores, havia o grupo mais conservador da elite educada alemã, contrário à república de Weimar, constituída pelos altos funcionários públicos, professores universitários, professores do ginásio e profissionais liberais, que defendia a tradição humanista na educação escolar. De outro, continuam esses estudiosos, havia o grupo republicano - composto por artistas, políticos, professores primários e uma pequena minoria de professores universitários, tanto de linha democrata quanto socialista - que defendia reformas sociais e uma educação modernista.

É digno de nota que os intelectuais mais ortodoxos dentre *Bildungsbürgertum* sempre tentaram frear essas implementações desde o início, mas, com sua influência

diminuindo drasticamente na República, já não conseguiram barrá-las completamente (RINGER, 2000). Por fim, a admissão de graduados secundaristas não-clássicos ao ensino superior - situação que favoreceu os estudos acadêmicos de Hempel - paralelamente à introdução da educação escolar elementar comum durante o período de Weimar, levou ao aumento do número de matrículas nas universidades que se acelerou notavelmente desde os anos 1870 até a década de 1920 (RINGER, 2004).

As lembranças de Hempel, acima mencionadas, sobre sua formação educacional básica, realizada numa dessas *Realschulen*, nos dão uma boa ideia da posição social em que esse filósofo se inseria e de como os filósofos tradicionais dessa comunidade alemã poderiam ter visto um intelectual como ele e seus colegas empiristas lógicos. Não menos óbvia foi a forma como o próprio movimento de filosofia científica, da qual Hempel fez parte, poderia ter sido visto por essa sociedade na década de 1920. Ajudou muito o fato desses próprios filósofos terem intencionalmente dado um tom sensacionalista e radical no seu manifesto. Um ponto importante nesse sentido foi a escolha do termo *Wissenschaftliche Weltauffassung* (concepção científica do mundo), utilizado no título do manifesto do Círculo de Viena em 1929, assim como na série de sete volumes editadas pela Sociedade Ernst Mach, instituições das quais Hempel foi também apoiador e colaborador. Esses dois termos alemães juntos representavam, por um lado, “[...] uma concepção do mundo que era profundamente informada e orientada pela ciência[...]” trazendo assim “[...] a filosofia para dentro dos limites de uma disciplina genuinamente científica” (RICHARDSON, 2007, p. 4). Por outro, o termo “*Weltauffassung*”²¹ “[...] pretendia assinalar o agudo contraste com a “concepção” [de mundo] alemã (*Weltanschauung*)²² de cunho metafísico” (STADLER, 2007, p. 14) e com isso fazer frente à tradição cultural mandarim que imperava na filosofia acadêmica do mundo germânico.

A reação que os filósofos tradicionais tinham frente aos filósofos cientificamente-orientados pode ser notada igualmente em outras circunstâncias como a seguinte. Joseph Petzoldt, um dos fundadores da Sociedade de Filosofia Empírica e um dos primeiros filósofos na Universidade Técnica de Berlim, também “[...] teve que

²¹ Conforme o dicionário online dict.cc esse termo é um substantivo que significa percepção de mundo ou visão de mundo. Esse dicionário destaca ainda que é um termo técnico da área da filosofia, contudo não está relacionado com nenhum filósofo em particular.

²² De acordo com o Dicionário Alemão de Termos Filosóficos (WAIBL & HERDINA, 1997), é um substantivo feminino que significa, em metafísica, concepção de mundo. O termo plural (*der weltanschauung*), segundo esse dicionário, significa tipos de concepções de mundo e está relacionado com o filósofo alemão Dilthey.

superar muitos obstáculos colocados em seu caminho pela filosofia acadêmica [...]” (HOFFMAN, 2007, p.46). Desde sua habilitação na Universidade de Berlim, centro da filosofia acadêmica, enfrentou a resistência (HOFFMAN, 2007, p. 45-46):

[...] de três ‘mandarins’ na filosofia: Wilhelm Dilthey, Friedrich Paulsen e Carl Stumpf. Somente em 1904, e com grande esforço, como ele escreveu em retrospectiva, foi capaz de se habilitar na Universidade Técnica Berlim-Charlottenburgo, onde serviu primeiro como privatdozent [instrutor].

Outra experiência infeliz relevante nesse sentido foi a que teve Hans Reichenbach. Segundo nos conta Nicolai Milkov (2013), esse filósofo teria tentado estabelecer cátedras de filosofia científica da natureza através da Alemanha. Com esse objetivo teria composto em 1931 uma petição de sessenta páginas, subscrita por um grupo de cientistas entre os quais Einstein e Hilbert, encaminhada ao Ministro da Ciência, Arte e Educação da República de Weimar. Na época, o ministro não era ninguém menos que Wolfgang Windelband, filho do filósofo neokantiano da escola de Baden, Wilhelm Windelband, contra o qual os filósofos científicos se opunham ferozmente---que indeferiu o pedido.

Embora nesse caso não estivesse envolvido nenhum conteúdo político evidente, mas apenas ideias sobre epistemologia, o ambiente do período sucitava muita desconfiança. Evidência disso encontramos na descrição que faz Fritz Ringer (2000, p. 214):

Durante a década de 1920, os cientistas sociais alemães realizaram seu trabalho acadêmico numa atmosfera de extraordinária tensão e instabilidade. A comunidade acadêmica estava politicamente mais dividida do que nunca; pareciam estar em questão os próprios alicerces da tradição mandarim. Escrever sobre o governo, a economia ou a sociedade era entrar necessariamente no debate acalorado sobre as alternativas políticas contemporâneas. A sensação predominante de crise era tão profunda que mesmo os métodos de análise das ciências sociais, e não apenas os resultados das pesquisas, adquiriram imediata relevância política. Tomou-se cada vez mais fácil descobrir as preferências partidárias de um indivíduo no programa metodológico que elaborava de sua disciplina.

Os institutos técnicos, também responsáveis por mudanças educacionais, cresceram muito mais depressa do que as universidades na década de 1920 (RINGER, 2000). Exatamente por isso também foram alvos de críticas dos intelectuais mais ortodoxos. Ainda segundo esse historiador, eles temiam que [...] as universidades, tanto quanto os institutos técnicos, virassem fábricas de pesquisa prática e de produção em massa de técnicos” (RINGER, 2000, p. 63).

Em relação a um panorama social mais abrangente, Hans-Georg Betz (2004) nos mostra que a *Bildungsbürgertum* acadêmica foi sendo sobrepujada gradualmente, não somente “[...] por empresários e diretores administrativos [mas] também pelo rápido crescimento do número de engenheiros, técnicos, e outros ‘especialistas’”. Foi exatamente essa sensação que os fez mudar sua inclinação política ao longo desse processo. Enquanto que “[...] na primeira metade do século tinha sido o mais fervoroso proponente do liberalismo,²³ tornou-se cada vez mais conservadora, não somente buscando paz com o estado imperial²⁴ e a aristocracia, mas exaltando seus sucessos econômicos e militares”²⁵. Um comportamento característico dos intelectuais acadêmicos frente a essas mudanças desde por volta de 1890, se manifestou no seu hábito de interpretar “[...] a erosão do seu status em termos de uma crise cultural, causada pelo assalto da *Zivilisation* (Civilização) e da *Gesellschaft* (Sociedade) sobre a *Kultur* e a *Gemeinschaft* (Comunidade)” (BETZ, 2004, p. 74)²⁶. Os textos anti-liberais e exaltados de Paul de Lagarde e Julius Langbehn, além de seu sucesso e influência são bastante representativos, segundo esse autor, da extensão do pessimismo cultural que se espalhou pelo estrato educado.

Não obstante, apesar dos conflitos internos e da crescente pressão da massa por mudanças sociais, a elite da Alemanha Imperial conseguiu manter sua posição dominante até a Primeira Guerra Mundial, destaca Betz (2004). Unidas pelo seu medo das classes baixas, continua, a aristocracia e a alta burguesia permaneceram fundamentalmente hostis à democracia. Apenas por volta do final da Primeira Guerra Mundial, conclui o autor, com a deposição da monarquia e a instauração da República, a simbiose entre os dois grupos foi finalmente destruída.

A sensação de mudanças e instabilidade que se intensificou primeiro com a Revolução Alemã (1918), depois com o estabelecimento da República de Weimar (1919) e, posteriormente, com a inflação pós-primeira²⁷ guerra mundial, foi um choque

²³Também conhecido como *Bildungsliberalismus*, foi uma corrente intelectual bastante estudada por Fritz Stern em seu “The Politics of Culture Despair” (1961) e Geoger Mosse em seu “The Crisis of German Ideology” (1964).

²⁴ Segundo Ringer o liberalismo mandarim esteve presente até as revoluções de 1848 e 1849. Depois do malogro dessas revoluções, a partir de 1850 e 1860 houve uma tendência contra o radicalismo e a favor da conciliação com as forças monárquico-burocráticas. Tendência essa, diz Ringer, que continuou crescendo nas décadas de 1870 e 1880, inclusive sendo bastante explorada por Bismarck.

²⁵Cf. também Ringer, 2000, p. 128 e pp. 201- 214).

²⁶CF. Peter Gay 1978, p. 112; Ringer, 2000, pp. 201-214.

²⁷Segundo Larry Jones, a “[...] inflação teve um efeito devastador sobre a comunidade acadêmica alemã e reduziu a uma fração do seu valor original as várias formas de investimentos privados com as quais a Bildungsbürgertum tinha tradicionalmente suplementado sua renda” (JONES, 1993, p. 81).

para essa classe alta educada. Essa angústia se manifestou tanto na sua atitude arrogante e mal-humorada em relação à sociedade industrial de massas quanto na sua oposição ferrenha à República de Weimar (RINGER, 2000, p. 226). A ala mais numerosa dos intelectuais mandarins, a ortodoxa, da qual falaremos em breve, tendeu, por volta da década de 1920, para uma “[...] retórica moralista praticamente impenetrável” que dificultava o debate racional e realista (RINGER, 2000, pp. 226-228). Como veremos na próxima seção sobre a configuração do embate político entre dois grupos distintos da elite educada e como ele influenciava o ambiente acadêmico em que os empiristas lógicos circulavam.

CAPITULO 2 - A FILOSOFIA CIENTÍFICA NO CONTEXTO DO DEBATE DAS GEISTESWISSENSCHAFTEN NA ALEMANHA

2.1 Ambiente intelectual e político dentro das universidades na República de Weimar

Tendo em vista que o movimento dos empiristas lógicos, do qual Hempel foi um dos principais representantes (FETZER, 2001, p. xviii; SALMON, 2000), é entendido como uma reação e tentativa de superação da tradição filosófica da Alemanha (REICHENBACH, 1936; 1951; CARNAP, NEURATH & HAHN, 1929; HEMPEL, 1993), reconstruiremos o contexto histórico e intelectual no qual essa última estava inserida. Tal reconstrução se faz necessária porque a influência de que ela continuava gozando na sociedade da República de Weimar - muito lamentada pelos empiristas lógicos na década de 1920 como fator de atraso intelectual e infertilidade filosófica (Cf. CARNAP, NEURATH & HAHN, 1929) - ainda se manifestava por meio da sua tradição intelectual e pela sua autoridade sobre os temas culturais, sociais e políticos da época. Não só a partir da reconstrução do cenário intelectual, mas também do ambiente social e político em que esse cenário foi montado, pretendemos iluminar a postura de rompimento almejada pelos empiristas lógicos, pois vários aspectos do ambiente cultural do período influenciaram a postura antagônica ante a tradição intelectual hegemônica na academia dessa época. Não é fortuito que os empiristas lógicos tivessem a necessidade de reclamar uma tradição intelectual que, tal como foi reconstruída por eles, se contrapunha, quase ponto por ponto, aos elementos da tradição mandarim. Em relação a essas tradições e de seus embates intelectuais, retornaremos de maneira mais detida no próximo capítulo. Afinal, elas acabaram por formar duas concepções antagônicas sobre o conhecimento social as quais são objeto de análise e crítica de Hempel em seu artigo “A Função das Leis Gerais na História” de 1942.

Havia no cenário intelectual e político acadêmico divergências que, não obstante já existissem antes da virada do século, se acentuaram muito durante o período da Revolução Alemã e da República de Weimar (RINGER, 2000). Algumas das lembranças de Hempel desse período, especialmente sobre seus professores, chegam a sugerir essa polarização. O filósofo, numa dessas lembranças, faz questão de ressaltar que “Existia um grande número de pessoas bastante conservadoras, mas havia outras

que eram bastante liberais e muito inspiradoras [...]” (HEMPEL, 1993). Historiadores como Jones (1993), Eley (1993) e Ringer (2000; 2004) referem-se à configuração de um campo político constituído pela elite educada em dois polos principais, um conservador e outro progressista. Um historiador britânico chega a dizer, inclusive, que a dinâmica entre esses dois campos políticos representava a própria República de Weimar²⁸ na qual havia uma luta por “[...] hegemonia cultural e intelectual [...] não tanto entre classes sociais diferentes, mas dentro da burguesia alemã [...]”, especialmente “[...] entre aqueles que acreditavam em cooperação das classes sociais baseada numa democracia parlamentar e aqueles que rejeitavam os compromissos sociais e políticos sobre os quais a República de Weimar tinha sido fundada” (JONES, 1993, p. 74)²⁹.

Foi nesse ambiente em que os empiristas lógicos pretenderam se apresentar como um eixo intelectual de mudança cultural por meio da reforma da filosofia acadêmica. Segundo nos conta Ringer (2000), os ortodoxos eram parte de uma maioria da comunidade acadêmica com “[...] menos possibilidades de expressão, com menos sofisticação política e menos brilhantes em termos intelectuais”. Os modernistas, por sua vez, representavam uma minoria “[...] progressista [...] formada por alguns eruditos alemães mais importantes, e sobretudo os cientistas sociais famosos” (RINGER, 2000, pp. 130-131). Entre os últimos podemos destacar, conforme esse último estudioso, alguns mais conhecidos como Max Weber, Friedrich Meinecke, Ferdinand Tönnies, Ernst Troeltsch, Ernst Cassirer, Ernst von Aster, George Simmel, Wolfgang Köhler, Emil Lederer, Theodor Mommsen, Joseph Schumpeter, Paul Natorp, Albert Einstein. Tendo em vista o tema de nossa pesquisa, poderíamos acrescentar os nomes de Hans Reichenbach, Rudolf Carnap e Otto Neurath, por suas posições políticas.

A República, entendiam os modernistas, era a forma natural e necessária de governo para a sociedade industrializada e de massas em que viviam depois de 1918. Ela era vista por eles como a única forma de governo “[...] capaz de superar as diferenças sociais numa nação dilacerada pelo antagonismo, de atrair apoio popular suficiente para manter a ordem e assegurar a autoridade do Estado [...]” (RINGER, 2000, p. 191). Alguns mais moderados, entre eles Max Weber e seu irmão, também foram os fundadores do Partido Democrático Alemão; outros, mais radicais, estavam mais a esquerda e simpatizavam com os social democratas, a exemplo de Hans Reichenbach e Rudolf Carnap. Otto Neurath, conforme Stadler (2015), situava-se mais a

²⁸RINGER 2000, GAY 1978.

²⁹Quanto a isso Cf. GAY, 1978, pp. 37-59

esquerda, inclusive exercendo papel de consultoria econômica para a República Soviética da Bavária, proclamada em 1918.

Na avaliação desses intelectuais liberais, a antiga monarquia constitucional perdera o controle das massas e a tentativa da elite educada mais ortodoxa de restauração era ineficaz e perigosa, pois pensavam que a “[...] rejeição da república pelas elites só podia resultar num impulso mais forte na direção do radicalismo e da desordem das esquerdas [...]”. Em vista disso, aqueles modernistas mais ligados a tradição cultural *bildungsburgertum*³⁰, encaravam, com o novo regime, pelo menos uma possibilidade para “[...] influenciá-la de dentro, guiá-la para caminhos realmente moderados e torná-la responsável tanto quanto possível pelas tradições culturais e políticas da casta mandarim” (RINGER, 2000, p. 191)³¹.

As necessidades em relação à nova conjuntura histórica, continua esse autor, afetaram muito a atitude dos modernistas em relação a sua herança cultural. Esses chegaram ao ponto de pensarem, complementa, que, diante dessa situação, já não se tratava de lutar pela permanência dessa tradição, mas da “[...] necessidade de sua tradução para uma linguagem mais moderna [...]” bem como da “[...] eliminação dos elementos radicalmente incompatíveis e não essenciais [...]” para assim “[...] permitir a concentração nas mais vitais e duradouras” (RINGER, 2000, p. 200). Esse posicionamento também convergia, ainda conforme esse autor, para a necessidade de reavaliação dessa tradição cultural que os intelectuais modernistas manifestavam, dentre os quais figurava o ilustre filósofo Ernst Cassirer. A percepção deles era que os ideais primitivos tinham se corrompido desde o final do século XIX, e de que “[...] algo estreito, vulgar e dotado de consciência de classe insinuara-se [...] para degradar uma concepção originalmente universal e libertária de nobreza espiritual” (RINGER, 2000, p. 200)³². Contudo, enquanto “[...] os modernistas se transformavam nos porta-vozes da “fria razão”, os ortodoxos escolheram o papel de patriotas e moralistas desesperados [...]” (RINGER, 2000, p. 201).

A república, continua Ringer, não era, para os ortodoxos, apenas um dispositivo

³⁰Esses intelectuais foram consagrados com a alcunha de “Vernunftrepublikaner”, ou seja, republicanos pela razão e não pelo coração. Cf. GAY, 1978, pp. 39-42; RINGER, 2000, p. 192.

³¹O que essa minoria da intelectualidade mandarim queria era ocupar “[...] um sadio ponto médio entre os extremos emocionais do anti-republicanismo ortodoxo e do socialismo revolucionário” (RINGER, 2000, p.192).

³²Um exemplo dessa posição é a do modernista neokantiano Ernst Cassirer quando procura mostrar que “[...] a idéia da constituição republicana como tal não é de modo algum uma coisa estranha [...] um intruso na tradição intelectual alemã como um todo, e sim algo que brotou do próprio solo dessa tradição, alimentou-se de suas próprias energias, as energias da filosofia idealista” (RINGER, 2000, p. 201).

técnico, de modo que não podia ser dissociada das forças que a haviam criado. Parafraseando as declarações de um intelectual mandarim ilustre como Gustav Roethe sobre a República, Ringer oferece uma boa ideia da natureza da exasperação ortodoxa (RINGER, 2000, p. 202)³³:

Era o cúmulo e a encarnação da decadência nacional. Baseava-se na noção de igualdade, ‘a filha da inveja e da ganância’; era uma democracia, ‘uma vítima de demagogos e falastrões, saturada da baixaza dos instintos vulgares, da paixão dos invejosos, dos párias e dos deserdados’.

Nesse clima intelectual, após 1919, as universidades alemãs, que ainda eram dominadas pela maioria ortodoxa, converteram-se nos baluartes da oposição de direita à República. Não raras vezes a histeria anti-republicana de professores e alunos gerou frequentes incidentes. “Sempre que um professor dizia algo que se assemelhasse a uma opinião pacifista ou marxista, havia um levante de estudantes contra ele, sobretudo se fosse judeu” (RINGER, 2000, p. 203)³⁴.

A maior parte dos líderes do empirismo lógico, como Reichenbach, Carnap, Neurath, Grelling e Hahn, eram socialistas e judeus (STADLER, 2007; HOFFMANN, 2007). O orientador de Carl Hempel, Hans Reichenbach, líder do grupo de Berlim, traz essas características de forma mais conspícua. Além de ser judeu, a primeira parte do primeiro volume da coletânea dos escritos seletos desse filósofo mostra, na interpretação de Maria Reinchebach, sua esposa e organizadora da coletânea, “[...] sua acuidade e seus princípios igualitários expressados antes e durante a primeira guerra mundial [...]” o que “[...] fez dele um líder natural do partido dos estudantes socialistas criado em Berlim depois da revolução alemã em 1918” (REICHENBACH & COHEN, 1978, p. 81; HEMPEL, 2000, pp. 288-294). A prova disso, é que os textos “Plataforma do Partido dos Estudantes Socialistas”, “Socializando a Universidade” e “Relatório do

³³“Enquanto a maioria ortodoxa dos catedráticos simpatizavam com o Partido Nacional do Povo Alemão que também representava os antigos conservadores ruralistas, os pan-germanistas, os burocratas de direita e os oficiais do exército – as classes mais baixas, isto é, a grande maioria do povo, se deixava conduzir pelo Partido Social Democrata. Já os mandarins modernistas ou acomodacionistas tinham no Partido Democrático Alemão seu principal órgão do republicanismo acadêmico. Os irmãos Weber (Max e Alfred), Ernst Troeltsch e Friedrich Meinecke eram alguns dos mais ilustres dirigentes deste partido. O próprio Max Weber foi uma das figuras importantes na concepção da Constituição da República” (RINGER, 2000, p. 189).

³⁴Durante o período de Weimar, as conexões há muito estabelecidas entre a anti-modernidade e o anti-semitismo dos mandarins tornaram-se cada vez mais evidentes. Muitos professores ortodoxos foram bastante explícitos em colocar os judeus entre os elementos de decomposição nacional. (Ringer 210)

Partido dos Estudantes Socialistas, Berlim e Notas Sobre o Programa³⁵” são propostas escritas cuja redação ficou a cargo de Hans Reichenbach (Cf. REICHENBACH & COHEN, 1978).

Essa posição incomum era perigosa e Reichenbach sabia o quê sua postura política poderia representar para sua carreira profissional e acadêmica em especial. Uma manifestação concreta desse sentimento por parte de Reichenbach pode ser percebida na seguinte ocasião. Segundo nos conta Nicolai Milkov (2013), houve uma circunstância em que ele teria se envolvido numa briga num conhecido restaurante vegetariano em Göttingen em favor do grupo liderado pelo filósofo Leonard Nelson contra estudantes nacionalistas que assediavam alguns estrangeiros. Tal incidente, continua Milkov, teria levado a chamarem Reichenbach de “nelsoniano”, grupo atrelado, na Alemanha de Weimar, a tendências políticas muito à esquerda e com o qual seria inapropriado estar associado, especialmente quando alguém pretendesse ser um professor, cargo que corresponde a ser um servidor do Estado até os dias de hoje. Por conta disso, quando, por meio de cartas, se corresponde procurando um cargo de professor em 1925, tenta minimizar os rumores sobre essa ligação (MILKOV, 2013).

Percebe-se também que, ao contrário do seu colega vienense Neurath, grande líder do Círculo de Viena e entusiasta da reorganização social e econômica de seu país, Reichenbach mantém “[...] uma ambição social mais modesta [...]” de “[...] elevar o status da ciência na sociedade e, mais especificamente, na filosofia” (MILKOV, 2013, p.14). Um esforço notável nesse sentido foi sua tentativa de estabelecer cátedras de filosofia científica da natureza na Alemanha através de um projeto submetido ao ministério da ciência, arte e educação da Republica de Weimar em 1931³⁶ (MILKOV, 2013, p.24). Podemos verificar o papel que ele atribui à ciência para a reforma universitária e social quando ressaltava a necessidade de, antes de uma crítica lógica oferecida pela epistemologia, de uma avaliação em que “[...] o significado último da ciência para a humanidade deve[ria] ser estabelecido” (REICHENBACH, 1978, p.129). Sabemos por meio de outra fonte que esse tipo de cautela não impediu esse filósofo de perder seu cargo duramente conseguido. Segundo Clark Glymour (2016), com a ascendência de Hitler ao poder, “[...] as concepções e métodos do Grupo de Berlim e do

³⁵Digno de nota é o fato do segundo texto ser um programa notavelmente completo lançando as diretrizes do partido em vista de uma profunda reforma universitária em todos os setores: econômica, social, legal e educacional.

³⁶A petição tinha 60 páginas além de conter as assinaturas de apoio de alguns renomados cientistas da época entre os quais Albert Einstein e David Hilbert (MILKOV, 2013, p.24).

Círculo de Viena foram rotulados como filosofia judaica e Reichenbach – que contava como judeu para os nacionais socialistas e era considerado indesejável haja vista seus escritos socialistas quando estudante – foi demitido da posição que ocupava na universidade.

Junto a eles também podemos contar outros intelectuais como o filósofo Ernst von Aster, o sociólogo Karl Mannheim, o economista Emil Lederer e o jurista político Gustav Radbruch³⁷. Aster foi o professor de Reichenbach, a quem este último reconhecia como seu mentor filosófico fundamental (MILKOV, 2013, p.15).

A principal ameaça à República, regime apoiado por esses intelectuais modernistas, veio de uma forte reação do campo intelectual ortodoxo. Ringer (2000) relata que, baseado numa literatura anti-republicana, esse grupo pintava dramaticamente o período de Weimar como uma época de imoralidade e degenerescência em que a vida social e política era a tal ponto corrupta que somente um violento golpe emocional ou uma ‘revolução espiritual’ poderia salvar o país. Se levamos em conta a influência cultural desses intelectuais ortodoxos, podemos inferir o perigo que esses pronunciamentos apaixonados representavam para a estabilidade política. O filósofo Ernst von Aster, filósofo social-democrata moderado que mantinha conexões com os nossos filósofos científicos, representa muito bem a preocupação desse grupo modernista no seu “Zur Kritik des Deutschen Nationalismus” quando ressaltava, de acordo com Ringer, o “esnobismo da cultura” e da “inexorável moralização” da maioria da elite intelectual que, na década de 1920, tomou frequentemente o lugar da análise política (RINGER, 2000).

Esse tom ácido também pode ser verificado no manifesto do empirismo lógico, onde seus autores, inbuídos do espírito do modernismo, não somente rechaçam esses grupos conservadores por sustentarem “[...] formas sociais tradicionais [...]”, mas também por cultivarem “[...] atitudes metafísicas e teológicas cujo conteúdo há muito tempo foi superado [...]” (NEURATH, CARNAP, HAHN, 1929, p. 317).

No período em que o movimento do empirismo lógico estabelece sua atuação pública com a fundação da Sociedade Ernest Mach, em Viena, e da Sociedade de Filosofia Científica, em Berlim, temos dados de que o clima piora bastante. Isso porque segundo Ringer (2000), entre 1929 e 1931, von Aster, “[...] um dos críticos radicais

³⁷Todos esses estão mencionados no último texto de Reichenbach. Sua atuação compreendia a organização de seminários e palestras sobre as questões políticas e exposição de textos de teóricos socialistas.

mais originais de todos [...]”, mais uma vez descreve a retórica nacionalista do grupo ortodoxo como uma “[...] autêntica mitologia”, uma “[...] nova ‘metafísica’ da reação”. Quanto à vagueza e o propósito desses discursos, von Aster em seu artigo “*Metaphysik des Nationalismus*” também julga que os novos sentidos então atribuídos a palavras como *Volk* e *Reich*, por exemplo, destinavam-se a adestrar cidadãos pouco educados a reagir num nível puramente emocional a quaisquer ‘poções mágicas’ que aplicassem nos ressentimentos ortodoxos (RINGER, 2000).

Essas características de matiz socialista tornavam os empiristas lógicos “outsiders” pois, mesmo que os social-democratas representassem a maior fatia da coalizão política que mantinha essa república, ganhando apoio maciço da classe trabalhadora, segundo o que nos conta Fritz Ringer, os “Professores universitários social-democratas continuavam sendo raros mesmo depois de 1918 [...]” (RINGER, 2000, p.190).

Outro aspecto relevante para compreendermos a relação entre os intelectuais partidários do empirismo lógico e seus colegas ortodoxos é a maneira como estes últimos relacionavam as doutrinas filosóficas materialistas a um materialismo mais vulgar. “Qualquer coisa que incomodasse os ortodoxos em seu ambiente moderno era atribuído basicamente a dois tipos de causas simultâneas: de um lado, aos teóricos materialistas ou utilitaristas e, de outro, às fábricas e à democracia parlamentar”. (Ringer, 2000, p. 208) Se tivermos em conta a tradição cultural expressa no manifesto do Círculo de Viena e seu apoio à indústria e à república, então podemos inferir que esse aspecto mais geral do pensamento conservador só dava mais força ao desprezo que eles nutriam em relação aos filósofos cientificamente-orientados.

Um aspecto interessante ressaltado por Jones (1993) e Ringer (2000) é que, embora existisse essa tensão política entre os modernistas e os ortodoxos, não obstante continuavam todos comprometidos com os valores sociais e culturais da *Bildungsbürgertum*, mesmo aqueles da ala liberal como Hugo Preuss, Max Weber e Conrad Haussmann, arquitetos da constituição de Weimar. Isso põe em evidência outra característica *outsider* dos nossos filósofos cientificamente orientados, pois se mantinham radicalmente descontentes com toda essa tradição cultural, como já tivemos a ocasião de mostrar. Mesmo que pudessem ser influenciados por muitas idéias sobre teoria da ciência de um Ernst Cassirer (MILKOV, 2013) e mantendo uma postura liberal e progressista como ele, não compartilhavam da tradição intelectual idealista e humanista desse tipo de intelectual liberal.

É razoável interpretar a marginalização do Círculo de Viena, evidente no modo como a imprensa agiu em relação ao assassinato do seu líder Moritz Schlick em 1936, como sintomática da recepção de sua atitude crítica à tradição *Bildungsbürgertum*. De acordo com um especialista na história desses intelectuais, nessa ocasião a imprensa não fez mais que legitimar tal ato quando se referiu ao grupo como “[...] ‘filosofia deletéria e negativa’ de Schlick, o ‘amigo dos judeus’” (STADLER, 2007, p. 29)

2.2 Empirismo lógico e o espírito de Weimar: modernismo

Os filósofos do empirismo lógico, enquanto homens inseridos profissionalmente no meio acadêmico, não estavam além e nem aquém dessas questões culturais e artísticas da vida alemã. Ainda faziam parte dessa comunidade acadêmica, e, não obstante serem uma minoria dissidente e progressista, também envidaram esforços para influenciar a sociedade em que viviam e disputar a hegemonia cultural frente à camada mais conservadora, prestigiada e numerosa. Não só propuseram um programa filosófico que operava uma ruptura radical com a filosofia estabelecida de sua época, mas criaram grupos informais e associações pelos quais pretendiam atingir um público mais amplo, além de servir de plataforma para o debate e o trabalho interdisciplinar com outros especialistas.

Tal como delineamos a fisionomia dos nossos filósofos cientificamente orientados, parece razoável pensar que fizessem parte daqueles intelectuais críticos mais radicais que, segundo Ringer, “Muito frequentemente, mantinha[m] contatos no mundo da intelligentsia não-acadêmica, não-oficial [...] com artistas, jornalistas e escritores” (2000, p.225). Comentaremos mais adiante que, ao contrário dos intelectuais mandarins, que desprezavam todos os aspectos da cultura modernista do início do século XX da Alemanha (GAY, 1978, pp. 17-18, JONES, 1993, p. 74, p. 79 e p. 88), nossos intelectuais estavam profundamente envolvidos com ela, compartilhando seu espírito de ruptura com o passado. Tratava-se de propor uma transformação completa da cultura, da educação, da arquitetura, da filosofia e dos modos de pensamento.

Peter Galison (1996), num instigante artigo interpretando o significado cultural da palavra alemã *Aufbau*³⁸ dá excelentes esclarecimentos acerca desse contexto cultural

³⁸ Segundo o dicionário online Pons, *Aufbau* é um substantivo masculino que pode significar montagem, construção, reconstrução ou estrutura.

entre-guerras e sua relação com o movimento do empirismo lógico. O artigo trata da explosão de jornais e outras publicações multiautorais que apareceram no mundo de língua alemã com essa palavra no seu título. No meio filosófico de nossos dias, salienta o autor, o emprego desse termo só é conhecido no contexto do projeto do empirismo lógico, e por constar do título de um livro de Rudolf Carnap, “Der Logische Aufbau der Welt” (“A Estrutura Lógica do mundo”). Oportunidade em que devemos destacar a influência dessa obra no pensamento de Hempel, admitida em sua autobiografia (2000). Contudo, Galison nos mostra que, entre outros usos até então desconhecidos, o termo também pode evidenciar a conexão desse grupo com outros movimentos intelectuais, artísticos e políticos daquele tempo. Esse estudioso declara que a partir do início da década de 1920, principalmente, esse termo se referia a uma tentativa esquerdista, tecnocrática e modernista de reconstrução da sociedade. Com a derrubada da velha ordem política pela Primeira Guerra e pela Revolução Alemã, conclui, a preocupação fundamental era reconstruir a sociedade usando métodos racionais e os recursos das ciências.

Essa palavra, antes ligada a um uso menos evocativo, depois da primeira guerra mundial sofreu uma ressignificação importante. Desde então, foi alçada a um conceito estruturador da revolta modernista do período da República de Weimar significando “[...]uma ruptura com o passado, uma construção não baseada no precedente e uma profunda convicção de que o processo *Aufbau* não poderia ser superficial. Ele tinha que encarnar não somente os engêdos da mudança política – tinha que transformar a cultura, a educação, a arquitetura e os modos de raciocínio que nos orientam através do mundo” (GALISON, 1996, p.18). Esse autor entende que o termo “[...] foi de fato emblemático de um momento no qual arte, arquitetura, política, educação e filosofia podiam aparecer a muitas pessoas como fazendo parte de um empreendimento modernista comum” (Ibid.). Suficientemente vago e rico em imagens centrais para aquele momento histórico, tal termo foi objeto de acirrada disputa por sua apropriação. Tal como o próprio modernismo, “[...] todo mundo queria um *Aufbau* com o seu próprio desenho: nazistas, liberais, socialistas e comunistas” (Ibid.). Vinculado aos empiristas lógico, segundo Galison, o seu modernismo tinha um viés tecnocrático e de esquerda.

Antes da guerra a “revolta modernista” tinha sido configurada em termos essencialmente apolíticos e definido a emancipação humana em termos mais estéticos e psicológicos do que em termos políticos, entretanto “[...] o período pós-guerra

testemunhou a emergência de uma nova vertente radical de modernismo cultural que buscou forjar uma aliança entre revolução cultural e política” (JONES, 1993, p. 82). Um caso desse tipo é o jornal *Der Aufbau: Flugblätter an Jugend* (Der Aufbau: folheto para jovens), publicado em 1921. Chama a atenção porque aponta para uma vinculação desse espírito cultural com o empirismo lógico berlinense, na pessoa do seu líder, Hans Reichenbach. O principal artigo, intitulado “Estudantes e Socialismo”, é de sua autoria. Os objetivos dessa publicação estão claramente enunciados no ensaio introdutório o qual propõe relacionar *Aufbau* e revolução (SCHÜLLER, 1921, p. 1, apud GALISON, 1996, p. 20).

O que é Aufbau? É Aufbau “mudar o mundo”? Evidentemente não! O que muda mais o mundo do que uma revolução? Contudo dizemos: uma revolução cria somente as condições para uma *Aufbau*. Mudança está ligada ao dado, ao substancial; é um redirecionamento, uma mudança de forças; é o técnico.

Alinhado com essa atitude mais fria e realista percebemos também nas artes visuais um eclipse das formas expressionistas que surgiram antes da primeira Guerra. Marcadas por um idealismo messiânico, o *Die Brücke* (A Ponte) e o *Der Blaue Reiter* (O Cavaleiro Azul) deram lugar depois da guerra a uma “[...] nova escola de expressionismo conhecida como *Neue Sachlichkeit*, um termo alternativamente traduzido como ‘a nova objetividade’ ou a ‘nova sobriedade’” (JONES, 1993, p.84). O trecho do jornal acima citado captura algumas características típicas dos manifestos e movimentos modernistas desse período. Era um tempo de governos revolucionários pós-guerra, salienta Galison, da Rússia à Bavária, onde graçava um sentimento de que a política sozinha tinha fracassado em operar as necessárias mudanças sociais. Outro aspecto importante era o clima da derrota das esquerdas revolucionárias em 1919-20 e 1923, como aponta Jones (1993). Ainda sobre esse período, esse autor afirma ser um momento de muitos assassinatos políticos devastadores, primeiro de Matthias Erzberger em 1921 e depois de Rathenau no ano seguinte. Por último, conclui esse estudioso, o completo colapso da moeda alemã em 1922-3 se combinou com todos esses fatores para gerar uma “[...] exaustão da fé expressionista [anterior a guerra] no poder redentor da sua arte” (1993, p. 83). Nesse clima de esgotamento político e artístico, o movimento modernista em geral passou a dar cada vez mais importância às condições materiais da vida. Galison declara que os “Meios de transporte, modalidades de produção e distribuição, a arquitetura dos edifícios e o planejamento das cidades – essas áreas materiais e técnicas sustentaram uma importância simbólica e real que para muitos jazia

mais fundo do que a política sozinha.” (GALISON, 1996, p.20). A ênfase na necessidade de mudança profunda para além da política fica clara no seguinte trecho do jornal abaixo (Der Aufbau: Sozialistische Wochenzeitung 1919, p. 1, apud GALISON, p. 22):

Não queremos parar na política no seu sentido estrito, porque a nova realidade que esperamos não é simplesmente um novo sistema político ou econômico, mas um mundo renovado das profundezas à superfície. [Essa renovação] deve representar um avanço em todos os outros domínios da vida: educação pública, camaradagem, a essência da criação de filhos, ciência, arte e religião.

Embora as publicações da esquerda tecnocrática ocupassem uma posição hegemônica nesse campo ideológico de reconstrução no período entre 1919 e 1926, Galison nos adverte que já havia também nesse período outras publicações explorando aspectos do nacionalismo e da Grande Alemanha. Tais publicações, explica, ganharam proeminência num segundo momento, quando os nazistas se apropriam do “modernismo” à sua maneira e mesmo o conceito “Aufbau” foi aproveitado. Segundo ele, um volume reunindo uma coleção de textos de vários autores chamado “Aufbau und Erbe” (Construção e Patrimônio) foi apenas um exemplo de publicação ostentando uma suástica em sua capa. Tratando de uma gama variada de assuntos, declara, desde música, poesia e prosa, voltava aos temas nazistas de território, armas e trabalho manual, força física, defender a pátria. Propunha construir, arremata esse autor, a nova sociedade fascista através da construção do novo homem fascista. O historiador americano, especialista na história moderna da Alemanha, Jeffrey Herf, referindo-se à apropriação do modernismo pelos nazistas no período após a tomada de poder por Hitler, afirma (HERF, 1984, pp. 16-17):

Os resultados do modernismo reacionário foram consideráveis. No país da contrarrevolução romantica contra o iluminismo, eles foram bem-sucedidos em incorporar a tecnologia no simbolismo e na linguagem da Kultur – comunidade, sangue, vontade, caráter, forma, produtividade, e finalmente raça - tirando do reino da Civilisation – razão, intelecto, internacionalismo, materialismo e finanças. A integração da tecnologia na visão de mundo do nacionalismo alemão providenciou uma matriz cultural que parecia restabelecer a ordem naquilo em que estes pensadores viam como uma realidade pós-guerra caótica. O que começou como uma tradição endógena de engenheiros alemães e literatos de direita terminou nos *slogans* administrados pelos nazistas. Reconciliando tecnologia e *Innerlichkeit*, o modernismo reacionário contribuiu para a nazificação da engenharia alemã e da primazia da ideologia e política nazistas sobre a racionalidade técnica e dos cálculos do interesse nacional até o fim do regime de Hitler. Eles foram os contribuintes da unidade – ao invés da separação – da ideologia totalitária e da prática política na ditadura alemã.

Foi exatamente para se opor ao que essa construção nazista vislumbrava, especialmente depois da tomada do poder, que houve uma enxurrada de publicações “Aufbau” anti-nazistas. Uma delas, ressalta Galison, fundada em dezembro de 1934 em Nova Iorque, tornou-se um jornal altamente influente publicado primeiramente em Alemão por judeus alemães. Eles anunciavam no seu *Aufbau Almanac*³⁹ (1941, p.6 apud GALISON, 1996, p. 22):

Seu nome [Aufbau] é seu programa. Lá na Europa, cada pináculo da realização que os judeus de língua alemã ergueram tem sido demolido. Em poucos anos, séculos foram anulados. Nas monstruosas ondas de ódio que devastaram uma paisagem cultural florescente, que de mil maneiras cresceu organicamente e frequentemente amadureceu até a mais bela floração, foi espalhada pelos ventos...Ressureição sobre uma nova terra, sobre novas raízes, a concentração de todos os elementos criativos para esse propósito – essa é a primeira tarefa a que serve o Aufbau.

Voltando à época imediatamente posterior à I Guerra Mundial, onde o empirismo lógico foi gestado, encontramos uma atmosfera de intenso trabalho em conjunto dos intelectuais dessa corrente e de outros setores intelectuais do movimento modernista tecnocrático de esquerda. Nesse período o significado de *Aufbau* aponta para dois sentidos principais. Um mais literal denotando construção, seu contexto de uso está relacionado com o êxodo rural e a massiva urbanização das principais cidades como Viena. A arquitetura teve, nesse momento, um papel crucial no planejamento da construção de habitações populares e na urbanização (GALISON, 1996)⁴⁰. O segundo sentido está mais relacionado com o esforço político e social que as Siedlungen (habitação em massa) na Alemanha e na Áustria materializaram. “Políticos e arquitetos progressistas se agruparam em torno dessa chance para moldar a vida diária dos trabalhadores” (GALISON, 1996, p. 24)⁴¹.

Um exemplo dessa versão mais abrangente é bem representado por Otto Neurath que “[...] uniu as duas concepções de *Aufbau*: a construção material e a construção de uma *Lebensform* racional e ordenada” (GALISON, 1996, p.24). Neurath (GALISON, 1996, p. 24):

³⁹ W. M. CITRON. *Aufbau Almanac. The Immigrant's Handbook*. 1941 [1934]. Verlag German-Jewish Club: New York.

⁴⁰ Somente nessa cidade entre 1922 e 1925 cerca de 20.600 habitações foram construídas (GALISON, 1996, pp. 23-24)

⁴¹ De qualquer maneira, em todos os períodos da explosão do conceito de Aufbau seja tecnocrático de esquerda (1918-1926), Nazista/anti-nazista (1933-37), liberal-democrata (1945-48); “[...] a noção de Aufbau foi tomada muito além das exigências de argamassa, aço e vidro. Do meramente material, a noção de construção foi elevada a um programa para um modo de vida” (GALISON, 1996, p.24).

[...] organizou propaganda para o *Siedlungen*; ele participou de palestras de arquitetos contemporâneos como Walter Gropius; e ele trabalhou em direta colaboração com um dos principais arquitetos austríacos, Josef Frank (irmão de Philipp Frank). Colaborando numa variedade de projetos, de museus ao sistema universal de sinais (Isotype), o sociólogo e o arquiteto vieram a compartilhar a visão da modernidade que juntava aspectos da arquitetura reformista vienense aos elementos da arquitetura alemã com sua aproximação “científica” a uma miríade de problemas sociais. Neurath e Frank concordavam que Josef Frank fosse convidado para dar a primeira numa série de palestras para a Sociedade Ernst Mach em 1929. Não muito tempo depois, todos palestram na Bauhaus de Dessau, então a cidadela da arquitetura modernista.

Outra evidência da estreita vinculação entre os empiristas lógicos é o fato de Hannes Meyer, arquiteto marxista que sucedeu Gropius na diretoria da escola da Bauhaus em Dessau em 1924, ter convidado Neurath, Carnap, Philipp Frank e Hans Reichenbach para dar palestras naquele lugar. Nada surpreendente haja vista o espírito interdisciplinar do empirismo lógico, como apontamos acima. A participação desses filósofos também foi favorecida por outro aspecto. Meyer via o estúdio do artista como “[...] um laboratório técnico-científico e o seu trabalho [...] os frutos da análise e da invenção” (MEYER, 1926, apud GALISON, 1996, p. 25). Segundo Galison, na visão do modernismo tecnocrático de esquerda, a “Modernidade, na forma desse mundo construído, opunha-se ao romantismo, ao religioso, ao nacional e ao tradicional” e especialmente para Neurath e seus colegas isso significava “[...] a derrubada da Viena gótica e sua substituição pelo racional e factual (*sachlich*)” (1996, p. 28). Sem dúvida, pelo que se disse até aqui, esse tecno-modernismo é o contexto mais amplo pelo qual deve ser interpretado “[...] o tom do ‘manifesto’ do círculo de Viena, o prefácio do *Aufbau* de Carnap e muito mais no trabalho dos positivistas lógicos da metade da década de 1920” (GALISON, 1996, p. 33)

No prefácio do livro de Carnap de 1928 intitulado “*Der logische Aufbau der Welt*” (A construção lógica do mundo) temos vários indícios da incorporação dessa vertente de modernismo no seu prefácio (CARNAP, 1967, p. xvii-xviii)

“não nos enganemos sobre o fato de que movimentos em filosofia metafísica e religião que são críticos dessa orientação [científica] tem novamente se tornado muito influentes. De onde vem então nossa confiança de que o apelo por clareza, por uma ciência livre de metafísica, será ouvido? Ele deriva do conhecimento ou, dito de maneira mais precisa, da crença de que essas forças opostas pertencem ao passado. Sentimos que existe um parentesco profundo entre a atitude sobre a qual nosso trabalho filosófico está fundado e a atitude intelectual que atualmente se manifesta num modo de vida inteiramente diferente; sentimos essa orientação em movimentos artísticos, especialmente na arquitetura, e em movimentos que buscam formas significativas [*Gestaltung des menschlichen Lebens*] de vida coletiva e pessoal, de educação e de organização externa em geral. Sentimos ao nosso

redor a mesma orientação básica, o mesmo estilo de pensamento e ação. Nosso trabalho é levado adiante pela confiança de que essa atitude ganhará o futuro.

A Sociedade de Filosofia Científica de Berlim também se mantinha numa estreita relação com o cenário cultural dessa época. O movimento modernista *Neue Sachlichkeit* (nova objetividade) também pode ser visto no desenvolvimento do teatro alemão a partir da segunda metade da década de 1920. O historiador Larry Jones (1993) aponta que no drama e nas artes visuais era comum uma crítica ao idealismo messiânico das primeiras vertentes do expressionismo do início do século XX. No lugar dessas correntes mais antigas, afirma esse historiador, estabeleceu-se uma concepção de teatro politicamente comprometida, ainda que destituída de convicção revolucionária, bem no espírito da *Aufbau* que apresentamos. Ainda segundo Jones (1993, p. 84-85):

A maior força inovadora no teatro de Weimar foi Bertholt Brecht, que em meados de 1920 tinha se convertido a uma forma altamente idiossincrática e não-doutrinária de Marxismo através de Walther Benjamin e Karl Korsch [...] Brecht começou a formular os esboços de um novo idioma dramático que o capacitaria a usar o palco como um fórum de discussão e propagação de idéias.

Tal como Brecht concebia sua teoria do “Teatro Épico”, o propósito do drama, bem a gosto do espírito de factuality e objetividade desse tipo de modernismo, não era, como mostra Jones, causar uma catarse emocional no público através da sua identificação com o destino trágico do herói, mas alçar a consciência das massas e incentivar a consciência do conflito universal de classes que constituía a sociedade capitalista. Sabemos, por meio de Milkov (2013), que esses intelectuais, com exceção de Benjamin, participavam das sessões da Sociedade de Filosofia Científica de Berlim. Esse autor afirma ainda que, além deles, também o escritor Robert Musil foi um de seus frequentadores entre 1931 e 1933. Quanto a Karl Korsch, em especial, temos a informação que era amigo íntimo de Walter Dubislav, secretário da Sociedade, por quem foi convidado a proferir ali palestras por duas vezes.

2.3 A filosofia natural e a filosofia humanística como modelo das ciências humanas no século XVIII

Entre as tradições intelectuais que cumpriram um papel formativo nas ciências

sociais modernas, Johann Heilbron (2008) nos aponta, por um lado, a filosofia natural⁴² e, por outro lado, a filosofia humanística, o conhecimento jurídico, os tratados políticos, a teologia cristã, as descrições de viagens e os ensaios morais e literários. A filosofia natural, entretanto, declara, foi a inspiração mais antiga. Tendo oferecido inspiração mesmo desde o início do século XVII para as influentes teorias do Direito Natural de Hugo Grotius, Samuel Pufendorf e Thomas Hobbes, os quais emulavam os modelos teóricos de Galileu, da matemática e da geometria, foi especialmente no século XVIII, período conhecido como Iluminismo, declaram alguns importantes historiadores⁴³, que a filosofia natural, então consagrada como o mais confiável e autorizado sistema de conhecimento da época na Europa, se transformou no modelo mais imitado nas outras áreas do conhecimento, inclusive no pensamento político e na filosofia moral. Enquanto quadro geral de orientação para a produção de conhecimento, a filosofia natural “[...] significava a busca de princípios e leis naturais [...]” ao invés de agentes sobrenaturais. Aplicada ao campo da filosofia moral⁴⁴ essa aproximação naturalística cumpriu um papel semelhante permitindo “[...] uma mudança dos modelos cristãos para modelos seculares [...]”, além de oferecer “[...] conhecimento confiável por meio do qual podia se evadir das consequências relativísticas da ‘crise cética’ dos séculos XVI e XVII” (HEILBRON, 2008, p. 40).

Quanto ao enquadramento naturalístico compartilhado por essa corrente do pensamento social, é necessário esclarecer que essa posição, contudo, não constituía uma posição uniforme. Se tomarmos em consideração dois importantes historiadores da ciência como Bernard Cohen e Johann Heilbron, ainda que essa opinião pareça ser comum entre os historiadores das ciências em geral, verificamos que a invocação da ciência natural correspondiam ideias diferentes quanto a questões de conteúdo e de método. Esses dois historiadores declaram que para certos proponentes da filosofia natural essa invocação significava o uso de metáforas mecânicas, sugerindo um mundo como uma máquina bem ordenada. Para outros, afirmam, significava uma analogia orgânica sugerindo um mundo como um organismo vivo. Enquanto certos intelectuais afirmavam a primazia da observação e da experiência, assinalam esses estudiosos,

⁴²A partir da década de 1790, com a criação do termo biologia na França, houve um processo de disciplinarização dentro da filosofia natural que durou até o início do XIX. Essa tendência culminou na distinção dos diversos campos hoje conhecidos pelos nomes de: matemática, física, química e biologia (HEILBRON, 2008).

⁴³ ROSS & PORTER, 2008; PORTER, 2008; COHEN, 1994; HUGHES, 1959; HEILBRON, 2008.

⁴⁴Como era conhecido o campo de conhecimento da sociedade antes do século XIX. Nome atribuído ao amplo campo dos estudos sociais.

outros, por outro lado, ressaltavam a primazia da dedução racional. Não menos importante é a questão da medição e da quantificação. Heilbron destaca que tais elementos eram indispensáveis para a concepção do método científico para alguns, ao passo que era totalmente ignorado por outros.

Entretanto, mesmo que esse enquadramento tenha sido tão fértil como parece ter sido, tampouco deixou de ter seus contestadores. A influência da aproximação naturalista da filosofia natural no pensamento social perdurou até o final do século XIX quando, segundo os historiadores da ciência Theodor Porter (2008), Johnson Wright (2008) e Johann Heilbron (2008), uma concepção alternativa, “culturalista”, em oposição as formas de naturalismo prevalecentes até então, ganhou força na Alemanha a partir do final do século XIX como reação ao positivismo e naturalismo que tinha desde a década de 1840 também se disseminado nessa região. Produzindo uma cepa peculiar de Iluminismo, muitas vezes chamado de *Aufklärung*, o território alemão, segundo vários estudiosos (BERLIN, REILL), representou uma forma peculiar de pensamento social, além de ter feito uma releitura bastante crítica sobre o pensamento iluminista ocidental. O ponto mais alto dessa reação foi marcado pela revitalização das ciências humanas e do debate das *Geisteswissenschaften* na segunda metade do século XIX onde teve grande impacto no mundo acadêmico alemão até o século XX, mostrando-se vivo no cenário acadêmico em que Carl Hempel se formou. Analisando esses dois aportes, naturalista e culturalista, na constituição da concepção das ciências sociais mais detidamente, conseguiremos esclarecer as tradições intelectuais envolvidas em cada estratégia de cientificação dessas áreas, iluminando dessa forma as tradições intelectuais as quais os positivistas lógicos e Hempel estavam ligados. Por outro lado, também teremos condições de compreender a tradição culturalista contra a qual esses filósofos se posicionam. Com isso acreditamos permitir compreender a posição filosófica de Hempel frente a concepções diferentes das ciências sociais e, em especial, quanto à concepção da História no seu artigo de 1942 sobre “As funções das leis gerais na História”. Começaremos pela tradição naturalista e depois retornaremos a tradição culturalista.

2.4 Tradição naturalista

A primeira tradição intelectual influente na concepção das ciências sociais,

afirma o historiador da ciência Bernard Cohen (1994), floresceu do impacto da Revolução Científica do início do século XVII e foi representado por pensadores como Hugo Grotius, Samuel Pufendorf, Thomas Hobbes, Benedito Espinoza, Gottfried Leibniz. Essa tradição forneceu, nos conta Heilbron (2008, p. 41), “[...] o enquadramento geral predominante para as questões sobre estado e a sociedade durante o século dezessete e muito do século XVIII”. Bem a gosto dos intelectuais citados, continua Heilbron, teóricos da lei natural como Pufendorf e Hobbes desenvolveram “[...] sistemas de dever moral e obrigação política baseados sobre aquilo que eles tomavam como aspectos permanentes da natureza humana, tais como a preocupação por auto-preservação”. Outro gênero dessa tendência, defende Heilbron, eram os ensaios morais. Segundo ele, embora neles houvessem um interesse maior nas questões privadas como maneiras e moralidade, e não nas questões sobre governo e legislação, também elaboravam teorias da natureza humana de semelhante teor.

Grotius, afirma Cohen (1994), tinha uma grande admiração por Galileu com o qual, inclusive, manteve uma correspondência científica regular. Além disso, Grotius, emulava, mostra esse autor, um ideal matemático de demonstração no seu sistema de lei natural. Thomas Hobbes, por seu turno, além de se comparar a Galileu, desejava produzir “[...] uma ciência da política ou da sociedade baseada na nova ciência do movimento, nos conceitos da mecânica e da nova fisiologia” (COHEN, 1994, p. 170). Esse autor também aponta Leibniz, nome exaltado pelos filósofos do empirismo lógico, como um exemplo célebre desse período de tentativa de aplicação do método geométrico a problemas de ciências sociais.

Essa tendência adquiriu posteriormente, declaram Cohen (1994) e Heilbron (2008), um novo impulso com o newtonianismo. Sendo uma referência recorrente do discurso moral e político no século XVIII, defendem esses dois autores, a recepção de Newton teve um papel essencial no tutelamento das ciências sociais pelas ciências naturais, com especial representação no pensamento de filósofos morais franceses, escoceses e ingleses. Se tivermos em mente a herança intelectual reclamada pelos filósofos positivistas mencionada no primeiro capítulo, em especial na lista dos intelectuais exaltados no Manifesto do Círculo de Viena e aqueles pensadores anteriores que os principais comentadores do positivismo atribuem a essa tradição, então verificamos que temos nesse período uma boa parte deles. É relevante ressaltar o admitido “espírito iluminista” que os autores desse texto acreditavam perfazer os pensamentos e atitudes de seus correligionários. Hume e Adam Smith, ainda nos

referindo ao manifesto do positivismo lógico, também foram citados como seus antecedentes históricos, quanto a modelos para se seguir em relação às ciências sociais. É possível entender o motivo dessa análise retrospectiva dos positivistas se retomarmos a análise de alguns intelectuais importantes desse período do Iluminismo.

Heilbron esclarece que para os escoceses, por exemplo, “[...] a filosofia moral deveria ser transformada numa ciência empírica intransigente” (2008, p. 44) e Hume foi um dos arautos mais importantes dessa mensagem quando com seu “Tratado sobre a Natureza Humana” declara, inclusive no subtítulo, tratar-se de uma tentativa de “[...] introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais” (HUME, 2014, p. xxi). Heilbron ressalta que não sendo à época o único candidato para ser o Newton das ciências morais, Hume, contudo, desempenhou um papel exemplar para muitos dos seus compatriotas. Algumas obras seminais, continua esse historiador, como a teoria da sociedade comercial de Adam Smith, *O Ensaio sobre a História da Sociedade Civil* (1767) de Adam Ferguson e *A Origem da Distinção das Classes* (1771) de John Millar são produtos dessa inspiração. Adam Smith, o mais prestigiado pensador entre eles, conhecido especialmente pela sua obra *Riqueza das nações* (1776), paradigmaticamente em sua discussão sobre o “preço natural”, nos dá uma boa ideia da aproximação naturalista de cariz newtoniano. Cohen (1994) usando as palavras desse pensador escocês aponta que “[...] o preço natural é o preço central para o qual o preço de todas as commodities estão continuamente gravitando” (COHEN, 1994, 221). Nessa frase, ressalta Cohen, continuando sua interpretação, as palavras “todas” e “continuamente gravitando” testemunham essa inspiração newtoniana que inclusive era pensada pelo próprio Smith como uma instância de newtonianismo na economia. Mesmo um contemporâneo seu, John Millar, reconhecia, nos conta Heilbron (2008), em Smith o Newton das ciências morais.

Insistindo ainda em um dos principais pensadores enaltecidos pelos positivistas lógicos, David Hume, é relevante salientar um aspecto bastante fundamental para o programa empirista desses pensadores contemporâneos quanto a austeridade e cautela na admissão de conceitos e noções na pesquisa. Sua aproximação epistemológica vai ser fortemente recuperada por Mach e pelos restantes neopositivistas, como veremos à frente. Uma posição interessante é aquela que Hume, e Adam Smith igualmente, manifestaram em relação à célebre noção de “estado de natureza”, uma fase anterior à sociedade, que implicava um acordo contratual como base das instituições humanas. Heilbron nos mostra que esses intelectuais rejeitavam vigorosamente essa noção. Hume,

em especial, rechaçando tal conceito como infundado, pensava ser um “[...] construto meramente hipotético [...] incompatível com os preceitos da ciência experimental” (HEILBRON, 2008, p. 44). Sendo contratos e outras regras legais dispositivos convencionais e não naturais, Hume advertia que se a ciência do homem deveria se tornar uma ciência verdadeiramente experimental, então não poderia se alçar para além da experiência. Em suas palavras “Nós devemos recolher nossos experimentos nessa ciência a partir de uma cautelosa observação da vida humana, e tomá-las como elas aparecem no curso comum do mundo”. Onde experimentos desse tipo são “[...] judiciosamente coletados e comparados, nós podemos esperar estabelecer sobre eles uma ciência, que não será inferior em certeza e será superior em utilidade a qualquer outra [...]” (HUME, 2014, p. xxiii).

Segundo Porter & Ross (2008), Cohen (1994) e Heilbron (2008), embora essa concepção naturalista do conhecimento tenha sido bastante forte na Inglaterra, na Escócia e na França durante o Iluminismo, na última teve um papel preponderante. Podemos apurar isso se atentarmos para o fato, também mostrado por todos esses autores, de que foi a partir da França, especialmente entre 1770 e 1830, que surgiram e se disseminaram os termos e expressões mais influentes da área que, não só substituíram os termos mais antigos – filosofia moral e jurisprudência natural –, assim como estabeleceram os fundamentos teóricos que impactaram em outras nações nesses campos. Nessa época, ressalta um deles, quando Paris era a capital científica da Europa, as designações mais cientificamente-orientadas foram cunhadas em francês: “matemática social”, “mecânica social” e “fisiologia social” (HEILBRON, 2008). Uma das frases mais influentes dessa época foi “sciences morales et politiques”⁴⁵, introduzida na França em torno de 1770 (PORTER & ROSS, 2008). É oportuno destacar que esses termos se referiam geralmente nessa época, aponta Heilbron (2008), a uma ciência amplamente concebida de governo e legislação. Esse caráter prático parece ter perdurado com a noção das ciências sociais dos positivistas, mesmo depois da crítica dos românticos e dos mandarins alemães no renascimento das ciências humanas no final do século XIX, como veremos mais à frente. Uma expressão fundamental, *Science Morales et Politiques*, declara Cohen (1994), foi traduzida para o inglês como “moral sciences” na influente obra de John Stuart Mill *Sistema de Lógica* publicada em 1843.

⁴⁵Segundo Porter essa expressão se consagrou como a denominação oficial para a segunda instituição/turma do Institut de France for the “second class” of the Institut de France (the former a antiga Académie des Sciences foi a primeira was the first class) (2008).

Obra essa que pretendia trazer, na opinião de seu autor, um remédio para o estado atrasado dessas ciências através da aplicação adequada dos métodos das ciências físicas. Esse termo, por sua vez, só foi introduzido posteriormente na Alemanha como *Geisteswissenschaften* por ocasião da publicação da obra de Mill em alemão realizada por J. Schiel em 1849 (COHEN, 1994), ocasião em que ganha novos significados mais afeitos à tradição intelectual regional e perdendo um pouco da índole naturalista que tinha em Mill.

Se voltarmos a examinar alguns representantes célebres dessa tendência na França, também encontraremos figuras que também mais tarde serão recuperadas como bastiões do “espírito iluminista” comum ao projeto antimetafísico reclamado pelos positivistas lógicos em seu manifesto de 1929. Dois iluministas franceses que entraram para o rol dos pais inspiradores de seu movimento filosófico foram Condorcet e o intelectual François Quesnay, líder do círculo dos fisiocratas que cunharam os termos de índole naturalista e reformista (GORDON, 1993). Quanto ao filósofo e matemático Marie J. A. Nicolas de Caritat, mais conhecido como Marquês de Condorcet, também tinha grande confiança na ciência como dispositivo de reforma social. Essas características são comprovadas por vários estudiosos do assunto. Segundo Heilbron, Condorcet, principal assessor científico do ministro reformista Anne Robert Turgot, salientava a “[...] urgência da adaptação dos métodos científicos para a análise dos assuntos de Estado”. Interpelando o próprio Condorcet, esse autor destaca que isso significaria que “As ciências morais [...] deveriam ‘seguir o mesmo método’ das ciências naturais [...] elas ‘deveriam adquirir uma linguagem tão exata e precisa, e deveriam atingir o mesmo nível de certeza’” (HEILBRON, 2008, p. 46).

Compartilhando, pelo que dissemos acima, uma visão naturalística de ciência semelhante daquela que os positivistas lógicos defenderam no início do século XX, esses filósofos iluministas não deixavam de ter uma opinião semelhante da ciência e do papel do cientista na reforma da sociedade. Scott Gordon (1993) confirma essa impressão quando declara o seguinte sobre Condorcet. “Sua visão da nova ordem social era aquela em que as ciências sociais se desenvolveram ao ponto em que poderiam ser efetivamente aplicadas à solução de problemas econômicos e à arte do governo” (1993, p. 177). Um o tom reformador muito similar àquele que animou o empreendimento dos positivistas lógicos depois do desastre da Primeira Guerra Mundial, apresentado no capítulo um, pode ser encontrado no “Esboço de um Quadro Histórico dos Progressos do Espírito Humano” (1795) de Condorcet. Considerado por Gordon “uma das maiores

obras da literatura refletindo a explosão de entusiasmo por reconstrução social do início da Revolução Francesa” (1993, p. 272), nela havia uma ideia, que segundo esse estudioso, derivando de Francis Bacon, refletia uma “[...] concepção de uma ordem social utópica governada pelos homens de ciência” (1993, 274).

2.5 A revitalização das ciências humanas no século XIX

O prestígio das ciências naturais como modelo para qualquer tipo de conhecimento, contudo, não permaneceu incontestado. Como nos mostram vários autores, ao longo do século XIX, contra-movimentos à compreensão naturalística da sociedade humana ganharam força, especialmente no último quarto desse século, marcando aquilo que foi considerado como uma revitalização das ciências humanas.

Na Alemanha, assim como em toda a Europa no final do século XIX, essa revolução ou revitalização das ciências humanas, como esse período foi chamado por Stuart Hughes (1959) e Fritz Ringer (2004), tinha as seguintes características: “[...] repulsa ao ‘positivismo’”, ao “[...] suposto excesso de especialização acadêmica” e ao “[...] notável incremento na influência das ciências naturais e de filosofias científicas desenvolvidas a partir dessa influência [...] entre os acadêmicos [e] no âmbito cultural em geral” (RINGER, 2004, p. 29).

Segundo Stuart Hughes, no seu conhecido livro “Consciência e Sociedade” (1959), em capítulo intitulado “A década de 1890: a revolta contra o positivismo”, declara que as décadas em torno de 1890 e 1900 na Europa Ocidental e Central representaram uma época em que um número significativo de intelectuais trabalhando independentemente produziram ideias interrelacionadas sobre o comportamento humano que constituíram uma revolução intelectual. Essas ideias representaram, na visão de Hughes, uma revisão crítica do pensamento social do século XVIII e XIX apresentado na seção anterior. Foi a partir dessa crítica, prossegue esse estudioso, que emergiram as novas ideias que vieram a caracterizar o pensamento social até a primeira metade do século XX. Não obstante tal crítica, afirma Hughes, não ter representado uma ruptura completa e decisiva com os princípios do Iluminismo, foi sem dúvida um ataque em uma frente mais estreita, àquilo que “[...] os escritores da década de 1890 escolheram chamar ‘positivismo’” (HUGHES, 1959, p. 36). Com isso, entretanto, esses escritores, nos mostram Ringer e Hughes, não estavam se referindo àquelas doutrinas

associadas ao nome de Augusto Comte, mas a um contexto mais amplo. Tinham em mente “[...] a tendência para discutir o comportamento humano em termos de analogias tomadas da ciência natural” (HUGHES, 1959, pp. 36).

Os pensadores dessa tendência “[...] deslocaram o eixo do pensamento social do aparente e objetivamente verificável à área somente parcialmente consciente da motivação desconhecida”. A partir desse ponto de vista “[...] as novas doutrinas eram manifestadamente subjetivas”, de modo que “Processos psicológicos tinham substituído a realidade externa como o tópico mais urgente de investigação”. Para eles “Não era mais o que existia o que parecia mais importante: era o que o homem pensava existir” (HUGHES, 1959, p. 66).

Conforme Hughes, algumas das contribuições teóricas e metodológicas que fundamentaram os julgamentos dessa revisão crítica do pensamento social do final do século XIX estavam relacionadas a três temas principais. Por um lado, ao problema da consciência e do papel do inconsciente representados pelos trabalhos de Bergson e Freud. Por outro lado, e também relacionada com o tema da consciência, estava a questão do significado do tempo e da duração na psicologia, filosofia, literatura e história. Entre os maiores expoentes sobre esse tema, ressalta Hughes, figuravam Bergson, Croce, Alain-Fournier, Proust e Thomas Mann. Por último, “[...] para além e abarcando a questão da consciência e do tempo [...]”, o problema da natureza do conhecimento daquilo que Wilhelm Dilthey consagrou como as “ciências da mente” ou “ciências do espírito”. Entre eles, Hughes destaca, Dilthey, Croce e Max Weber. O último é o tema fundamental que iremos explorar, já que se relaciona com a concepção culturalista das ciências humanas a cuja justificação epistemológica Carl Hempel fará posteriormente uma vigorosa crítica.

2.6 A crítica do idealismo alemão, a crise da filosofia e a influencia do positivismo

Antes de aprofundarmos um pouco mais nessa época de revitalização, cujo fruto primordial é a tradição culturalista da qual falaremos logo a seguir, apresentaremos a corrente intelectual que, adquirindo influência no cenário intelectual alemão especialmente entre 1840 e 1880, tornou-se o alvo principal da crítica e da reação da tradição culturalista do final do século. Não obstante, a aproximação naturalista, tão vigorosa nos países da Europa ocidental na época do Iluminismo, não tenha tido o

mesmo impacto nos países de fala alemã, contudo não deixou de ter seus adeptos.

Embora a cultura intelectual da elite educada alemã, cultura mandarim como a chamamos no primeiro capítulo, tivesse um lugar majoritário nesse cenário e fosse baseada principalmente, como aponta Ringer (2000), no kantismo, no idealismo e na Tradição Histórica Alemã, contudo, estava longe de ser hegemônica na academia alemã como um todo, como muitas vezes se imagina. Alguns historiadores constroem um cenário alternativo desse período. É bem verdade, defende Karl Americks (2000), que a tradição idealista e romântica, surgida na Alemanha a partir da segunda metade do século XVIII, particularmente entre 1770 e 1840, tinha chegado ao seu auge nos primeiros anos do século XIX, de modo que se tratava “[...] apenas [de] uma questão de se estabelecerem nas universidades e na consciência pública”. Não obstante, de acordo com outro especialista, o historiador da filosofia Frederick Beiser, essas correntes sofreram um declínio na década de 1840. Tal declínio por sua vez “[...] levou a um período de desordem, confusão e fermentação [...]”. Longe de ser um cenário de estagnação intelectual marcado pela morte de Hegel e conduzido por epígonos idealistas, como pintam equivocadamente autores contemporâneos inspirados nos trabalhos de Karl Lowith, Beiser afirma, esse período funcionou como “[...] um útero de criatividade e renascimento, o começo de uma nova era da filosofia” (BEISER, 2013, p. 3). Essas circunstâncias, é importante ressaltar, ofereceram condições propícias para que o naturalismo iluminista pudesse entrar em solo alemão com mais força do que até então tinha ocorrido. A recepção das idéias de Stuart Mill, por exemplo, teve um importante papel nesse processo. Não menos relevante foi o papel de alguns filósofos-cientistas, ou cientistas-filósofos, que receberam, disseminaram e desenvolveram essas idéias.

Apesar disso, o contraste dessa nova fase do cenário intelectual com o anterior não deixou de ser percebido com ansiedade. Fritz Ringer, num esforço de expressar esse sentimento comum entre os representantes da elite intelectual da época, declara que na opinião deles “[...] a comunidade acadêmica alemã [...] perdera muito do que a inspirara ao longo das grandes décadas em torno de 1800”. Em sua idade heróica, continua esse estudioso, “[...] a *Wissenschaft* germânica estivera intimamente associada à busca da *Bildung* pessoal e de uma visão de mundo (*Weltanschauung*) significativa segundo o espírito do idealismo alemão”. Essa expressão intelectual, ainda nas palavras de Ringer, “[...] encontrara sua derradeira grande expressão no sistema filosófico de Hegel”. O que se seguiu, conclui esse autor, “[...] foi um período de crescente

especialização no qual a Wissenschaft passou a significar pouco mais que um acúmulo de pesquisas rotineiras” (RINGER, 2004, p. 29).

Se de Karl Leonhard Reinhold (1757-1823) a Georg Friedrich Hegel (1770-1831) a tradição idealista “dava uma concepção muito definida dos objetivos e métodos da filosofia assim como da sua relação com as ciências empíricas” essa posição foi duramente questionada depois de 1840. Até este momento o objetivo da disciplina era “[...] prover uma fundamentação para todas as ciências, uma base para assegurá-las contra o ceticismo” além de “construir um sistema completo das ciências, uma enciclopédia, a qual atribuiria a cada ciência seu lugar especial no corpo geral do conhecimento”. Sobre o método que a filosofia deveria utilizar para chegar a esses resultados havia diferentes versões - “[...] raciocínio a partir de princípios auto-evidentes, intuição intelectual, construção a priori, dialética” (BEISER, 2013, p.15) - não obstante, existisse consenso quanto a sua natureza a priori e dedutiva.

Depois de 1840, no entanto, cresceu o descrédito quanto à capacidade da filosofia para estabelecer os fundamentos das ciências por meio de métodos a priori ou da excogitação racional sozinha, assim como cresceu a desconfiança em princípios auto-evidentes, intuição intelectual, construção a priori e mesmo na dialética (BEISER, 2013). O programa fundacionalista foi alvo de duras críticas de cientistas como Justus Liebig, Emil du Bois Reymond, Hermann von Helmholtz; de neokantianos (Fries, Herbart, Beneke) e mesmo de idealistas tardios (Lotze, Trendelenburg, Hartmann) (BEISER, 2013). Conforme declara Frederick Beiser (BEISER, 2013, p. 16):

Todos pareciam concorrer para um ponto central: que princípios gerais e raciocínio a priori não podiam por eles mesmos providenciar resultados concretos [nem] derivar conclusões substantivas a partir de princípios formais [...]. Todo conteúdo, todo conhecimento da existência, tem que derivar da experiência sozinha. O programa fundacionalista do idealismo especulativo foi condenado como uma recaída nos velhos maus caminhos do racionalismo pré-kantiano.

Entretanto, não foi somente a derrocada do programa fundacionalista o único responsável pela crise da identidade da filosofia. Alguns historiadores apontam que o “dramático surgimento das ciências empíricas” na primeira década do século XIX contribuíram para essa situação. Segundo Ringer, o “[...] período entre 1840 e 1880 assistiu a um notável incremento na influencia das ciências naturais, tanto entre os acadêmicos quanto no âmbito cultural em geral” (RINGER, 2004, p.30). Além disso, Beiser (2013) também mostra que, conforme as ciências empíricas iam se organizando

em disciplinas especiais, acabaram por tomar o controle de todos os aspectos do universo que antes estava submetido ao pensamento filosófico de alguma maneira. Um aspecto importante que evidencia esse processo foi que (BEISER, 2013, p.17):

[...] elas [as ciências naturais] também pareciam perfeitamente autônomas [e] capazes de atingir resultados válidos por elas mesmas sem o cordão umbilical da filosofia. Assim, mesmo se a filosofia pudesse prover uma fundamentação para as ciências, elas de fato não precisavam ou não queriam tal fundamentação de qualquer modo; seus métodos de observação e experimentação eram suficientes neles mesmos para prover conhecimento confiável.

Por fim chegamos ao ponto que toca as condições que favoreceram aquele tipo de filósofos, dos quais os positivistas lógicos e Hempel são exemplos, que emulavam o modelo das ciências naturais como solução de todos os problemas epistemológicos. Na medida em que as realizações teóricas e práticas das ciências naturais atraíam a atenção do público, também as “[...] filosofias mais ou menos explicitamente científicas ganhavam audiência” (RINGER, 2004, p. 30). O conhecido filósofo Rom Harré (2003, p.26) declara que:

A impressionante ascensão da ciência no interesse público nesse período (um comentador observou que a locomotiva era tudo o que era preciso para convencer o público geral da autoridade da ciência física) assegurava que a influência de autores como Comte, Darwin, Huxley, Mach e Spencer fosse muito difundida, passando por atitudes morais, políticas e econômicas para a vida.

Esses dados nos levam a acreditar que os intelectuais mais entusiasmados com a aproximação naturalística da realidade se aproveitaram dessas circunstâncias de sucesso e popularidade das ciências naturais para defender um uso mais amplo desses conhecimentos, que fossem além de suas fronteiras mais óbvias. Essa postura concorria, no caso do cenário acadêmico alemão, com o papel articulador e de síntese da filosofia tão difundido até então através do conceito de *Weltanschauung*. Como já mencionamos anteriormente, o positivismo lógico, em seu manifesto, não somente tratou de defender uma visão positiva do conhecimento e da vida, mas cunhou um termo que encarnasse essas idéias, *Weltauffassung*, em contraste com aquele. Outra evidência dessa intenção pode ser verificada nos projetos daqueles filósofos-cientistas como Reichenbach e Petzoldt, já mencionadas, em criar cadeiras de filosofia natural “científica”, já que a análise filosófica da ciência sempre esteve submetida a uma filosofia mais tradicional nas universidades alemãs.

Segundo Beiser, por volta de 1840, “[...] os materialistas e positivistas [...]”

acreditavam que “[...] todas as questões intelectuais legítimas poderiam ser solucionadas pelas ciências empíricas, assim simplesmente não existia mais lugar para a filosofia” (BEISER, 2013, pp. 17-18).

Um aspecto adicional à crise da filosofia e à ascensão das ciências naturais para o estabelecimento peculiar do positivismo na Alemanha foi o contexto institucional destacado por historiadores da filosofia como Rom Harré (2003) e Frederick Beiser (2013). Ambos concordam que “A crise não era somente um problema espiritual ou intelectual mas uma questão de ‘bread and butter’” (BEISER, 2013, p. 18). Harré destaca que, diferente do positivismo existente na França e na Inglaterra, nutrido por cientistas sociais e filósofos, respectivamente, “[...] na Alemanha uma forma de positivismo desenvolveu-se entre os cientistas físicos, conscientemente em oposição ao idealismo prevalecente da filosofia alemã” (2008, p.12). Ainda segundo Harré, em sentido reforçador de Beiser, “Em alguma medida esses debates acadêmicos abertos refletiram disputas importantes sobre a hegemonia das disciplinas nas universidades acadêmicas” (HARRÉ, 2008, p. 12).

O filósofo positivista Ernst Mach, a quem Harré se refere como o pai e principal intelectual guia do positivismo lógico, era um cientista profissional. Havia outros cientistas influentes que defendiam ideias similares no cenário alemão, declara Ringer (2004). Rudolf Virchow e Wilhelm Ostwald, identificados por esse estudioso como “cientistas-filósofos”, inclusive chegaram a participar, como mostramos no primeiro capítulo, da Sociedade de Filosofia Científica de Berlim.

Segundo Frederick Beiser (2013, p. 18),

A maioria dos filósofos poderia sobreviver somente dentro de uma universidade, somente como membros de uma faculdade acadêmica; muitos poucos poderiam viver de royalties de livros e honorários de palestras exclusivamente. Para os seus salários, contudo, eles eram dependentes dos fundos do governo, desde que as universidades eram instituições públicas na Alemanha. Para receber fundos, a faculdade tinha que demonstrar que a disciplina era legítima, que ela tinha os seus próprios métodos ‘científicos’, e que ocupava um lugar necessário na divisão do trabalho acadêmico. Entretanto se a filosofia não tinha certeza de si mesma, incosciente dos seus próprios métodos e objetos de estudo, como ela poderia levar o seu caso na busca por fundos governamentais? A questão era candente, por causa dos limitados fundos acadêmicos houve uma grande competitividade entre as faculdades por eles.

Um exemplo interessante nesse sentido, continua esse estudioso, foi a intensa competição entre a filosofia e a psicologia na última década do século XIX. A psicologia, declara, que a partir do século XIX começou a estudar a mente através dos

métodos de observação e experimentação, campo até então exclusivo da filosofia, parecia tornar essa última redundante. Essa situação acabou por gerar descontentamento em muitos filósofos que “[...] ressentiam a assimilação de sua disciplina à psicologia, dado que um cargo em psicologia muitas vezes tinha precedência sobre um cargo filosófico” (BEISER, 2014, p. 18).

Se entendermos o positivismo como uma “atitude” (ou “quadro mental”) frente às esferas epistemológica e ontológica, como sugere Harré (2003), então ela pode se expressar de duas maneiras. Numa atitude epistemológica austera quanto àquilo que podemos legitimamente conhecer, ela leva ao fundacionalismo de acordo com o qual somente o que é imediatamente dado pelos sentidos pode ser conhecido com certeza. Ou, pode se expressar uma atitude ontológica austera quanto àquilo que podemos legitimamente tomar como existente. Essa atitude, continua esse autor, leva ao ceticismo sobre a existência de inobserváveis de todos os tipos, seja Deus ou até a substância material a qual, destaca o autor, é pressuposta por muitos filósofos e cientistas para explicar (ou dar conta) da nossa experiência comum.

Para darmos alguns exemplos célebres da gama de filósofos em que essa atitude se revelou podemos citar, de acordo com Harré, Berkeley e Mach. Tal impulso levou o primeiro a um tipo de idealismo sobre o mundo material segundo o qual somente o que fosse percebido poderia ser afirmado como existente. Mach, por sua vez, “[...] o seu mais poderoso e influente advogado do século dezenove”, “foram os textos de Mach que, em retrospectiva, podem ser vistos como tendo a maior influência no século XX” (HARRÉ, 2008, p.12-13)

Na França, continua esse autor, os positivistas eram parte de um movimento anti-clerical que se expressou na revolução do final do século XVIII. Comte formulou o positivismo, destaca Harré, no contexto da história da emancipação do intelecto da superstição e do mito que considerava institucionalizados na religião do seu tempo. As raízes científicas do positivismo francês, conclui, estavam nas ciências humanas. Na Inglaterra, contrapõe Harré, os autores que defendiam algum tipo de positivismo estavam unidos em torno de controvérsias metodológicas em filosofia da ciência. A defesa kantiana de William Whewell quanto à a prioridade dos conceitos sobre os fatos, continua, foi famosamente disputada por J.S. Mill numa defesa empirista forte que tinha afinidades com o pensamento de Comte, e parece ter antecipado muito do que foi argumentado pelos físicos alemães da segunda metade do século.

No século XIX a atitude positivista apareceu primeiro na França (o Curso de

Filosofia Positiva de Comte começou a ser publicado em 1830), depois na Inglaterra (Um Sistema de Lógica de Mill apareceu em 1843) e finalmente na Alemanha (Ciência da Mecânica de Mach apareceu em 1883). Não surpreende que os escritos de Mach, em retrospectiva, possam ser vistos como tendo a maior influência no século XX.

De todos os escritores inclinados ao positivismo do século XIX não há dúvida que Ernst Mach (1838-1916) foi o mais influente sobre as gerações subsequentes de filósofos e cientistas. Seus três trabalhos mais influentes, *A Ciência da Mecânica* (1883), *A Análise da Sensação* (quinta edição, 1906) e *Palestras Científicas Populares* (1894) foram amplamente lidas, rapidamente traduzidas e frequentemente citadas nas décadas que se seguiram. Muitas das mais características teses dos positivistas lógicos do Círculo de Viena podem ser encontradas formuladas explicitamente nos escritos de Mach.

O positivismo de Mach não emergiu das reflexões filosóficas sobre epistemologia, mas do seu programa de longa duração para reestruturação das fundações da física de modo a eliminar o domínio dos inobserváveis da ontologia das ciências naturais e particularmente eliminar quaisquer traços de referência a absolutos. Ele descrevia seu projeto muito claramente: “Minha definição [de ‘massa’] é o resultado de um empreendimento para estabelecer a interdependência do fenômeno e remover toda obscuridade metafísica, sem realizar sobre essa descrição menos do que outras definições têm feito. (MACH, 1883).

Seu método era simples. Ele começou a mostrar que todos os conceitos na física que parecessem se referir a propriedades inobserváveis, entidades, ou relações, incluindo ‘quantidade de eletricidade’ e ‘temperatura’, poderiam ser definidos em termos de propriedades observáveis de configurações materiais, tais como a aceleração mútua de corpos visíveis e tangíveis. A massa newtoniana, enquanto a quantidade de matéria num corpo, era não somente um absoluto, mas também, nos termos de Mach, metafísica desde que inobservável. (HARRÉ, 2008, p. 20)

Resumindo seu ponto de vista, Mach defendia que as leis da natureza não eram nada senão dispositivos para ‘a comunicação do conhecimento científico, que é uma reprodução mimética dos fatos no pensamento, cujo objeto é substituir e salvar o problema de uma nova experiência’ (MACH, 1894; HARRÉ, 2008, p. 20). Ambos Mach e Ostwald (o químico mais influente da era) eram oponentes das interpretações realistas das teorias atômicas nas ciências físicas (HARRÉ, 2008, p. 20).

CAPITULO 3 - A FILOSOFIA CULTURALISTA NO CONTEXTO DO DEBATE DAS GEISTESWISSENSCHAFTEN NA ALEMANHA

3.1 A tradição culturalista

A corrente culturalista das ciências sociais que surgiu no final do século XIX na Alemanha representou, segundo Heilbron, “[...] uma oposição às formas de naturalismo prevalentes nas ciências humanas”, de tal maneira que “A elaboração dessas alternativas humanística ou cultural fizeram a ciência natural, com sua insistência em leis mecânicas e modelos causais, um objeto de criticismo” (2008, p. 43). Duas características desse movimento, impactante na peculiaridade do cenário em que Hempel se formou, são as seguintes. Enquanto que a concepção naturalística da filosofia moral, continua esse estudioso, tenha sido mais forte na Inglaterra, na França e na Escócia, o contramovimento da Ciências Culturais ou das *Geisteswissenschaften*, por outro lado, teve seu exemplo mais representativo e forte na Alemanha. Além disso, outra peculiaridade marcante enfatizada por esse autor é o grupo social a que os críticos do naturalismo científico pertenciam na Alemanha. Ele aponta que, enquanto que os críticos franceses e ingleses não eram figuras acadêmicas, mas literárias, no caso da Alemanha seus grandes articuladores estavam dentro dos muros da academia. “Contra aquilo que eles viam como o reducionismo anti-histórico da ciência natural, eles avançaram uma metodologia interpretativa ou hermenêutica como a base própria de uma ciência cultural” (HEILBRON, 2008, p. 43).

Como mencionamos há pouco, a introdução do termo plural *Geisteswissenschaften* na língua alemã se deu por conta da versão alemã da obra “Sistema de Lógica” de Mill traduzida por Schiel em 1849. A tradução que esse autor propôs, declara Cohen (1994), para o título do sexto livro, “On the Logic of the Moral Sciences”, é “Von der Logik der Geisteswissenschaften oder moralischen Wissenschaften”, e, além disso, emprega o termo para *moral sciences* amplamente ao longo do texto. Não menos importante é o fato, também apresentado por esse autor, de que essa tradução parece não ter estabelecido definitivamente esse uso. Isso porque, de acordo com esse estudioso, tal expressão não foi empregada da mesma maneira na tradução posterior realizada por Theodor Gomperz em 1873. Nessa tradução o termo

utilizado no título do sexto livro e ao longo do texto foi “Von der Logik der Moralischen Wissenschaften”. Ressaltamos aqui o fato de que no manifesto do positivismo lógico de 1929, seus autores destacam, a respeito dos cultivadores do espírito antimetafísico, o papel fundamental de Gomperz na tradução das obras de Mill.

O uso de *Geisteswissenschaften* só ganhou preferência com Wilhelm Dilthey em cujos trabalhos, segundo Anderson (2003) e Cohen (1994), desenvolveu e disseminou esse conceito, marcando aquilo que Ringer (2000) e Hughes (1959) defendem ser um período de revitalização das ciências humanas. Período esse no qual, retomando uma tradição intelectual alemã anterior a crise da filosofia de 1840 da qual falaremos mais adiante, se constrói uma noção de ciências sociais autônoma e sem a tutela das ciências naturais como propunha a corrente naturalista do Iluminismo da Europa Ocidental. Nessa época, em fins do século XIX, como resultado desse processo tornou-se difundido, explica Cohen (1994), o uso da distinção entre “Naturwissenschaften” e “Geisteswissenschaften”, englobando, por um lado, as ciências naturais e matemática, e, por outro lado, as ciências humanas (ciências sociais e humanidades). Porter (2008) declara que essa expressão, *Geisteswissenschaften*, correspondeu, no contexto intelectual de língua germânica até boa parte do século XX, a um campo de investigação com uma natureza peculiar. Era usada para “[...] indicar que tais estudos tinham um caráter moral e espiritual, muito diferente das ciências da natureza” (PORTER, 2008, p.1).

O ambiente cultural alemão no qual a obra de Mill foi recebida, como veremos, mostra aspectos importantes da tradição intelectual autóctone. Essa tradição constituiu a linhagem das ciências humanas na Alemanha onde o conhecimento histórico acadêmico teve um papel preponderante. Apresentar as características dela é fundamental para entendermos a incompatibilidade dessas ideias com aquelas defendidas pelos positivistas lógicos e, por sua vez, compreender a crítica vigorosa de Carl Hempel, um dos maiores representantes dessa corrente, em seu artigo sobre a natureza do conhecimento histórico.

3.2 Aufklärung e as bases filosóficas do culturalismo alemão

Muitos especialistas da área vêem as bases da aproximação culturalista do final do século XIX em pensadores do Iluminismo alemão, conhecido como *Aufklärung*, haja

vista suas peculiaridades em relação ao movimento nos países ocidentais. Quanto à terminologia utilizada nesse trabalho, empregamos a estratégia de um conhecido estudioso desse período, o historiador Peter Hans Reill (1975). Dessa forma, utilizamos os termos *Aufklärung* e *Aufklärer* para nos referir à fase alemã do Iluminismo e “Iluminismo” para nos referir ao movimento total. O termo “Iluminismo Ocidental”, por outro lado, foi aplicado para fazer menção à fase franco-britânica. Essa distinção se justifica, porque, segundo esse mesmo estudioso, embora a unidade do Iluminismo possa ser verificada nas questões propostas pelos pensadores do período, as soluções, entretanto, variaram de acordo com as condições culturais, intelectuais e existências sob as quais elas foram formuladas no ambiente alemão.

É ponto pacífico que o Iluminismo Ocidental esteve fortemente relacionado à existência de uma “[...] intelligentsia [que] agora reivindicava explicitamente, e efetivamente exercia, o direito de analisar qualquer assunto, mesmo controverso, independentemente de autoridades estabelecidas e doutrinas oficiais” (HEILBRON, 2008, p.41). Entretanto, quando se trata da experiência alemã, isso parece menos óbvio, sendo necessário, portanto, fazer algumas especificações relevantes. O historiador Peter Reill (1975), comparando o Iluminismo Ocidental com a *Aufklärung*, aponta três aspectos distintivos principais: político, social e religioso. Acreditamos que as diferenças indicadas por esse autor reforçam aquelas já esgrimidas no primeiro capítulo com o objetivo de reconstruir o contexto histórico geral dos intelectuais mandarins, também chamados *Bildungsbürgertum*.

No campo político, os iluministas franceses em geral estavam interessados na destruição das formas políticas tradicionais em favor de um governo centralizado, comumente conhecido como absolutismo esclarecido, ao passo que os *Aufklärers* não queriam uma ruptura completa com as formas políticas tradicionais, mas buscavam “[...] reformar o corpo político alemão sem destruir a tradição *Ständestaat*” (REILL, 1975, p.4). Do ponto de vista social, por outro lado, o *Aufklärung* era um movimento *bürgerlich*. Todavia, como já tivemos a ocasião de mostrar no primeiro capítulo, isso não significava uma classe econômica, mas um grupo composto de profissionais liberais, professores universitários e secundários, juízes, pastores protestantes e burocratas que se mantinham unidos por uma série de atitudes comuns. Em geral, essas atitudes eram “críticas daqueles associados com a nobreza e com os círculos da corte. Piedade, respeito pela educação, moderação no falar e no vestir, desdém pelas extravagâncias do código de honra feudal, e, às vezes, frugalidade” (REILL, 1975, p. 5).

Em contraste com a burguesia francesa, Reill (1975) e Ringer (2000) destacam, a burguesia alemã era mais capaz de manter suas posições na sociedade. Reill afirma inclusive que a impotência da burguesia intelectual francesa foi um aspecto que a levou a um criticismo social, intelectual e religioso mais radical do que aquele que havia na Alemanha. “Como um todo os Aufklärers trabalhavam dentro do sistema” (REILL, 1975, p. 5). Além disso, como também mostramos anteriormente, todos os membros desse grupo tinham instrução acadêmica, fator principal, inclusive, do seu reconhecimento social. Sua influência sobre o restante da sociedade era transmitida através da Universidade, característica peculiar da elite intelectual alemã. A universidade era o centro que cumpria na Alemanha aquela função intelectual simbólica que o salão cumpria no Iluminismo Ocidental. Isso dava aos *Aufklärers* um tom mais pedante, mas, que na opinião de um autor, era compensado pela “[...] profunda preocupação por *Grundlichkeit* - para um trabalho minucioso e laborioso em reflexão” (REILL, 1975, p. 5). A partir do século dezoito, continua esse estudioso, o sistema universitário alemão, em contraste com o do ocidente, estava passando por um período de reforma, expansão e revigoração que transformou, especialmente a partir da metade desse século, a universidade no centro vital de disseminação do conhecimento e da formação da opinião pública educada.

No campo religioso, por sua vez, também podemos destacar diferenças não menos relevantes entre o Iluminismo Ocidental e a *Aufklärung*. A ascensão e propagação do pietismo, argumenta Reill (1975), engendrou um espírito de profundo questionamento e reavaliação da religião. Esse espírito, complementa esse autor, se manifestou numa reconsideração das Sagradas Escrituras, numa discussão da relação entre forma (religião institucionalizada) e espírito, e, mesmo de uma apreciação da religião *per se*. É preciso que se esclareça, no entanto, salienta o autor, que os Aufklärers, embora fossem impulsionados em grande medida pelo Pietismo, não eram eles mesmos pietistas. Tal estímulo foi suficiente para fazê-los buscarem resolver as contradições entre Pietismo, ortodoxia e racionalismo, defende Reill. A História, amparada pela reflexão crítica e a investigação filosófica foi, continua o autor, o principal instrumento no intento de resgatar, e não destruir, a religião, como ocorreu no Ocidente.

3.3 As bases intelectuais do pensamento social culturalista

Essas características do cenário alemão contribuíram para um ambiente peculiar onde floresceram ideias que, articulando-se em torno de uma concepção culturalista do pensamento social, ganhou proeminência no fim do século XIX como tradição crítica do positivismo no debate das *Geisteswissenschaften*.

Esse movimento crítico à compreensão naturalista da sociedade humana esteve concentrado especialmente naquilo que se costuma denominar Tradição Histórica Alemã. De acordo com certos estudiosos dessa tradição, entre o final do século XVIII e início do século XX, os historiadores alemães foram influenciados profundamente pelos movimentos filosóficos e literários nos quais a tradição da elite educada alemã se expressava (RINGER, 2004; BEISER, 2013; WRIGHT, 2008, BENTLEY, 1997). Isso pode ser confirmado se levarmos em consideração algumas opiniões dos especialistas no assunto. Como outros aspectos do legado intelectual da *Bildungsbürgertum*, a tradição histórica alemã desenvolveu-se, conforme Wright (2008), Beiser (2013) e Ringer (2000), pelo menos em parte, como uma reação consciente a determinadas tendências intelectuais do Iluminismo da Europa Ocidental.

Entre essas tendências podemos citar aquela que o historiador britânico Arthur Marwick (1970) julga também como uma das fundamentais fraquezas da história iluminista. Tal fraqueza é a preocupação demasiada com princípios universais do comportamento humano, fazendo com que esses pensadores fossem notavelmente inocentes do sentido do desenvolvimento e mudança humana. Como representantes dessa corrente podemos apontar, entre os principais, Voltaire, Hume, Gibbon, Smith e Condorcet. Foi exatamente a partir do ataque a essa fraqueza, entre outras, continua esse historiador, que a história como disciplina acadêmica nasceu. Depois dos grandes levantes revolucionários do fim do século XVIII, declara Marwick, não era mais possível acreditar no caráter imutável do comportamento humano e das instituições sociais.

Essa reação estava ligada à retomada de um conjunto de ideias que pode ser remontado às contribuições de pensadores que, desde o século XVIII, como Giambattista Vico e Gottfried Herder, já se posicionavam de forma crítica ao Iluminismo Ocidental. Muitos dos pensadores que articularam a aproximação culturalista do século XIX beberam dessas fontes. De Vico tomaram a “[...] apreciação das diferenças culturais entre as diferentes épocas e diferentes nações” e a “consciência do perigo de importar ideias e julgamentos de uma época mais recente para uma mais antiga” (MARWICK, 1970, p. 40). A *Ciência Nova* (1725), obra principal desse pensador, propunha uma

ciência da história que diferia essencialmente dos modelos predominantes no Iluminismo ocidental por concentrar-se, declara Heilbron (2008), no ‘mundo das nações’ onde as formas culturais têm um significado primordial. No entanto o aspecto mais inovador do seu pensamento para a época foi a respeito da natureza da cultura. Para Vico, continua esse autor, as manifestações poéticas, mitológicas, linguísticas e jurídicas, como formas culturais de uma sociedade, não são entidades dadas, como os objetos da natureza, mas criadas pelo homem. Num raciocínio inverso ao naturalismo iluminista ocidental, Vico defendia, explica Heilbron, que exatamente por esse motivo, nosso conhecimento delas era, de certo modo, mais profundo e mais verdadeiro do que nosso conhecimento da natureza. O que, em última análise, implicava uma nova hierarquia intelectual, estranha nessa época de emulação das ciências naturais, onde as ciências humanas estariam no topo do edifício.

Outros pensadores da Aufklärung influentes na aproximação culturalista da sociedade no panorama intelectual alemão foram Gottfried Herder e Wilhelm von Humboldt. Isso pode ser verificado na influência que tiveram no conhecimento histórico, área primordial das ciências humanas no mundo acadêmico alemão. Barthold Niebuhr e Leopold von Ranke, por exemplo, são duas figuras exemplares nesse campo. Eles foram, esclarece Marwick (1970), enquanto representantes da prática da investigação empírica madura da tradição histórica, os pais da história científica acadêmica no século XIX. Em Ranke, segundo John Wright (2008), ecoam teóricos românticos e idealistas como Herder e Humboldt, especificamente quanto a sua concepção de “particularidade”. De acordo com esses intelectuais, continua esse estudioso, a História conheceria seus assuntos através da percepção do particular e não da abstração. De Herder especialmente, tomaram ideias similares às de Vico, ainda melhores formuladas. Entre elas as concepções de que a História era uma marcha para frente, da importância da geografia e da primeira formulação do conceito de “caráter nacional” (MARWICK, 1970, p. 40). Também foi Herder, continua Marwick, quem “[...] cunhou o verbo *ein fühlen* [simpatizar], tal como usado na sua prescrição para os historiadores: ‘Primeiro simpatizar com a nação, indo até a era, até a geografia, até a história inteira, sentindo a si mesmo nela’” (MARWICK, 1970, p. 40).

Um importante sucessor da escola de Ranke como Johann Gustav Droysen (MARWICK, 1970) também nos revela essas influências. Reconhecido segundo Wright (2008) por ser a expressão teórica da Tradição Histórica Alemã, ou Escola Histórica, Droysen concentrou-se na defesa da autonomia desse campo, empreendimento para o

qual utilizou muitos elementos da tradição intelectual alemã. Embora bastante crítico de muitos aspectos dos pressupostos teóricos de Ranke, afirma Wright, retomou, com esse fim, conceitos que Dilthey tentará clarificar em sua redefinição das disciplinas humanísticas posteriormente.

Para Droysen, declara Wright (2008), a compreensão histórica apenas começa com os fatos objetivos extraídos das fontes os quais, então, devem ser dispostos nos seus contextos materiais e políticos próprios. Posteriormente, continua esse autor, esses fatos exigem do historiador que proceda a uma reconstrução psicológica das intenções e propósitos do agente histórico envolvido. Finalmente, conclui esse autor a respeito do pensamento de Droysen, o historiador deve proceder a uma totalização disso em termos das “forças éticas” coletivas que atribuem significado ao longo do tempo. Muitos dos termos utilizados remontam ao contexto intelectual alemão desse período. Ao que Wright (2008, p. 125) nos indica:

A “comunidade de espírito” para as quais essas “forças” deram origem – idéias para as quais Droysen estava igualmente em dívida com Humboldt e Hegel – variavam de “natural” (família e *Volk*), ao “ideal” (linguagem, arte, ciência e religião), e ao “prático” (economia e Estado).

3.4 O debate das *Geisteswissenschaften*

Conforme defendem teóricos como Christopher Lloyd (2009), os diversos campos disciplinares das ciências sociais, exceto a economia, foram, em sua maioria, desenvolvidos na Alemanha em meados do séc. XIX. Por essa razão, não é estranho que as disputas filosóficas e metodológicas em torno deles tenham tido na Alemanha um ambiente propício. A história, como já mencionamos anteriormente, foi o campo mais influente em relação às demais áreas. A “disputa metodológica” começou primeiro sobre a questão da metodologia indutiva e historiográfica (como evidenciado pela escola histórica alemã dos economistas e historiadores) versus a metodologia dedutiva e abstrata como defendida pelos economistas positivistas.

Se no processo que a levou a tornar-se uma disciplina acadêmica moderna a História teve que buscar, dentro da universidade alemã, sua autonomia e legitimidade frente à filosofia especulativa durante as primeiras décadas do século XIX – ainda que tenha bebido muito desta em termos teóricos – a partir de 1850 teve que enfrentar o positivismo até o final do século, o qual chegava na Alemanha através de uma

importação da Inglaterra e da França (BEISER, 2013). Foi a emergência dessa concepção positivista na Alemanha a partir da segunda metade do século XIX, defendendo a reforma das ciências humanas a partir do modelo das ciências naturais, o elemento desencadeador de um rico debate filosófico sobre o estatuto científico da ciências humanas (ANDERSON, 2003).

A razão da proeminência das ciências humanas nos debates filosóficos foi “[...] uma séria tensão dentro de uma ampla constelação de concepções sobre as ciências humanas” (ANDERSON, 2003, p. 221). Por um lado, o ensino humanístico era proeminente na comunidade intelectual alemã, como já mencionamos anteriormente. E isso tanto porque havia-se alcançado resultados acadêmicos importantes nessas áreas no século XIX quanto pelo também mencionado lugar central das línguas clássicas e literatura clássica no currículo do ginásio (ANDERSON, 2003; RINGER, 2004). Os trabalhos nas *Geisteswissenschaften*, por sua vez, serviam como exemplo de rigor intelectual para estudantes e acadêmicos, sendo costumeiro considerá-los como ciência exemplar. Por outro lado, a mais antiga e estabelecida ciência natural ainda era vista como paradigma de ciência madura. Não obstante isso, o progresso das ciências naturais e humanas as levaram por um caminho distinto não só em métodos mas também na natureza de seus resultados. Nesse sentido as ciências naturais sujeitavam os fenômenos a leis quantitativas relativamente simples, as quais permitiam melhoramentos na precisão e confirmação da teoria por meio de experimentos controlados. Não menos importante foi que o século XIX viu repetidas extensões dessa ampla aproximação a novas áreas da física, química, fisiologia e psicologia, poder-se-ia defender ser essa aproximação o modelo para o conhecimento científico maduro (ANDERSON, 2003). Em contraste, as *Geisteswissenschaften* na Alemanha eram dominadas pela Escola Histórica, cujas maiores realizações repousavam sobre sensíveis interpretações históricas de realizações culturais únicas e imbuídas de valor. Elas produziram poucos resultados que eram quantitativos e legaliformes, no sentido das ciências naturais.

Esse cenário, por fim, deu lugar a uma “[...] tensão dentro da visão comum: parecia óbvio que as *Geisteswissenschaften* deviam ser tratadas como ciências, mas o modelo científico natural resultava um encaixe (fôrma) pobre para os seus melhores resultados” (ANDERSON, 2003, p.221). Conforme esse autor, esse dilema levantou muitas questões filosóficas difíceis que estão vivas ainda hoje, entre elas a questão da natureza das leis científicas e de sua presumida ausência nas ciências humanas, por um lado, e a questão do papel da psicologia como fundamento das ciências humanas, por

outro. Pelo escopo do problema filosófico tratado por Hempel no seu artigo clássico escrito já em meados do século XX, que se circunscreveu sobre a possibilidade de um conhecimento científico da história baseado em leis gerais, somos obrigados a concordar com essa avaliação de Anderson sobre a importância e continuidade do problema.

O principal defensor desse positivismo foi Auguste Comte (1798-1857), cujo *Curso de Filosofia Positiva* primeiro apareceu na Alemanha em 1840, seguido por John Stuart Mill (1806-1873), cujo *Sistema de Lógica* apareceu por meio de uma tradução alemã em 1862 (BEISER, 2013).

Comte e Mill nunca duvidaram que a história poderia ser uma ciência; e de fato, eles estavam ansiosos para fazê-la uma, porque acreditavam que ela era a base para uma ciência geral da sociedade que finalmente daria à humanidade controle sobre o seu próprio destino. *Savoir pour prévoir; prévoir pour pouvoir*; como Comte adorava dizer. Contudo, Comte e Mill duvidavam que a história tivesse os seus próprios objetivos e métodos; e insistiam que esse modelo estivesse de acordo com as ciências naturais. Eles defendiam que todas as explicações nas ciências naturais eram nomotéticas (isto é, legaloides) na sua forma, assim, explicar um evento significa subsumi-lo sob uma lei geral (Beiser, 2014, p. 146).

Mill em sua obra de 1843 constatava que as ciências morais ainda estavam abandonadas à incerteza de discussões populares e vagas, sugerindo resolver essa situação generalizando os métodos bem-sucedidos das ciências naturais (ANDERSON, 2003). Isso se daria por meio de uma ciência fundamental, a psicologia associacionista a qual provia as outras ciências humanas de leis causais simples que governariam a sucessão dos estados mentais. A partir delas se poderia explicar e prever as ações humanas. Todos os fenômenos da sociedade eram gerados pelas circunstâncias exteriores que se impunham aos seres humanos e suas respostas podiam ser subsumidas pelas mesmas leis da psicologia individual. As ciências humanas deveriam buscar leis universais que seriam ordenadas num sistema cujas leis da psicologia individual representavam um papel fundamental, assim como a mecânica para as ciências naturais (ANDERSON, 2003).

Um dos seus principais seguidores na Alemanha foi Ernst Mach que numa palestra proferida em 1867 declarou que as ciências humanas e as ciências naturais faziam parte da mesma ciência, repelindo qualquer distinção entre elas como ingênua (ANDERSON, 2003).

Mais comumente, contudo, o positivismo sobre as ciências humanas foi rejeitado no mundo de fala alemã porque não dava conta de acomodar a prática da Escola Histórica Alemã. Ainda que o modelo de Mill fosse mais plausível para algumas ciências do homem, com a economia política e a psicologia associacionista (áreas mais proeminentes no contexto britânico), a reforma positivista das Geisteswissenschaften de língua alemã implicaria alijar todos ou a maioria dos resultados da Escola Histórica, incluindo trabalhos como o de Humboldt em antropologia e lingüística, como os dos Grimms em mitologia comparada e história das linguagens, como os dos grandes historiadores Ranke, Mommsen, e Droysen, como os de historiadores das áreas especiais da cultura (Jhering sobre Lei Romana, Burckhardt sobre história intelectual e história da arte). Poucos desses trabalhos conferiram um papel proeminente para leis e aqueles que o fizeram não ofereceram conexões claras a leis psicológicas elementares vislumbradas por Mill.

No seu discurso reitoral de 1862, Helmholtz, mesmo sendo também um dos grandes representantes das ciências naturais, deu voz ao sentimento antipositivista comum, e renunciou muitos dos temas em torno dos quais o debate posterior iria orbitar. Nesse trabalho o autor destacou a distinção entre as ciências naturais e ciências humanas na base de uma natureza distinta de seus objetos de estudo, além da distinção de métodos empregados pelas quais atribuía às últimas uma forma de indução artística distinta da indução lógica daquelas primeiras (ANDERSON, 2003). Segundo esse intelectual as ciências humanas não se apoiavam numa forma perfeita de indução lógica, muito menos na busca de leis universalmente válidas, mas sim numa refinada habilidade para ver as conexões significativas entre os fenômenos culturais (ANDERSON, 2003). Além disso, Helmholtz também antecipou outro elemento do debate posterior, apontando a atenção do cientista humano ao “valor” como aspecto chave da distinção da aproximação do cientista natural em relação a matéria exterior indiferente (ANDERSON, 2003).

3.5 Importância da História entre as Ciências Humanas

Nesse cenário de maturação acadêmica das disciplinas sociais na Alemanha, a história teve, conforme vários autores (REILL, 1975; BEISER, 2014; ANDERSON, 2008), um papel seminal frente às outras ciências sociais, oferecendo algumas das bases

teóricas que legitimaram uma aproximação antinaturalista (humanista ou culturalista) a essas áreas de investigação, como vimos com respeito a Droysen, Dilthey, Windelband, Rickert, Simmel e Weber, todos herdeiros da Tradição Histórica Alemã. Anderson chega a declarar que essas disciplinas, as *Geisteswissenschaften*, como eram conhecidas no ambiente intelectual alemão, eram dominadas pela Escola Histórica.

Para entendermos as características e a posição dessa tradição na universidade com a qual polemizaram empiristas lógicos como Hempel, devemos recuperar sua instalação acadêmica. Apesar de a universidade alemã já ocupar um papel fundamental no ambiente cultural alemão no século XVIII, como mostramos antes, por volta de 1800 ocorreu uma verdadeira revolução educacional nos Estados alemães que, tendo ocorrido “[...] muito mais cedo que na Inglaterra ou na França e bem antes de a revolução industrial alcançar a Alemanha” (RINGER, 2004, p. 19), tornou essa nação conhecida por toda a Europa como “[...] a terra dos pensadores e professores” (HUGHES, 1959, p.43). Suas principais características foram duas: por um lado, “[...] a emergência do imperativo da pesquisa [...]”. Isso significava que os professores universitários deveriam realizar pesquisas originais e preparassem os alunos para que fizessem o mesmo. Por outro, a “[...] exigência de qualificações profissionais e pedagógicas para os futuros professores secundários e, por fim, de credenciais semelhantes para cargos acadêmicos” (RINGER, 2004, p.19). Esse movimento reformista, inspirado na então “[...] nova filosofia idealista alemã [...]”, “[...] num entusiasmo neo-humanista pela Grécia clássica e pelo ideal de Bildung”, “[...] reservou um lugar importante às faculdades de artes e ciências ou ‘filosofia’” (RINGER, 2004, p.19).

Frente a esse cenário cultural, não é surpreendente, que as “disciplinas filológicas e históricas, não as ciências naturais, é que definissem inicialmente o modelo de conhecimento rigoroso e confiável na Alemanha no século XIX” (PORTER & ROSS, 2008, RINGER, 2004). Embora a partir da primeira metade do século XIX o termo “ciência” tenha ganhado um sentido cada vez mais restrito na Europa Ocidental, cooptado pelo modelo das ciências naturais, sobretudo depois dos trabalhos de Comte e Mill, na Alemanha essa tendência foi inversa (PORTER & ROSS, 2008). Podemos verificar isso se atentarmos para a forma como os campos de pesquisa acadêmica foram sistematicamente divididos na Universidade de Berlim. Representando um dos pontos culminantes dessa revolução educacional, afirma Bambach (2009), e tendo sido fundada pelos moldes de Wilhelm von Humboldt em 1809, tal divisão levava em conta o modelo científico reinante. Assim, continua esse autor, em acréscimo ao tradicional campo do

direito, medicina, matemática e ciência natural, a Universidade de Humboldt definiu o estudo da história, arte, música, filologia, teologia e os estudos clássicos todos como ‘ciência’ (ou *Wissenschaften*). Entretanto, a palavra *Wissenschaft*, não obstante se referisse a todas as formas de conhecimento sistemático, guardava uma “[...] tradicional animosidade contra os estudos meramente ‘utilitários’ [e] tendia a identificar a *Wissenschaft* ‘pura’ antes com o pensamento teórico e a *Bildung* do que com as intervenções práticas no mundo”, por meio de leis adquiridas através dos métodos observacionais e experimentais (RINGER, 2004, p. 20). Uma manifestação da natureza do favorecimento das humanidades pode ser encontrada num trecho do seguinte especialista. De acordo com Ringer, “No jargão do idealismo pós-kantiano, o mundo existe para que, conhecendo-o, a mente humana possa realizar seu potencial”. Não custa ressaltar também que *Bildung* significava educação no sentido de cultivo ou autodesenvolvimento pessoal, que se referia especialmente “[...] à evolução do potencial do indivíduo graças a uma relação interpretativa com os grandes textos” (RINGER, 2004, p. 20).

A Universidade de Berlim, na qual Hempel passou boa parte de sua formação, desde sua criação teve um papel fundamental no prestígio e profissionalização do conhecimento histórico. Alguns dos grandes articuladores e pais fundadores da história científica moderna, como Niebuhr, Ranke e Theodor Mommsen, foram os primeiros professores dessa. Além disso, foi nessa universidade, fundada por Humboldt, comenta o historiador John Wright (2008), que a história ganhou abrigo institucional. O que, segundo o estudioso do pensamento alemão dessa época Frederick Beiser (2013), significou principalmente autonomia, já que aí pela primeira vez ela se estabeleceu num departamento próprio, não mais submetida a interesses alheios, como justificar o Estado ou o poder religioso como desempenhava nas faculdades de teologia e de Direito. Outro aspecto importante do protagonismo dessa universidade no campo da história foi, declara Beiser, o modelo particular de ciência teorizado que foi articulado diretamente na estrutura dessa universidade. Diferente da noção de ciência utilizada na França e na Inglaterra, continua esse estudioso, o termo correlato alemão, *Wissenschaften*, se referia a todas as disciplinas acadêmicas e não pressupunha uma hierarquia em termos de grau de certeza ou valor do conhecimento produzido ou mesmo dignidade do conhecimento. De tal aspecto podemos inferir que a história tinha sua autonomia teórica reforçada.

Outro aspecto relevante é o prestígio e a posição singular que a História ocupa, segundo Wright (2008), entre as ciências sociais durante o século XIX e princípios do

século. Isso é assim porque a História, ressalta, foi a primeira a assumir uma forma profissional duradoura. Além disso, continua, ela foi “[...] acompanhada ao longo de sua passagem em direção ao estatuto de ciência por uma habilitadora filosofia da história – ou um conjunto de tais filosofias – que alegava um singular privilégio para a explicação e a compreensão histórica, com consequências para o conjunto inteiro das ciências sociais” (WRIGHT, 2008, p. 113). Essa posição da história no cenário intelectual alemão, ambiente no qual Hempel foi educado, seguramente influenciou a sua escolha do objeto de sua principal reflexão epistemológica das ciências humanas. No seu influente artigo de 1942, sua preocupação esteve concentrada na História e não nas outras ciências sociais. Por ser uma disciplina empírica com grande influência intelectual na cultura da elite letrada do seu tempo, e por presumir uma autonomia epistemológica frente aos cânones epistemológicos das ciências naturais, modelo de conhecimento para filósofos positivistas como ele, a História suscitava desconfiança. Não menos importante, como foi mostrado anteriormente, eram suas raízes intelectuais que remontavam a uma tradição intelectual razoavelmente diferente daquela que havia moldado as ciências naturais. A prática historiográfica científica moderna, embora desde o começo tenha se estabelecido como uma disciplina genuinamente empírica (assim ressaltava Humboldt, um dos grandes responsáveis pela posição institucional dessa disciplina na Universidade de Berlim), se baseava num legado intelectual, comprometido com ideias vitalistas, idealistas de desenvolvimento, hermenêutica, etc, que estavam na contramão da tradição iluminista na qual Hempel, herdeiro do naturalismo iluminista, estava ancorado. Se tivermos em mente essa comparação, não é absurdo pensar que, muito embora Hempel estivesse operando, como geralmente muitos interpretes acreditam, um aperfeiçoamento epistemológico, também estava tentando suprimir os pressupostos filosóficos da tradição histórica das ciências sociais. Em especial, Hempel tinha em mente aqueles elementos incompatíveis com a aproximação naturalista.

3.6 Elementos importantes da tradição histórica alemã

Duas das características comumente reconhecidas como constituintes básicos da tradição histórica alemã por vários especialistas (IGGERS, 1968; BEISER, 2013; DRAY, 2000; RINGER, 2004) são o *princípio de empatia* e o *princípio da*

individualidade.

O princípio de empatia implicaria, segundo esses autores, a tentativa de “colocar-se no lugar de” indivíduos históricos. Tal procedimento, mencionado anteriormente em relação a alguns pensadores (Herder, Droysen e Dilthey), pretendia o seguinte. Ao discutir um governante do início da idade moderna, por exemplo, os historiadores procurariam descobrir, explica Ringer, as emoções e as ideias que o levaram a agir como agiu. Desse modo, em contraste com o que às vezes acontecia em historiadores iluministas ocidentais como Voltaire, não atribuiria seu comportamento à ignorância e ao fanatismo, nem o descreveria como o agente inconsciente de grandes forças anônimas, nem imporiam padrões anacrônicos ao seu tempo. De todo modo estariam mais atentos às intenções e aos sentimentos conscientes dos agentes e menos às regularidades estatísticas ou às leis atemporais do comportamento humano.

Em conformidade com esse tipo de aproximação epistemológica, aos historiadores competiria analisar o governante em questão “[...] como uma personalidade única, e não como membro de uma classe histórica abstrata, como a de todos os príncipes em todos os tempos”. Podendo ser aplicado a todos os tipos de sujeitos, continua esse autor, essa aproximação justificaria o uso de conceitos como o “espírito da renascença” em contraste a conceitos atemporais como a “mente religiosa” ou o “homem econômico”. Mesmo no caso do estudo de uma ideia, época ou nação, tais categorias podem ser descritas como individualidades, quando se quer enfatizar sua unicidade e ‘concretidade’ indivisa. Ringer enfatiza que (RINGER, 2000, p. 105):

Ao voltar-se para o passado, o estudioso nunca se abstrai do contexto histórico que procura entender, por assim dizer, “a partir de dentro”. Trata a cultura e todo o espírito de uma época como um complexo singular e auto-suficiente de valores e idéias.

Hempel, no seu artigo de 1942, está essencialmente preocupado em refutar essas duas ideias. De mais a mais, critica várias ideias relacionadas de intelectuais ligados a essa tradição. Além dos pensadores mencionados diretamente, como Hegel, alguns autores acreditam que Hempel, embora sem citar nomes, também esteja se referindo a Dilthey, Windelband e Weber, como veremos na análise do seu artigo no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4 - RECEPÇÃO E IMPACTO DO ARTIGO “AS FUNÇÕES GERAIS EM HISTÓRIA” NA FILOSOFIA ANALÍTICA DE LÍNGUA INGLESA

4.1 O Grupo de Berlim e a Sociedade de Filosofia Científica

Reunidos em Berlim em torno de Hans Reichenbach, Hempel e outros filósofos concentravam seus estudos em filosofia da ciência e divulgação dos últimos resultados científicos da época (MILKOV, 2013). Sua perspectiva filosófica, conhecida posteriormente como empirismo lógico, se contrapunha à filosofia acadêmica hegemônica de linha idealista (RICHARDSON, 2007). Originando-se e desenvolvendo-se na década de 1920 e no início da década de 1930, o empirismo lógico foi um programa para a filosofia que floresceu na Europa Central como resultado do interesse de um grupo de filósofos “cientificamente-orientados” e cientistas “filosoficamente-orientados” preocupados com o estado do conhecimento científico e filosófico da época. Mesmo quando seus interesses os levavam para áreas tais como a semântica e a metaética, esses intelectuais, graças a sua preocupação fundamental com a ciência, buscavam igualmente entender e promover a compreensão científica do mundo (STADLER, 2007). A ciência era, na sua visão, tanto o ‘locus’ do nosso melhor conhecimento do mundo como a fonte de esperança para um futuro mais iluminado, menos obscuro e obscurantista para a filosofia (RICHARDSON, 2007, p. 4). Juntamente com seus colegas de Viena, conhecidos como o Círculo de Viena, mativeram seminários e palestras em colaboração. Além disso, também mantinham a co-edição de uma revista conhecida como “*Erkenntnis*”, a cargo do berlinense Hans Reichenbach e de Rudolf Carnap pelo lado dos vienenses.

O Grupo de Berlim se organizava em torno de um seminário dado por Reichenbach, logo depois da chegada deste último como professor associado da disciplina “Questões Epistemológicas em Física” na Universidade de Berlim em 1926 (HOFFMANN, 2007; MILKOV, 2013). Ao que nos conta Hempel, “Ele ingressou na Universidade de Berlim (na Faculdade de Física) [...] sob forte oposição de filósofos, mas com grande apoio de cientistas, especialmente Einstein e Planck” (HEMPEL, 1993, p. 2). Tal ambiente de oposição não é surpreendente. Vale lembrar que a Universidade de Berlim foi fundada pelo neo-humanista Wilhelm von Humboldt em 1806. Além disso, “Fichte foi seu primeiro reitor e muitos dos principais neo-humanistas e idealistas

figuraram entre seus patronos e primeiros membros do corpo docente” (RINGER, 2000, p.38).

O grupo berlinense do empirismo lógico era formado, além de Reichenbach, pelos lógicos Kurt Grelling e Walter Dubislav e o médico e psicanalista Alexander Herzberger. Entre os mais jovens incluíam-se Carl Gustav Hempel, Olaf Helmer, Valentin Bargmann e Martin Strauss. Em diferentes períodos também participavam Fritz London, Wolfgang Köhler e Kurt Lewin (MILKOV, 2013). Ao contrário do caráter informal do Grupo de Berlim, a Sociedade de Filosofia Científica, também liderada por Reichenbach e administrada pelos integrantes do Grupo de Berlim, era uma instituição juridicamente registrada com um conselho eleito e uma lista detalhada de integrantes que se encontravam todas as terças-feiras no então famoso Hospital de Caridade. Sua atividade era definida através de palestras e discussões que giravam em torno de 10 a 20 por ano (HOFFMANN, 2007).

Os integrantes da Sociedade geralmente representavam a elite científica de Berlim e de outros grandes centros da Europa, na maioria pesquisadores experientes e autoridades em suas áreas, além de detentores dos mais prestigiados postos nos departamentos acadêmicos e institutos. Uma forte indicação disso é o fato da sociedade abrigar, entre os integrantes de sua célebre linha de palestrantes, três ganhadores do Prêmio Nobel: Max von Laue, Otto Meyerhoff e Wilhelm Ostwald⁴⁶(MILKOV, 2013; HOFFMANN, 2007).

Por um lado, a Sociedade se constituía numa plataforma para os grandes cientistas renomados disseminarem seus resultados aos seus colegas de outras disciplinas. Palestras eram proferidas pelos biólogos Max Hartmann e Richard Golschmidt, pelo físico Bernhard Bavink, pelo físico-químico Wilhelm Ostwald assim como os psicólogos Alfred Adler, Max Dessoir e Kurt Sternberg. Por outro lado, a sociedade também funcionava como fórum para cientistas inovadores tais como os conhecidos psicólogos da Gestalt Wolfgang Köhler e Kurt Lewin, e o pesquisador do cérebro Oskar Vogt. Outros pesquisadores, como o biólogo e teórico dos sistemas vienense Ludwig von Bertalanffy, que também dava palestras, foram atraídos pelo estímulo e oportunidade de trabalho interdisciplinar que a Sociedade promovia. Outros intelectuais importantes eram o matemático Richard von Mises, que além de ser um dos líderes da sociedade e interlocutor da Associação Ernst Mach, também era um ativo

⁴⁶Berlim na época, era um dos maiores centros de pesquisa do mundo e era conhecida como a cidade com mais ganhadores de prêmios nóbéis (MILKOV, 2013, p. 10).

palestrante. Contava ainda com o engenheiro de aeronaves Adolf von Parseval, o psicanalista Carl Müller-Braunschweig, o astrofísico Erwin Finlay-Freundlich e os físicos Fritz London e Lise Meitner, para citar algumas figuras proeminentes. É importante ressaltar que os intelectuais reconhecidamente opositores da orientação positivista da Sociedade também tinham oportunidade de apresentar suas idéias. Karl Korsh, por exemplo, amigo próximo de Dubislav, realizou duas palestras na Sociedade. Palestras de Hans Driesch e Julius Schaxel também são evidências do pluralismo dessa organização, como atestam as memórias de Hempel. A Sociedade também mantinha relações com representantes do ambiente cultural fora da universidade ou do cenário científico. Digna de nota é a presença frequente do dramaturgo berlinense Bertholt Brecht e do escritor vienense Robert Musil. (MILKOV, 2013, pp. 10-11; HOFFMANN, 2007, pp. 49-50)⁴⁷.

Um dos escritos programáticos mais importantes dessa corrente filosófica - o manifesto da concepção científica do mundo do Círculo de Viena - nos dá uma ideia bastante vívida da tradição cultural invocada pelos empiristas lógicos e de sua posição frente à tradição cultural hegemônica nas universidades.

O prefácio do manifesto sublinhou os princípios [desse movimento] claramente: mundanidade, relevância prática e interdisciplinaridade. Entre os precursores intelectuais mencionados estão Leibniz, Bolzano, Berkley, Hume, Mill, Comte, Poincaré e Duhem, além de Frege, Russell e Whitehead, Wittgenstein, e até mesmo os pragmatistas americanos. O trabalho do Círculo foi posteriormente contextualizado por referência à ‘tradição liberal’ de Viena e ao movimento de educação de adultos, influências e orientações variando do liberalismo da economia da utilidade marginal de Carl Menger ao Austro-Marxismo (STADLER, 2007, p.14; NEURATH, CARNAP, HAHN, 1929). Outro aspecto notável do esforço cultural do manifesto é o seu tom iluminista “[...] explicitamente conectado a uma ‘empreitada em direção a uma nova organização da economia e das relações sociais, em direção à unificação da humanidade, em direção à reforma da escola e da educação’. Seu objetivo específico era ‘criar ferramentas intelectuais para a vida cotidiana, para a rotina do estudioso mas também para a vida diária de todos os que de alguma maneira se juntam ao trabalho consciente de remodelação da vida’ (STADLER, 2007, p.14; Cf também CARNAP, HAHN, NEURATH 1929 304-305) “Os principais elementos da concepção científica do

⁴⁷Cf. também HOFFMANN, 2007, p. 49.

mundo – empirismo, positivismo, e análise lógica da linguagem – entretanto, deviam ser aplicados para trabalhar com os problemas de fundação da aritmética, física, geometria, biologia, psicologia e ciencias sociais. A filosofia tradicional, voltada para a construção de sistemas devia ser destronada como a ‘rainha das ciências’, e no seu lugar, deveria ser promovida uma mais prática e realisticamente-orientada. Essa nova aproximação culminou no slogan: “A concepção científica do mundo serve a vida e a vida a recebe” (CARNAP; NEURATH, 1929, 318; STADLER, 2007, p. 15).

O termo *Wissenschaftliche Weltauffassung* (concepção científica do mundo), usado no título do manifesto do circulo de viena de 1929 foi escolhido porque, por um lado, “oferecia uma concepção do mundo que era profundamente informada e orientada pela ciência, e, fazendo isso, buscava trazer a filosofia para dentro dos limites de uma disciplina genuinamente científica” (RICHARDSON, 2007, p. 4). Por outro, o termo “*Weltauffassung*” “[...] pretendia assinalar o agudo contraste com a “concepção” [de mundo] alemã (*Weltanschauung*) de cunho metafísico” (STADLER, 2007, p. 14) e com isso fazer frente a tradição cultural mandarim que imperava na filosofia acadêmica do mundo germânico (RINGER, 2000, p. 14 e pp. 93-108).

Outra evidencia da estreita vinculação entre os empiristas lógicos é o fato de Hannes Meyer, arquiteto marxista que sucedeu Gropius na diretoria da escola da Bauhaus em Dessau em 1924, ter convidado Neurath, Carnap, Philipp Frank e Hans Reichenbach para dar palestras naquele lugar. Nada surpreendente já que Meyer via o estúdio do artista como “[...] um laboratório técnico-científico e o seu trabalho [...] os frutos da análise e da invenção” (MEYER, 1926, apud GALISON, 1996, p. 25). Segundo Galison, na visão do modernismo tecnocrático de esquerda a “Modernidade, na forma desse mundo contstruido, opunha-se ao romantismo, ao religioso, ao nacional e ao tradicional” e especialmente para Neurath e seus colegas isso significava “[...] a derrubada da Viena gótica e sua substituição pelo racional e factual (*sachlich*)” (1996, p.28). Sem dúvida, pelo que se disse até aqui, esse tecno-modernismo é o contexto mais amplo pelo qual deve ser interpretado “[...] o tom do ‘manifesto’ do Círculo de Viena, o prefácio do *Aufbau* de Carnap e muito mais no trabalho dos positivistas lógicos da metade da década de 1920” (GALISON, 1996, p. 33)

Ao contrário dos intelectuais mandarins, que desprezavam todos os aspectos da cultura modernista do início do século XX da Alemanha (GAY, 1978, pp. 17-18, JONES, 1993, p. 74, p. 79 e p. 88), nossos intelectuais estavam profundamente envolvidos com algumas manifestações dessa tendência compartilhando assim o espírito

modernista de ruptura com o passado.

4.2 O Contexto do Debate Anterior sobre o Estatuto Epistemológico das Ciências Humanas em Língua Alemã

No século XVIII a filosofia natural já havia se consagrado como o mais confiável e autorizado sistema de conhecimento da época, o que a transformou no modelo mais imitado nas outras áreas do conhecimento, inclusive o pensamento político e a filosofia moral, como foram chamadas as investigações sobre a sociedade (HEILBRON, 2008). Foi também nesse período que sua influência formativa no pensamento social se tornou mais saliente, perdurando quase incontestável enquanto cânone até o final do século XIX, quando uma concepção alternativa, “culturalista” surgiu na Alemanha culminando no debate das Geisteswissenschaften (PORTER, 2008; HEILBRON, 2008). “Na sua forma mais básica a filosofia natural, como era conhecida as investigações empíricas da natureza nesse período, significava a busca de princípios e leis naturais, no lugar de agentes supernaturais” (HEILBRON, 2008, p. 40).

Por volta de 1800 ocorreu uma verdadeira revolução educacional nos Estados alemães (RINGER, 2004) Esse movimento reformista, inspirado na então “[...] nova filosofia idealista alemã [...]”, “[...] num entusiasmo neo-humanista pela Grécia clássica e pelo ideal de Bildung⁴⁸”, “[...] reservou um lugar importante às faculdades de artes e ciências ou ‘filosofia’” (RINGER, 2004, p.19).

Não é surpreendente, frente a esse cenário cultural, que as “[...] disciplinas filológicas e históricas, não as ciências naturais, é que definiram inicialmente o modelo de conhecimento rigoroso e confiável na Alemanha no século XIX” (PORTER & ROSS, 2008, RINGER, 2004). Embora a partir da primeira metade do século XIX o termo “ciência” foi ganhando um sentido cada vez mais restrito na Europa Ocidental, cooptado pelo modelo das ciências naturais, sobretudo depois dos trabalhos de Comte e Mill, na Alemanha essa tendência foi inversa (PORTER & ROSS, 2008).

Dentro dos moldes estabelecidos por Wilhelm von Humboldt, na Universidade de Berlim, fundada em 1809, um dos pontos culminantes da revolução educacional supracitada, todos os campos de pesquisa acadêmica foram “[...] taxonomicamente

⁴⁸Resumindo o que já explicamos com mais detalhes no capítulo 1, Bildung significava educação no sentido de cultivo ou autodesenvolvimento pessoal

divididos conforme o modelo de investigação científica reinante. Assim, em adição ao tradicional campo do direito, medicina, matemática e ciência natural, a Universidade de Humboldt definiu o estudo da história, arte, música, filologia, teologia e os estudos clássicos todos como ‘ciência’ ou *Wissenschaften* (BAMBACH, 2009, p.478). Entretanto, a palavra *Wissenschaft*, não obstante se referisse a todas as formas de conhecimento sistemático, guardava uma “[...] tradicional animosidade contra os estudos meramente ‘utilitários’ [e] tendia a identificar a *Wissenschaft* ‘pura’ antes com o pensamento teórico e a *Bildung* do que com as intervenções práticas no mundo” por meio de leis adquiridas através dos métodos observacionais e experimentais. De acordo com Ringer, “No jargão do idealismo pós-kantiano [muito em voga á época], o mundo existe para que, conhecendo-o, a mente humana possa realizar seu potencial”. Não custa ressaltar que, ainda que *Bildung* significasse educação no sentido de cultivo ou autodesenvolvimento pessoal, ela se referia especialmente “[...] à evolução do potencial do indivíduo graças a uma relação interpretativa com os grandes textos” (RINGER, 2004, p.20).

Segundo o que nos mostram alguns historiadores, a concepção naturalista do conhecimento foi bastante forte na Inglaterra, na Escócia e na França durante o Iluminismo, tendo um papel fundamental na constituição das ciências humanas. Foi especialmente na França, contudo, entre 1770 e 1830, através de figuras como Condorcet e Comte, que surgiram as reflexões teóricas e as expressões mais influentes (HEILBRON, 2008; COHEN, 1994; PORTER & ROSS, 2008). Nessa época, quando Paris era a capital científica da Europa, uma das designações mais influentes dessa época foi “*sciences morales et politiques*”, introduzida na França em torno de 1770 (PORTER & ROSS, 2008). Essa expressão foi traduzida para o inglês como “*moral sciences*” na influente obra de John Stuart Mill “*Sistema de Lógica*” publicada em 1843. Segundo Porter e Ross (2008, p. 1):

John Stuart Mill, um admirador da ‘sociologia’ de Augusto Comte, incluiu no seu influente tratado sobre lógica de 1843 uma seção objetivando ‘remediar’ o ‘estado atrasado das ciências morais’ através da ‘aplicação dos métodos das ciências físicas a elas, devidamente estendido e generalizado’.

A tradução dessa obra para o alemão só foi realizada em 1849, quando J. Schiel traduziu o termo *moral sciences* como *Geisteswissenschaften*. Essa palavra, contudo, não era conhecida até ser utilizada num discurso do eminente cientista Hermann von Helmholtz de 1862. Dono de uma grande reputação tanto no meio das ciências naturais quanto da

filosofia e das artes, nessa apresentação Helmholtz discutiu a relação entre as ciências naturais e humanas, indicando tanto suas diferenças como interconexões (COHEN, 1994). Dilthey, entretanto, foi o grande responsável por consagrar e disseminar o novo termo no cenário intelectual germânico, a partir da formulação clássica do problema do estatuto científico das ciências humanas no seu *Einleitung in die Geisteswissenschaften* (*Introdução às Ciências Humanas*) de 1883 (ANDERSON, 2003). Problema esse que foi posteriormente desenvolvido por Wilhelm Windelband e Heinrich Rickert” (HEILBRON, 2008). Nesse contexto intelectual essa palavra alemã “[...] permaneceu uma denominação padrão até boa parte do século XX” para as ciências humanas e indicava que “[...] tais estudos tinham um caráter moral e espiritual, muito diferente das ciências da natureza” (PORTER, 2008, p.1).

As décadas imediatamente anteriores e posteriores a 1900 testemunharam um vivo debate em torno da natureza do conhecimento e da metodologia das ciências sociais e culturais, a partir do qual buscou-se critérios adequados de distinção delas em relação as ciências naturais até então mais bem estabelecidas (ANDERSON, 2003). Esse debate envolveu tanto filósofos -Dilthey, Simmel, Windelband, Rickert - quanto líderes das pesquisas empíricas das *Geisteswissenschaften* - Lamprecht, Max Weber.

Uma razão da proeminência das ciências humanas nos debates filosóficos foi “[...] uma séria tensão dentro de uma ampla constelação de concepções sobre as ciências humanas” (ANDERSON, 2003, p. 221). Por um lado, o ensino humanístico era proeminente na comunidade intelectual alemã, como já mencionamos anteriormente. E isso tanto porque se haviam alcançado resultados acadêmicos importantes nessas áreas no século XIX quanto pelo também mencionado lugar central das línguas clássicas e literatura clássica no currículo do ginásio (ANDERSON, 2003; RINGER, 2004). Os trabalhos nas *Geisteswissenschaften*, por sua vez, serviam como exemplo de rigor intelectual para estudantes e acadêmicos, sendo costumeiro considerá-los como ciência exemplar. Por outro lado, a mais antiga e estabelecida ciência natural, ainda era vista como paradigma de ciência madura.

Não obstante isso, o progresso das ciências naturais e humanas as levaram por um caminho distinto não só em métodos, mas também na natureza de seus resultados. Nesse sentido as ciências naturais sujeitavam os fenômenos a leis quantitativas relativamente simples, o que permitia melhoramentos na precisão e confirmação da teoria por meio de experimentos controlados. Não menos importante foi que o século XIX viu repetidas extensões dessa ampla aproximação a novas áreas da física, química,

fisiologia e psicologia, poder-se-ia defender ser ela o modelo para o conhecimento científico maduro (ANDERSON, 2003).

Em contraste, as Geisteswissenschaften na Alemanha eram dominadas pela Escola Histórica, cujas maiores realizações consistiam em interpretações históricas de realizações culturais únicas e valiosas. Elas produziram poucos resultados que eram quantitativos e legaliformes, no sentido das ciências naturais.

Esse cenário, por fim, deu lugar a uma “[...] tensão dentro da visão comum: parecia óbvio que as Geisteswissenschaften deviam ser tratadas como ciências, mas o modelo científico natural resultava um encaixe (fôrma) pobre para os seus melhores resultados”. “Esse dilema levantou muitas questões filosóficas difíceis que ainda estão vivas até hoje. Por exemplo, a questão da demarcação pôs questões sobre a antureza das leis científicas, e de sua ausência nas ciências humanas. Além disso o papel apropriado da psicologia como fundamento do sistema das Geisteswissenschaften (dentro disso temos o debate ácido sobre o psicologismo antes de 1900). No contexto do debate sobre as Geisteswissenschaften, o psicologismo levantou a questão mais ampla sobre a relação das normas com o mundo natural. Esse problema é crucial para uma elucidação do conhecimento nas ciências humanas, dado que ele pretende ser conhecimento sobre normas e valores humanos (ANDERSON, 2003, p.221).

Se de Reinhold a Hegel a tradição idealista estava bem consolidada no contexto acadêmico alemão, ela foi duramente questionada depois de 1840 (BEISER, 2013). Entre 1840 e 1880 assistiu-se a um notável incremento na influência das ciências naturais, tanto entre os acadêmicos quanto no âmbito cultural em geral. “À medida que as realizações teóricas e práticas atraíam a atenção do público [...]” também “[...] filosofias mais ou menos explicitamente científicas ganhavam audiência” (RINGER, 2004, p. 30). Segundo Beiser, por volta de 1840, “[...] os materialistas e positivistas [...]” acreditavam que “[...] todas as questões intelectuais legítimas poderiam ser solucionadas pelas ciências empíricas, assim simplesmente não existia mais lugar para a filosofia” (BEISER, 2013, pp. 17-18). A emergência dessa concepção positivista que defendia reformar as ciências humanas através do modelo das ciências naturais acabou por provocar o debate (ANDERSON, 2003).

4.3 O artigo e sua relação com o debate anterior do estatuto das ciências humanas em língua alemã

Embora não exista nenhuma referência direta de Hempel em relação aos principais autores do debate, temos algumas evidências que mostram que ele os tinha em mente. Por um lado, o modelo esposado por Hempel de unificação das ciências (Anderson menciona Mach nesse contexto do debate sobre o estatuto das ciências humanas) está estreitamente relacionado com aquela tradição de pensamento social alemão que remonta à influência de Mill (D'Oro, 2009). Não é difícil traçar essa genealogia até um dentre os positivistas que difundiu as idéias de Mill na Alemanha e que tornou-se o representante mais influente dessa corrente na Alemanha no fim do século XIX e por todo o século XX: Ernst Mach (HARRÉ, 2003). Outro especialista na filosofia da ciência de Mach, John Bradley (1971), inclusive explica as ideias desse como um desenvolvimento da tradição fenomenalista, especialmente relacionada com David Hume, John Stuart Mill até chegar a Mach e, por fim aos positivistas lógicos e Hempel. Mach por sua vez é o pensador guia do empirismo lógico do qual Hempel faz parte: ditou as principais teses do empirismo lógico além de lançar o projeto filosófico que o empirismo lógico vai desenvolver ao longo da primeira metade do século XX. As principais teses foram desenvolvidas em torno do debate em torno dos critérios de verificação para chegar a um consenso sobre quais seriam os tipos de asserções que fornecem bases seguras para as afirmações científicas teóricas.

Além disso, se tivermos a referência ao nome de Theodor Gomperz no manifesto do Círculo de Viena em consideração, também notaremos outra fonte importante de alimentação dessa tradição positivista em solo alemão. No ensaio intitulado “*Theodor Gomperz e John Stuart Mill*”, Adelaide Weinberg (1963), encontramos uma bem documentada descrição da forte amizade que se estabeleceu entre esses dois intelectuais. De acordo com esse estudo, em 1854, a época um jovem estudante austríaco desconhecido, Gomperz, que mal havia acabado de terminar a leitura do Sistema de Lógica de Mill, mas já fortemente impressionado pela obra, se corresponde com esse filósofo. Além de demonstrar seu entusiasmo e acordo pelas ideias de seu autor, Gomperz também pede permissão para fazer uma tradução alemã. Nas palavras da autora “[...] Gomperz se tornou, sob o impacto da personalidade de Mill, não somente o tradutor e editor dos seus trabalhos para a língua alemã, mas também o promulgador de seu método filosófico [...]” (WEINBERG, 1963, p. 9). Gomperz não somente traduziu o *Sistema de Lógica* como também traduziu e organizou a edição das obras completas de Mill em alemão. Como já tivemos a oportunidade de mostrar, essas traduções foram

celebradas pelos positivistas lógicos no seu manifesto, cujo autor tomam como um genuíno representante do espírito antimetafísico. Como não mencionam a antiga tradução de Schiel, isso nos leva a pensar que era a tradução de Gomperz e não a outra, o trabalho canônico utilizado pelos positivistas.

Por outro lado, muitos historiadores afirmam que Hempel tinha familiaridade com os autores neo-kantianos (BAMBACH, 2009; D'ORO, 2009; DRAY, 2000). Isso faz sentido porque, sendo o principal objetivo do artigo de Hempel de 1942 defender a unidade metodológica das ciências empíricas (D'ORO, 2009), procura analisar e refutar teses em prol da autonomia das humanidades que já tinham sido formuladas por Dilthey, Windelband, Rickert, Weber ao longo das últimas décadas do XIX e primeiras duas décadas do XX. Outra evidência disso são as referências diretas a esses autores em artigos posteriores, num contexto mais amadurecido do debate, em que Hempel precisa ser mais preciso quanto a suas fontes (HEMPEL, 1952; 1962; 1963; 1965).

Logo nas duas primeiras frases de sua introdução, Hempel nos apresenta a chave de leitura a partir da qual podemos compreender os objetivos do seu artigo e o debate para o qual o mesmo pretende contribuir. Na primeira frase começa por admitir de maneira lacônica, sem citar nomes ou referências, haver (HEMPEL, 1942, p.35)

[...] uma opinião amplamente defendida que a história, em contraste às chamadas ciências físicas, está preocupada com a descrição de eventos particulares do passado ao invés de estar com a busca das leis gerais que poderiam governá-los.

Segundo alguns dos maiores comentadores da querela, o legado intelectual do qual Hempel parte consiste do velho debate travado em língua alemã sobre o estatuto epistemológico das *Geisteswissenschaften* e das *Naturwissenschaften* que se iniciou por volta da década 80 do século XIX, perdurando até as primeiras décadas do século XX (ANDERSON, 2003). Para alguns autores (MANDELBAUM, 1977; RICOEUR, 1994; von WRIGHT, 1971) o artigo de 1942 de Hempel tem que ser compreendido no âmbito desse debate. Outhwaite inclusive declara ser o debate da *covering law* (1940-1950) uma continuação da *Methodenstreit* alemã, outro nome pelo qual aquele debate é conhecido.

A questão nevrálgica à qual os integrantes desse antigo debate pretendiam dar uma resposta era (ANDERSON, 2003, p.221):

[...] sobre a natureza do conhecimento e da metodologia nas ciências sociais e culturais, e sobre o critério de demarcação apropriado que distinguia essas *Geisteswissenschaften* (ciências humanas) das ciências naturais mais estabelecidas

Tendo envolvido uma variada gama de intelectuais, desde filósofos como Wilhelm Dilthey, Wilhelm Wundt, Georg Simmel, Wilhelm Windelband, Heinrich Rickert, bem como líderes das *Geisteswissenschaften* empíricas como Karl Lamprecht e Max Weber, tais respostas foram bastante variadas.

Muito estimulada pela tradução das obras de Comte e Mill, os pais do positivismo na Alemanha (BEISER, 2013), uma emergência da concepção positivista acabou por provocar o debate (ANDERSON, 2003) na medida em que gerou uma reação fortemente antipositivista (von Wright, 1971). Pretendendo reformar as ciências humanas a partir do modelo das ciências naturais (ANDERSON, 2003), defensores dessa concepção negavam qualquer justificação objetiva para distinguir as duas áreas de pesquisa. Assim lemos em (Mill 1843 [1974: 877] apud Anderson 2003, p.222):

Todos os fenômenos da sociedade são fenômenos da natureza humana, gerados pela ação de circunstâncias externas sobre massas de seres humanos: e se, portanto, o fenômeno do pensamento humano, sentimentos, e ação, são sujeitos a leis fixas, o fenômeno da sociedade não pode se conformar senão à leis, consequência do precedente.

Um filósofo alemão muito influente como Ernst Mach foi atraído pelo positivismo de Mill. Numa palestra realizada em 1867, esse filósofo declarou que as ciências humanas e naturais são “somente partes da mesma ciência de modo que a crença numa distinção essencial entre elas “[...] pareceria tão ingênuo a uma idade madura quanto a ausência da perspectiva na pintura egípcia antiga é para nós” (MACH 1903, p. 98, apud. Anderson, 2003, p. 222).

Devemos ter em conta que Comte e Mill nunca disputaram que a história pudesse ser uma ciência e que mesmo eles estavam ansiosos para torná-la uma, especialmente porque acreditavam que seria a base para uma ciência geral da sociedade, cuja finalidade seria dar finalmente à humanidade o controle sobre o seu próprio destino (BEISER, 2013). *Savoir pour prévoir, prévoir pour pouvoir*, como Comte gostava de dizer. Segundo von Wright o positivismo do século XX do qual Hempel faz parte “[...] compartilha em grande medida com o positivismo do século XIX uma confiança implícita no progresso através do avanço da ciência e do cultivo de uma atitude racionalista, viz. engenharia social, em relação aos assuntos humanos (1971, p. 10).

Duvidando que a história tivesse seus próprios objetivos e métodos, pensadores como Mill e Comte, insitiam que o seu modelo devia estar de acordo com as ciências naturais (BEISER, 2013). Eles estavam convencidos de que toda explicação nas

ciências naturais era nomotética, como diria Windelband, ou seja, tinham uma forma legal, de maneira que explicar um evento significava subsumí-lo sob uma lei geral (BEISER, 2013).

De acordo com o seu paradigma de explicação, toda explicação poderia ser representada como um silogismo cuja premissa maior estabelece uma lei geral (por exemplo, “A água congela a 0 °C”) e a premissa menor afirma um fato particular (por exemplo, “Fazia 0 °C em São Joaquim na noite passada”). O mesmo modelo deveria ser aplicado em História, acreditavam Mill e Comte. Quanto mais soubermos sobre as leis da História, mais conseguiremos controlá-la (BEISER, 2013).

Do outro lado do espectro, dentro do grupo antipositivista, com discordâncias importantes, os intelectuais ressaltavam e defendiam vários aspectos teóricos diferentes que justificassem a demarcação. Uma posição influente foi aquela representada por Dilthey que enfatizava os métodos interpretativos das ciências culturais e a compreensão (*Verstehen*) do significado dos seus objetos de pesquisa como seu principal objetivo cognitivo. Ainda que a psicologia fosse uma ciência fundamental para todas as ciências humanas (ANDERSON, 2003), sua concepção diferia muito da psicologia de Mill, entendida como ciência natural. Dilthey defendia a existência de uma psicologia interpretativa, distinta de uma psicologia explicativa. O principal interesse teórico dessa última é a explicação, procedimento que busca a subsunção de eventos mentais particulares ou atividades sob leis gerais. O principal objetivo cognitivo da psicologia analítica ou descritiva proposta por Dilthey, entretanto, é a interpretação ou compreensão, procedimento segundo o qual se compreende o conteúdo ou o significado por trás dos eventos ou atividades. “O que determina o conteúdo é o sistema de relações no qual analisamos o objeto; e o sistema que formulamos depende da investigação e perspectiva específica que fazemos” (BEISER, 2013, p. 152).

Outra posição bastante influente em relação ao critério de demarcação das ciências foi aquela proposta por Windelband, distinguindo “[...] entre duas formas de ciência empírica: as ciências naturais, as quais eram nomotéticas, isto é, interessadas em descobrir leis universais; e as ciências históricas, que eram ideográficas, isto é, preocupadas com a determinação de fatos particulares”. Enquanto as ciências naturais tentavam “[...] universalizar e explicar tantos fatos quanto possível sob uma única lei, as ciências históricas visavam individualizar e dar conta das diferenças entre as coisas” (BEISER, 2013, p.150).

Apesar de muitos acadêmicos influentes do pensamento histórico como Ranke, Droysen, Dilthey e Windelband divergirem entre si, eles são alguns dos indivíduos que representam o que se costuma chamar de “tradição histórica alemã”. Sob essa denominação compartilham algumas posições: que a História é conhecimento do particular, que a História deve ser uma ciência empírica, e resistem à filosofia especulativa da história da tradição idealista, opondo-se ao paradigma positivista nomotético de explicação (BEISER, 2013).

Como já tivemos a oportunidade de comentar acima, ainda que Hempel concorde com a tese da exclusão da filosofia especulativa do âmbito da história, ele refuta a primeira pretensão tal como é entendida por essa tradição, além de reformular e defender a tese segundo a qual a História somente poderia pretender o estatuto de ciência caso atendesse ao critério positivista de explicação por leis gerais.

Hempel faz parte de um movimento de ressurgimento do positivismo entre as duas guerras, quando este retornou mais vigoroso do que nunca. Essa corrente, também conhecida como positivismo lógico ou empirismo lógico, é herdeira do atomismo lógico de Bertrand Russell, do primeiro Wittgenstein e do neopositivismo do Círculo de Viena. Em relação ao positivismo do século dezanove compartilha, segundo von Wright, as principais características de seu ancestral: monismo metodológico, ideal matemático de perfeição e visão teórica-subsuntiva da explicação científica. O primeiro princípio significava a ideia da unidade do método científico apesar da diversidade dos objetos de estudo da investigação científica. O segundo estava atrelado à visão de que “[...] as ciências naturais exatas, em particular a física-matemática, estabeleciam o ideal metodológico ou padrão a partir do qual se media o grau de desenvolvimento e perfeição de todas as outras ciências, incluindo as humanidades”. O terceiro significa uma visão característica da explicação científica. Era concebida como causal e “[...] consistia, mais especificamente, na subsunção de casos individuais sob leis gerais da natureza, incluindo ‘natureza humana’” (von Wright, 1971, p. 4).

4.4 As Teses do Artigo

Se levarmos em consideração esse debate alemão herdado por Hempel podemos retomar as duas frases citadas de seu artigo sob outra perspectiva. A primeira declara (HEMPEL, 1942, p.35):

uma opinião amplamente defendida que a história, em contraste às chamadas ciências físicas, está preocupada com a descrição de eventos particulares do passado ao invés de estar com a busca das leis gerais que poderiam governá-los.

A segunda se referindo a primeira afirma o seguinte (HEMPEL, 1942, p.35-36):

Como caracterização do tipo de problema por que sobretudo se interessam alguns historiadores, é talvez impossível deixar de admitir este ponto de vista; como afirmação da função teórica das leis gerais na investigação histórica científica, ele é sem dúvida inaceitável

Podemos reconhecer duas concepções em jogo. Uma, rechaçada por Hempel, estaria pressupondo que a História, exatamente por estudar fundamentalmente eventos particulares e não regulares, utilizaria métodos descritivos entre outros (Hempel vai se referir posteriormente ao método da compreensão e a outros) que, segundo a visão disseminada, prescindiriam de leis gerais ou, pelo menos, não lhes atribuiriam um papel relevante.

A outra, aceita pelo autor, suporia que, mesmo que o objeto da investigação histórica fossem eventos particulares, as leis desempenhariam um papel essencial nessa investigação. Seu objetivo no artigo é mostrar que a primeira concepção é equivocada e para isso pretende defender a essencialidade das leis gerais na pesquisa histórica.

Faz isso reconstruindo as noções de “explicação” e “predição” e mostrando o papel fundamental das leis nessas noções. As leis gerais desempenham um papel fundamental por embasarem todos aqueles procedimentos que a concepção corrente pensa constituírem métodos *sui generis* das ciências sociais: a busca pelo sentido ou a compreensão, por exemplo, pretensas explicações apontando causas mas sem indicar leis. Esses procedimentos vão contra tanto à ideia metafísica de causa como à ideia epistemológica de causa.

Hempel parte de uma noção intuitiva de explicação que, a seu ver, estaria implícita na prática científica em geral. Segundo essa visão corrente, as explicações em todos os ramos da pesquisa empírica científica teriam como objetivo mostrar que o evento explicado aconteceu exatamente daquela forma porque deveria ter ocorrido em vista de determinadas condições antecedentes, não sendo, portanto, um evento fortuito ou fruto do acaso. O ponto nevrálgico do argumento de Hempel é que essa expectativa, representada pelas palavras “deveria ter ocorrido”, não poderia ser apoiada em nenhum tipo de palpite ou pretensa capacidade intuitiva do historiador, mas decorrer da

aplicação de leis gerais. Segundo essa concepção, nada justificaria esperar a ocorrência de um evento senão por causa da suposição de leis gerais. Elas são as chaves fundamentais para entender os nexos entre os eventos no mundo e, por isso, conduzem racionalmente nossa expectativa da ocorrência dos mesmos, não por palpite, ou por qualquer método obscuro como aqueles defendidos pela escola histórica alemã. Nesse sentido, a noção de explicação adotada por Hempel, para ele a única possível em contexto científico, não corresponde a usos mais fracos adotados na linguagem cotidiana nem àquelas noções de compreensão comumente empregadas

Mas o que seria uma lei geral para Hempel? A noção de “lei geral” adotada no artigo expressa regularidades do seguinte tipo: “Em cada caso onde um evento de tipo específico C ocorre num certo lugar e tempo, um evento de tipo específico E ocorrerá num lugar e tempo especificamente relacionado ao lugar e tempo da ocorrência do primeiro evento”. (HEMPEL, 1942, p.35)

Como já tivemos a oportunidade de mencionar acima, para Hempel a noção de explicação é mais forte do que muitas outras usadas em contextos não científicos e por isso pressupõe a noção de lei geral sem a qual, segundo Hempel, nem poderíamos denominá-la explicação. As duas noções encontram-se interrelacionadas. Isso fica claro a partir da maneira com que ele apresenta sua noção intuitiva de explicação (HEMPEL, 1942, p.36):

A explicação da ocorrência de um evento de um tipo específico E num certo lugar e tempo consiste, assim como se expressa usualmente, em indicar as causas ou fatores determinantes de E. Agora, a afirmação de que um conjunto de eventos – qual seja, dos tipos C1, C2, ..., Cn – causaram o evento a ser explicado, equivale à declaração que, de acordo com certas leis gerais, um conjunto de eventos do tipo mencionado é regularmente acompanhado por um evento do tipo E.

Explicação é a indicação das causas de um evento, conforme a primeira oração, e causa, como fica claro na segunda oração, significa regularidade. Explicar um evento é mostrar que ele é um evento regido por uma regularidade, ou seja, por uma lei de modo que o evento explicado seja “coberto” por uma lei. Por isso que esse modelo ficou amplamente conhecido como *covering law model* (modelo de lei de cobertura) graças à criação do termo pelo filósofo William Dray (1957).

O objetivo de Hempel é, a partir dessa ideia intuitiva, informal, de explicação, extrair os elementos que a constituem. Esse procedimento de análise filosófica, característico dos empiristas lógicos, é chamado de “reconstrução racional” ou “explicitação” de uma noção. Seu objetivo é recuperar, a partir de uma noção muitas

vezes vaga, ambígua e inconsistente, os aspectos essenciais que deverão compor um conceito mais preciso e coerente, resultado da reconstrução. O novo conceito deveria encarnar os aspectos essenciais pressupostos na noção intuitiva de explicação, mas depurado de aspectos marginais e obscuros; ao mesmo tempo, deveria satisfazer as regras da lógica clássica, ou seja, prover um procedimento cognitivo consistente. O produto resultante dessa reconstrução racional também é chamado de “modelo”. Exatamente por isso a proposta de explicação de Hempel é chamada de “modelo de lei de cobertura” ou “modelo hipotético-dedutivo”, ou ainda “modelo nomológico-dedutivo”. Esse modelo, sugerido por Hempel, enquanto estrutura logicamente consistente, consistiria dos seguintes elementos:

- (1) um conjunto de sentenças bem confirmadas pela evidência empírica afirmando a ocorrência de certos eventos $C_1, \dots, C_n$, num determinado lugar e tempo;*
- (2) um conjunto de hipóteses universais bem confirmadas pela evidência empírica disponível;*
- (3) uma sentença que seja deduzida logicamente a partir dos dois grupos de sentenças afirmando a ocorrência do evento E .*

Uma averiguação mais detalhada nos revela que, para Hempel, uma explicação apresenta uma estrutura de natureza linguística, mais conhecida em lógica como argumento. Um argumento é um conjunto finito de declarações, chamadas premissas, que dão razões para acreditar numa declaração adicional, chamada conclusão. Ademais, a citação nos revela tratar-se de um argumento especial, haja vista que a conclusão deve poder ser logicamente dedutível das premissas. Segundo esse tipo especial de argumento, chamado dedutivo, as declarações contidas nelas têm uma relação muito peculiar entre si. Um argumento dedutivo é um argumento cuja estrutura formal prescreve o seguinte: se tivermos premissas verdadeiras, então é impossível que a conclusão seja falsa, ou seja, a verdade da conclusão se segue necessariamente das premissas sem exceções (MORTARI, 2001).

Podemos ver que o aspecto principal da noção informal assumida inicialmente, qual seja, sua natureza forte de determinação necessária do evento em relação às condições antecedentes, se encaixa perfeitamente no caráter dedutivo da estrutura linguística resultante da reconstrução. Algo é explicado quando se mostra como pode ser inferido como consequência de um argumento lógico.

Hempel providencia um exemplo que se tornou canônico na filosofia da ciência contemporânea. Suponhamos que tivéssemos que explicar a ruptura do radiador de um automóvel que permaneceu na rua durante uma noite fria de inverno. Para tal, segundo a concepção hempeliana, necessitaríamos de afirmações dos seguintes tipos:

Grupo 1 : afirmações que descreveriam as condições iniciais - que nesse caso poderiam ser: “o carro ficou na rua a noite toda”; “o radiador estava completamente cheio de água”; “a tampa estava bem fechada”; “durante a noite a temperatura caiu de $3,8^{\circ}\text{C}$ na tarde passada para $-3,8^{\circ}\text{C}$ na manhã seguinte”; “a pressão atmosférica manteve-se normal”; “a pressão de ruptura do material metálico do radiador é tal e tal”.

Grupo 2 : conteria as leis empíricas - que seriam afirmações do tipo: “sob pressão atmosférica normal, a água congela abaixo de 0°C ”; “abaixo de 4°C a pressão de uma massa de água aumenta à medida que a temperatura desce”, etc. Além disso deveríamos ter, necessariamente, uma lei quantitativa relacionando a mudança de pressão da água como uma função da sua temperatura e volume.

Por fim, teríamos que poder deduzir por raciocínio lógico, a partir das afirmações desses dois tipos (Grupos 1 e 2), a conclusão necessária de que o radiador rompeu durante a noite. Essa seria a estrutura, os componentes e o procedimento inferencial para estarmos de posse de uma explicação científica segundo o modelo de lei de cobertura.

Apesar de parecer um esclarecimento formal de menor importância no texto, Hempel faz uma ressalva fundamental na seção 2.2. Nas palavras do filósofo: “É importante ter em mente que os símbolos “E”, “C1”, “C2”, etc, [...] representam tipos ou propriedades de eventos, não [...] aquilo que às vezes é chamado de eventos individuais”, de modo que “[...] o objeto da descrição e explicação em qualquer ramo das ciências empíricas é sempre a ocorrência de um evento de um certo tipo [...] num lugar e tempo [...] (ou num dado objeto empírico num certo tempo)” (HEMPEL, 1942, 36). Exemplos de tipos de eventos seriam: “uma queda na temperatura de 10°C ”, “um aumento de tantos por cento na umidade do ar”, “uma revolução social”, “um impeachment presidencial”. Exemplos de eventos num objeto empírico seriam: “O crescimento vegetativo da população do Brasil no ano de 2015 foi de 1%”, “A ruptura do radiador de um certo carro”, “A mudança na personalidade de uma personagem histórica”, “a mudança numa característica de uma determinada espécie de macacos”,

etc.

Esse esclarecimento apresenta uma característica fundamental do modelo que está apontada contra a tradição histórica alemã antes mencionada, e a que o autor se refere também indiretamente no primeiro parágrafo do artigo. Trata-se da tese que defende que a História é conhecimento do particular. Ainda que não haja muito consenso de como tal concepção possa ser aplicada na pesquisa, Hempel parece ter avançado algo nesse sentido. De forma lacônica, provavelmente por aludir a uma concepção disseminada sobre a História, ele se refere a um procedimento de acordo com o qual a História estaria comprometida com a descrição completa de eventos individuais. Segundo Dray, tal concepção seria melhor identificada com Windelband e Oakesshott (Dray, 2000).

Tomando essa concepção como ponto de referência importante em contraste com o seu modelo, Hempel a critica como um procedimento inviável por várias razões. Em primeiro lugar, argumenta o filósofo, jamais estaríamos em condições de fazer uma descrição completa de todas as características espaciais ao longo do intervalo de tempo em que o evento teria ocorrido. Num exemplo nosso, seria impossível realizar uma descrição da independência do Brasil ou da abolição da escravidão tomados como eventos singulares desde que envolvem uma quantidade indefinida de características. Em segundo lugar, não seria tampouco possível explicar todas essas inúmeras características do evento por meio de leis gerais. Isso é assim porque uma explicação nos moldes de Hempel, por ser um argumento dedutivo, sempre estará restrita a um conjunto finito de sentenças, que, por sua vez, corresponde a um conjunto finito de aspectos do evento em pauta.

A insistência na necessidade do uso de conceitos gerais que lidem com aspectos também gerais dos eventos estudados é um ponto chave. Essa característica tem seu preço, pois limita a explicação de uma maneira essencial. Ainda que as leis gerais nos dêem os nexos empíricos dos eventos, somente determinados aspectos, aqueles que se apresentem regulares sob experimentações e observações empíricas cuidadosas, mostrando-se relacionados causalmente, são contemplados. Um exemplo desse tipo de características regulares seriam o peso, a velocidade, etc. Outras não regulares seriam o cheiro, a cor, etc. Assim, caso estivéssemos interessados na explicação da velocidade de impacto de um corpo no solo, ainda que se tratasse de um precioso e raro vaso chinês com uma determinada cor e formato, nos limitaríamos ao seu peso e à distância percorrida pelo objeto. Ao contrário da tradição historicista, que insiste na recuperação

completa dos aspectos únicos dos acontecimentos estudados, Hempel argumenta que tal procedimento é impossível.

Uma posição bastante disseminada sobre um dos métodos presumidamente restritos das ciências humanas é o procedimento da compreensão empática. Ao contrário dos eventos naturais que seriam melhor estudados e explicados pelo método de lei de cobertura e por isso através de um ponto de vista externo, “[...] a investigação histórica [...] deveria buscar o que estuda a partir de dentro”. Nesse sentido (DRAY, 2000, p.223):

Ao invés de referir as ações humanas passadas a condições antecedentes e leis, os historiadores são presumidamente capazes de compreendê-los por algum tipo de discernimento imediato sobre as mentes dos agentes.

Apesar de Hempel não identificar nenhum autor que defenda essa visão, alguns autores acreditam que ele estaria se referindo a Dilthey e Weber (DRAY, 2000). De acordo com a maneira como é entendido por Hempel, poderíamos apresentar esse método como consistindo de três passos. Primeiro, a atitude do historiador de se colocar no papel do agente histórico sob as condições e motivações presentes naquele momento e imaginar o que ele próprio teria feito no lugar do personagem histórico. Em segundo lugar, a tentativa de generalizar suas atitudes imaginadas numa regra geral de comportamento. Por último, a aplicação dessa regra como princípio explicativo da ação daquele agente histórico.

O artigo inicia sua análise, para a surpresa do leitor que estivesse atento ao título do artigo, sem mencionar sequer um exemplo de explicação histórica ao longo das primeiras cinco páginas, com exceção de um exemplo que, embora seja avaliado pelo autor como um exemplo de explicação em História, é claramente uma explicação sociológica.

Essa surpresa se justificaria porque o título, “A função das leis gerais em História”, sugere um esclarecimento dos compromissos pressupostos na pesquisa e nas explicações corriqueiramente utilizadas pelos historiadores tal como são apresentadas em suas obras. Desse modo, esperaríamos que Hempel reconstruísse o conceito de explicação histórica a partir da elucidação dos aspectos pressupostos na noção de explicação padrão utilizada na prática historiográfica efetiva.

Contudo o autor dedica as primeiras cinco páginas à apresentação da estrutura formal dos conceitos de “explicação” e “lei geral” tal como poderiam satisfazer aos critérios da prática científica ideal. A questão não é que o modelo só encontre sua

interpretação consistente na física, mas que já esteja desde o começo enviesado pelo modelo da física, a única a dispor de modelos consistentes. Além disso, usa um exemplo de fenômeno físico para ilustrar o modelo. Isso corrobora ainda mais nossa suspeita. Nessa hora desconfiamos que se trate da aplicação de conceitos estranhos à prática historiográfica. Tal suspeita se concretiza quando, logo após essa primeira parte, na seção 5.1 o autor declare, sem mais justificações, que todas as considerações feitas se aplicam à explicação em História.

Esse aparente contrasenso pode ser melhor compreendido se considerarmos os compromissos de Hempel com certas doutrinas e tendências filosóficas. Segundo Paul Roth (ROTH, 1987, p. 1)

O epistemólogo positivista pergunta-se quais princípios metodológicos gerais seriam característicos da boa prática científica e toma a resposta como representante dos cânones universais de racionalidade. Um aspecto do programa epistemológico positivista consistiu em destrinchar a essência do método científico e justificar a confiança nele.

Desse exame decorreu a tese da unidade de método entre as ciências naturais e as do homem, fundamental para o programa. Um compromisso filosófico com o monismo metodológico, também endossado por Hempel.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A “explicitação” opera uma tradução para um vocabulário lógico que, por sua vez, já tem suas regras estabelecidas pela lógica clássica. Com essa tradução feita, portanto, boa parte da reflexão sobre os méritos científicos do novo conceito de explicação assim apresentado estará pautada por essas regras. É exatamente por esse motivo que Hempel é tão conhecido como um dos líderes mais influentes do empirismo lógico nos Estados Unidos, especialmente por ter aplicado esse método à noção de explicação. Esse modelo foi posteriormente apresentado em termos puramente formais e aperfeiçoado desde 1942, segundo as críticas que recebeu de vários filósofos, adquirindo sua forma acabada em 1965, mas manteve sua estrutura básica.

William Dray, no artigo intitulado “Explanation in History”, o qual compõe uma coletânea de textos dos principais filósofos da ciência sobre o impacto dos trabalhos de Carl Hempel nas diversas áreas da filosofia do conhecimento, declara (Dray, 2000, p.234):

Mesmo aqueles mais contrários a sua descrição do modo como a explicação deveria proceder em História em geral concordariam que, além de tirar a filosofia da história anglófona praticamente dos mortos e oferecê-la com uma agenda amplamente aceita por mais de uma geração, ele desafiou-a, com algum sucesso, a debater a natureza do conhecimento e da investigação histórica em um nível próximo da lucidez, economia e poder de seu próprio trabalho.

Dray se refere ao cenário intelectual anglo-saxão prévio a 1942, quando as reflexões epistemológicas sobre a História estavam num estado “sonolento”, com poucos trabalhos sendo produzidos e em geral pouco interesse por parte dos filósofos de língua inglesa pelo tema.

O artigo de Hempel foi publicado no *Journal of Philosophy*, contudo não atraiu muita atenção até que fosse re-publicado na coletânea de 1949 intitulada *Readings in Philosophical Analysis*. Tendo como editores Herbert Feigl, antigo conhecido de Hempel em 1929 em Viena, e Wilfrid Sellars, essa publicação tornou-se um livro texto adotado em muitos cursos de filosofia.). Em 1959 o referido artigo teve nova publicação na coletânea de Patrick Gardiner. Nesse momento já era um artigo amplamente conhecido pelos filósofos anglosaxões e foi ali apresentado junto de uma série de respostas e comentários que constituíram praticamente toda a segunda parte do livro.

Conforme comentamos, o debate sobre as ciências humanas e especialmente sobre o estatuto epistemológico da História estava em estado de sonolência na

comunidade anglófona quando da publicação do artigo de 1942 (DRAY, 2000). Entretanto, logo depois do final da segunda guerra mundial, a situação se modificou drasticamente. De repente houve uma proliferação de artigos e livros sobre o tema, inclusive acompanhada da criação de uma revista acadêmica em 1960, *History and Theory*, especialmente criada para acomodar e monitorar essa discussão florescente.

O motivo fundamental dessa grande guinada, explica Dray, foi, sem dúvida, o artigo de Carl Hempel e sua recepção, especialmente depois de sua inclusão na conhecida e adotada antologia organizada por Feigl e Sellars em 1949, e naquela organizada por Patrick Gardiner dez anos depois. Dray avalia “The functions of general laws in history” como um texto breve sobre um único problema, escrito por um filósofo que, embora com uma formidável presença na filosofia das ciências físicas, pareceu nutrir pouco interesse, naquele momento ou posteriormente, pela História enquanto tal. Contudo alcançou o notável resultado de atrair e manter a atenção de um formidável grupo de filósofos e de seus estudantes por mais de uma geração.

Podemos constatar, através do que vimos dizendo até aqui, e também de acordo com vários teóricos (BELL, 1994; MARTIN, 1981; TUCKER, 1997,2001), que existe um programa de pesquisa inaugurado por Carl Hempel a partir do seu artigo de 1942 para a filosofia analítica da história com as seguintes características:

i. Física e ciências duras como cânone de perfeição ideal de todas as ciências: “scientific analogies for historical knowledge” (LITTLE, 2016; von Wright, 1971). Isso em oposição a uma tradição que pretende analisar as ciências humanas nos seus próprios termos e padrões de raciocínios. Tal tentativa fica clara na forma como esta aproximação epistemológica encara a questão da singularidade dos eventos humanos e o método da empatia comumente assumido pelas ciências dos assuntos humanos. Essas duas características principais comumente em defesa da especificidade da História são negadas de forma mais ou menos dura e decisiva (sem aprofundamento próprio) pelos hempelianos por não corresponderem aos critérios de empiricidade e objetividade das ciências naturais, em especial ao cânone da física. Tal postura é adequadamente capturada na classificação dos teóricos das ciências humanas sugerida por Alberto Cupani, que se refere à “tradição interpretativa” e à “tradição naturalista” (2009, p.157-169). A questão inspiradora do paradigma hempeliano é melhor expressa pela pergunta “em que medida as ciências humanas podem se utilizar dos conceitos e métodos das ciências naturais?” do que por esta outra: “em que medida podemos ter conhecimento dos assuntos humanos nas ciências humanas?”.

ii. Reconstrução a priori dos métodos da História sem a devida análise de casos atuais da pesquisa histórica. Não é por menos que se costuma dizer também, segundo Tucker (2001), que o núcleo do programa de pesquisa do modelo de lei de cobertura da explicação era a priori acerca da lógica da explicação. Refletindo sobre a limitação dessa abordagem esse autor conclui que (2001, p.48):

Portanto, seus partidários não poderiam ser demovidos pelos resultados de um rigoroso estudo da historiografia ou qualquer outro resultado empírico. A partir de sua perspectiva, se os historiadores não seguem essa lógica, significa que eles, ao contrário do modelo de lei de cobertura, estavam errados, produzindo meros ‘esboços de explicação’ como Hempel declarou. A irrelevância da historiografia para o núcleo desse programa de pesquisa foi demonstrada pela sua persistência a despeito de contínua evidência historiográfica em contrário. Seu eventual colapso resultou da descoberta de suas falhas no nível lógico, ao invés de nas suas margens historiográficas.

iii. Problemas e questões fundamentais do paradigma. Os temas e objetivos mais imediatos dessa pauta se circunscrevem “[...] concentrando-se em leis históricas, causalidade e explicação [...]” (TUCKER, 1997, p.104).

iv. Objetivos. “[...] Tenta fundar epistemologicamente a explicação histórica, a objetividade e a causação como funções universais da lógica” (JENSEN, 2015) “e avançar nos objetivos de verificabilidade e suscetibilidade de generalização no conhecimento histórico” (LITTLE, 2016); “Este debate focado nas análises positivistas de várias formas de explicação histórica e relatos positivistas daquilo que seria necessário para justificar a explicação dessas formas (MARTIN, 1981, p.112).

Tucker (2001, 1997), Danto (1995), Ankersmith (1986) e Ricoeur (1984) concordam que, no período que vai do artigo de Hempel de 1942, especialmente depois do fim da guerra, até o lançamento do livro de Hayden White de 1973, *Metahistória*, a filosofia analítica da História esteve atrelada ao debate do modelo das leis de cobertura de Hempel como um de seus principais programas de pesquisa. Esses autores também são unânimes em afirmar que esse programa morreu por causa dos desenvolvimentos paralelos na área da filosofia da ciência, levados a cabo principalmente por Quine, Kuhn, Searle, Davidson e Rorty.

Tucker, entretanto, ao contrário de Danto e Ankersmit, discorda da conclusão de que o programa da filosofia analítica da História se identifique totalmente com esse programa neopositivista, portanto morrendo junto com ele. Nesse sentido outro filósofo como von Wright (1971) converge com Tucker quando declara que sendo o positivismo da década de 1930 e 1940 o manancial de Hempel, uma das raízes fundamentais para a

formação da corrente contemporânea mais ampla da Filosofia Analítica, de modo algum tenha sido a única.

Independentemente dessa conclusão de Danto e Ankersmit ser ou não exagerada e falsa, como pretende mostrar Tucker, pelo menos sua afirmação, feita por dois principais comentadores nos dá uma visão muito clara do papel central que o programa neopositivista hempeliano reconhecidamente cumpriu na especificidade da pauta da filosofia analítica da História desse período. É surpreendente, inclusive, que essa conclusão tenha sido adiantada por Arthur Danto, um dos grandes defensores do modelo hempeliano na década de 1960, 1970 e primeira metade de 1980 (TUCKER, 2001).

Richard Vann (1995) em um artigo sobre a história da filosofia analítica da História, nos dá uma excelente descrição dos anos da mudança de paradigma, entre 1960 e 1975. Segundo esse autor, a crise e a decadência do positivismo e do seu programa de pesquisa em filosofia da História - concentrado sobre leis históricas, causalidade e explicação - propiciaram o advento de uma filosofia da História mais orientada para a narrativa, de caráter predominantemente construcionista. A prática historiográfica constituiu o principal contra-exemplo para modelo positivista unificado do conhecimento científico. Uma vez tendo a historiografia falsificado o modelo positivista, os epistemólogos perderam o interesse pela filosofia da História.

O vácuo filosófico, declara Vann, explicaria o pendor pela teoria literária. A revista *History and Theory*, de início concebida com o objetivo de monitorar e favorecer o debate do modelo de cobertura, recebeu essa mudança de maneira relutante. Segundo esse autor, a mudança de paradigma na filosofia da História, liderada por Roland Barthes, Hayden White e Louis Mink, teve lugar em revistas de crítica literária e só gradualmente foi assimilada pela *History and Theory*, que posteriormente acabou se tornando um bastião do narrativismo.

REFERÊNCIAS

- ADDIS, L. Gustav Bergmann. **College of Liberal Arts and Sciences. The University of Iowa**, 1999. Disponível em: <<https://clas.uiowa.edu/philosophy/resources/gustav-bergmann>>. Acesso em: 06 jan. 2017.
- ALAN, R.; RYAN, A. **The philosophy of social explanation**. Oxford: Oxford University Press, 1982.
- ALBIERI, S. Causas e leis nas ciências do homem. **Kriterion: Revista de Filosofia**, v. 52, n. 124, p. 331-342, 2011.
- AMERIKS, K. **The Cambridge companion to German idealism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- ANDERS, W.; WEDBERG, A. **History of philosophy from Bolzano to Wittgenstein**. Oxford: Oxford Clarendon Press, 1986.
- ANDERSON, R. L. The debate over the *geisteswissenschaften* in germany philosophy. In: BALDWIN, T. **The Cambridge history of philosophy, 1870-1945**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- ANKERSMIT, F. R. The dilemma of contemporary Anglo-Saxon philosophy of history. **History and Theory**, v. 25, n. 4, p. 1-27, 1986.
- ARÓSTEGUI, J. **La investigación histórica teoría y método**. Barcelona: Barcelona Crítica, 2001.
- _____. **A pesquisa histórica teoria e método**. Bauru: Bauru EDUSC, 2006.
- ASH, M.; SÖLLNER, A. (Eds.) **Forced migration and scientific change emigre German-speaking scientists and scholars after 1933**. Washington: Cambridge University Press, 1996.
- ATKINSON, R. F. **Knowledge and explanation in history an introduction to the philosophy of history**. Ithaca: Cornell University Press, 1978.
- AYER, A. **Logical positivism**. New York: Free Press, 1959.
- BALDWIN, T. **The Cambridge history of philosophy, 1870-1945**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- BEANEY, M. **The Oxford handbook of the history of analytic philosophy**. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- BEISER, F. C. **After Hegel: German Philosophy, 1840-1900**. Princeton: Princeton University Press, 2014.
- BENTLEY, M. **Companion to historiography**. New York: Routledge, 1997.

BERLIN, I. **Three Critics of the Enlightenment**. Princeton: Princeton University Press, 2000.

BETZ, H. Elites and class structure. In: KOLINSKY, E.; WILL, W. (Ed.). **Modern German culture**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

BEVIR, M. The logic of the history of ideas. **Rethinking History**, v. 4, n. 3, p. 295-300, 2000.

BLUMBERG, A. E.; FEIGL, H. Logical positivism. **The Journal of Philosophy**, v. 28, n. 11, p. 281-296, 1931.

BONNELL, A. **The People's Stage in Imperial Germany: Social Democracy and Culture 1890-1914**. London: Tauris Academic Studies, 2005.

BRUFORD, W. H. **Culture and society in classical Weimar, 1775-1806**. London: Cambridge University Press, 1975a.

_____. **The German tradition of self-cultivation bildung from Humboldt to Thomas Mann**. London: Cambridge University Press, 1975b.

COFFA, J. A. Hempel's ambiguity. **Synthese**, v. 28, n. 2, p. 141-163, 1974.

_____. **The semantic tradition from Kant to Carnap: To the Vienna station**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

DANTO, A. C. **Narration and knowledge including the integral text of Analytical philosophy of history**. New York: Columbia University Press, 1985.

DEININGER, W. T. Some Reflections on Epistemology and Historical Inquiry. **The Journal of Philosophy**, v. 53, n. 14, p. 429-442, 1956.

DEWITT, Cécile; RICKLES, Dean (Eds.) **The Role of Gravitation in Physics**. Berlin: Max Planck Institute for the History of Science, 2010. Disponível em: <http://www.edition-open-sources.org/sources/5/toc.html>. Acesso em: 20 dez. 2017.

Dicionário Pons. “Aufbau”. Disponível em: https://de.pons.com/%C3%BCbersetzung?q=Aufbau&l=deen&in=ac_de&lf=de. Acessado em: 20 jan. 2018.

Díez, J.; Lorenzano P. (Ed.). **Desarrollos actuales de la metateoría estructuralista. Problemas y discusiones**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2002.

DONAGAN, A. The verification of historical theses. **The Philosophical Quarterly**, v. 6, n. 24, p. 193-208, 1956.

_____. Explanation in history. **Mind**, v. 66, n. 262, p. 145-164, 1957.

DRAY, W. Explanatory narrative in history. **The Philosophical Quarterly**, v. 4, n. 14,

p. 15-27, 1954.

_____. The historical explanation of actions reconsidered. In: DRAY, W. (Ed.) **Philosophical Analysis and History**. New York: Greenwood, 1966.

_____. Causal judgment in attributive and explanatory contexts. **Law and Contemporary Problems**, v. 49, n. 3, p. 13-22, 1986.

_____. **Laws and explanation in history**. London: Oxford University Press, 1957.

_____. **Philosophical analysis and history**. New York: Harper & Row, 1966.

_____. **Filosofia da história**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

_____. **On history and philosophers of history**. Leiden: Brill, 1989.

DUPEUX, L. **História cultural da Alemanha 1919-1960**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

EBERHARD, K.; KOLB, E. **The Weimar Republic**. New York: Routledge New York, 2009.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1994.

ELEY, G. Bismarckian germany. In: MARTEL, G. **Modern germany reconsidered: 1870- 1945**. New York: Routledge, 1993.

FEIGL, H.; SELLARS, W. **Readings in philosophical analysis**. Ridgeview Publishing Company, 1949.

FETZER, J. H. **Science, explanation, and rationality: aspects of the philosophy of Carl G. Hempel**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

GALLIE, W. B. Explanations in history and the genetic sciences. **Mind**, v. 64, n. 254, p. 160-180, 1955.

GARDINER, P. L. **Theories of History**. Boston: Free Press, 1959.

GARDINER, P. **Teorias da história**. Lisboa: Lisboa Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

GAY, P. **Weimar Culture The outsider as insider**. New York: Harper & Row, 1968.

_____. **A Cultura de Weimar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GIERE, R.; RICHARDSON, A. **Origins of logical empiricism**. Minneapolis: University of Minnesota Press London, 1996.

GIERE, R. From *wissenschaftliche philosophie* to philosophy of Science. In: GIERE, R.; RICHARDSON, A. **Origins of logical empiricism**. Minneapolis: University of Minnesota Press London, 1996.

GLYMOUR, C. "Hans Reichenbach", **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2016. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/win2016/entries/reichenbach/>. Acesso em: 24 out. 2017.

GOH, S. Some Observations on the Deductive-Nomological Theory. **Mind**, v. 79, n. 315, p. 408-414, 1970.

GORDON, S. **The history and philosophy of social science**. London: Routledge, 1995.

GOTTSCHALK, L. (Ed.) **Generalization in the writing of history: a report of the committee on historical analysis of science research council**. Chicago: The University of Chicago Press, 1963.

GRAVOULO, K. "Fritz London". Disponível em: <https://phy.duke.edu/about/history/historical-faculty/fritz-london>. Acessado em: 26 nov. 2017.

HAGGBLOM, S. J. et al. The 100 most eminent psychologists of the 20th century. **Review of General Psychology**, v. 6, n. 2, p. 139-152, 2002.

HAMMER, C. Explication, explanation, and history. **History and Theory**, v. 47, n. 2, p. 183-199, 2008.

HEILBRON, Johan. Social thought and natural Science. In: PORTER, Theodore, M.; ROSS, Dorothy. **The Cambridge History of Science, Vol. 7: The Modern Social Science**. Cambridge: Cambridge University Press 2008.

HEILDEBERGER, M.; STADLER, F. (Eds.). **History of philosophy of science new trends and perspectives**. Dordrecht: Kluwer Academic Boston, 2002.

HEMPEL, C. G. The function of general laws in history. **The Journal of Philosophy**, v. 39, n. 2, p. 35-48, 1942.

_____. **The philosophy of Carl G. Hempel: studies in science, explanation, and rationality**. Oxford University Press, 2001.

_____. et al. **Scientific Philosophy: Origins and Developments**. 1993.

HEMPEL, C. G.; OPPENHEIM, P. Studies in the Logic of Explanation. **Philosophy of science**, v. 15, n. 2, p. 135-175, 1948.

HEMPEL, C. G. **Aspects of scientific explanation and other essays in the philosophy of science**. New York: New York Free Press, 1970.

_____. **Selected philosophical essays.** Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

_____. **The philosophy of Carl G. Hempel studies in science, explanation, and rationality.** Oxford: Oxford University Press, 2001.

HOLTON, G. **Science and anti-science.** Cambridge: Harvard University Press, 1997.

HOOK, S. (Ed.) **Philosophy and history a symposium.** New York: New York University Press, 1963.

HOWARD, D. Two left turns make a right: On the curious political career of North American philosophy of science at midcentury. **Logical Empiricism in North America**, p. 25-93, 2003.

HÜBSCHER, B. **Werner Jaeger e o 'Terceiro Humanismo': o ideal político antigo na Alemanha, 1919-1936.** 2017. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

HUGHES, H. S. **Consciousness and Society: the reorientation of european social thought.** London: Macgibbon, 1959.

HUGHES-WARRINGTON, M. **50 grandes pensadores da história.** São Paulo: Contexto, 2002.

HUME, David. **A treatise of human nature.** Oxford: Oxford University Press, 2014.

IGGERS, G. **New directions in European historiography.** London: Methuen, 1985.

_____. **Historiography in the twentieth century from scientific objectivity to the postmodern challenge.** Middletown: Wesleyan University Press, 2005.

_____. **The German Conception of History: The National Tradition of Historical Thought from Herder to the Present.** Middletown: Wesleyan University Press, 2012.

Instituto Oswaldo Cruz. Max Hartmann. Disponível em: <
<http://www.fiocruz.br/ioc/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=245&sid=77>>. Acessado em 20 out. 2017.

JEFFREY, R. A brief guide to the work of Carl Gustav Hempel. **Erkenntnis**, v. 42, n. 1, p. 3-7, 1995.

JEFFREY, R.; BENACERRAF, P. **Carl Gustav Hempel.** Obituary: 8 January November 1997.

JENSEN, A. "Philosophy of History". Internet Encyclopedia of Philosophy. Disponível em: <http://www.iep.utm.edu/history/>. Acessado em: 30 agost. 2015.

JONES, L. Culture and politics in the weimar republic. In: MARTEL, G. **Modern germany reconsidered: 1870- 1945.** New York: Routledge, 1993.

JOYNT, C. B.; RESCHER, N. On explanation in history. **Mind**, v. 68, n. 271, p. 383-388, 1959.

KOLINSKY, E.; WILL, W. (Ed.). **The cambridge companion to modern German culture**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

LANGLOIS, C. V. **Introdução aos estudos históricos**. São Paulo: Renascença, 1946.

LEVIN, D. Historical Explanation: Re-Enactment and Practical Inference. **The Philosophical Review**, v. 93, n. 1, p. 118-120, 1984.

LITTLE, Daniel. "Philosophy of history". Stanford Encyclopedia of Philosophy. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/entries/history/>> Acessado em: 20 agost. 2016.

LLOYD, C. **Explanation in social history**. Oxford: Blackwell, 1986.

LORENZANO, P. La filosofía de la ciencia y el lenguaje: relaciones cambiantes, alcances y límites. **Arbor**, v. 187, n. 747, p. 69-80, 2011.

MANDELBAUM, M. Causal analysis in history. **Journal of the History of Ideas**, p. 30-50, 1942.

_____. Historical Explanation: The Problem of Covering Laws'. **History and Theory**, v. 1, n. 3, p. 229-242, 1961.

_____. **The problem of historical knowledge an answer to relativism**. New York: Liveright, 1938.

_____. **The anatomy of historical knowledge**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1977.

MANNINEN, J.; TUOMELA, R. (Eds.) **Essays on explanation and understanding**. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1976.

MARTEL, G. **Modern germany reconsidered: 1870- 1945**. New York: Routledge, 1993.

MARTIN, R. Beyond positivism: A research program for philosophy of history. **Philosophy of Science**, v. 48, n. 1, p. 112-121, 1981.

MARWICK, A. **The nature of history**. London: London Macmillan, 1989.

MAZA, S. (Ed.). **A companion to Western historical thought**. Malden: Blackwell Publishers, 2008.

MCMULLIN, E. History and Philosophy of Science: A Marriage of Convenience?. **PSA: Proceedings of the Biennial Meeting of the Philosophy of Science Association**,

1974, p.585-601.

MEYERHOFF, H. **Phylosophy of history in our time**. Garden City: Anchor Books, 1959.

MILKOV, N. The Berlin Group and the Vienna Circle: affinities and divergences. In: MILKOV, N.; PECKHAUS, V. (Ed.). **The Berlin Group and the Philosophy of Logical Empiricism**. New York: Springer, 2013.

MILKOV, N.; PECKHAUS, V. (Ed.). **The Berlin Group and the Philosophy of Logical Empiricism**. New York: Springer, 2013.

MILKOV, N. On Walter Dubislav. **History and Philosophy of Logic**, v.36, n. 2, 147-161, 2015.

MILL, J. S.; ROBSON, J. M. **Indexes to the Collected Works of John Stuart Mill**. Toronto: University of Toronto Press, 1991.

MILLER, R. W. **Fact and method explanation, confirmation and reality in the natural and the social sciences**. Princeton: Princeton University Press, 1987.

MINK, L. O. The autonomy of historical understanding. **History and theory**, v. 5, n. 1, p. 24-47, 1966.

MISAK, C. (Ed.) **The Oxford handbook of American philosophy**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

MORA, Ferrater; **Dicionário de Filosofia**, São Paulo: Edições Loyola, 2000.

MURPHEY, M. G. **Our knowledge of the historical past**. New York: The Bobbs-Merill Co. Inc., 1973.

NAGEL, E. Determinism in history. **Philosophy and phenomenological research**, v. 20, n. 3, p. 291-317, 1960.

NEURATH, O. **Empiricism and sociology**. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1973.

NILSON, S. S. Mechanics and historical laws. **The Journal of Philosophy**, v. 48, n. 7, p. 201-211, 1951.

NOIRIEL, G. **Sur la crise de l'histoire**. Paris: Belin, 1996.

NOVICK, P. **That noble dream the objectivity question and the american historical profession**. Cambridge: Cambridge University, 1992.

O'CONNOR, J.; ROBERTSON, E. Philipp Frank. School of Mathematics and Statistics: University of St Andrews, Scotland. Disponível em: < <http://www->

groups.dcs.st-and.ac.uk/~history/Biographies/Frank.html>. Acessado em: 30 set. 2017.

O'CONNOR, J.; ROBERTSON, E. Karl Menger. School of Mathematics and Statistics: University of St Andrews, Scotland. Disponível em: < <http://www-groups.dcs.st-and.ac.uk/~history/Biographies/Frank.html>>. Acessado em: 30 set. 2017.

OLIVEIRA, M. B. Sobre o significado político do positivismo lógico. **Cadernos de História e Filosofia da Educação II**, v. 4, p. 43-53, 1998.

PECKHAUS, V. **The Third Man: Kurt Grelling and the Berlin Group**. In: MILKOV,

PARRINI, P.; SALMON, W.; SALMON, M. **Logical empiricism: historical & contemporary perspectives**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2003.

PINKARD, T. **German philosophy 1760-1860 the legacy of idealism**. New York: Cambridge University Press, 2008.

PITT, J. (Ed.). **Theories of explanation**. New York: Oxford University Press, 1988.

PITT, J. Generalizations in historical explanation. **The Journal of Philosophy**, v. 56, n. 13, p. 578-586, 1959.

PORTER, Theodore, M.; ROSS, Dorothy. **The Cambridge History of Science, Vol. 7: The Modern Social Science**. Cambridge: Cambridge University Press 2008.

PORTER, Theodore, M.; ROSS, Dorothy. Introduction: writing the history of social Science. In: PORTER, Theodore, M.; ROSS, Dorothy. **The Cambridge History of Science, Vol. 7: The Modern Social Science**. Cambridge: Cambridge University Press 2008.

PORTER, Theodore. Genres and objects of social inquiry, from the enlightenment to 1890. In: PORTER, Theodore, M.; ROSS, Dorothy. **The Cambridge History of Science, Vol. 7: The Modern Social Science**. Cambridge: Cambridge University Press 2008.

RECK, E. H. Hempel, Carnap, and the Covering Law Model. In: MILKOV, N.; PECKHAUS, V. (Ed.). **The Berlin Group and the Philosophy of Logical Empiricism**. Springer, 2013. p.311-324.

REICHENBACH, H. **The rise of scientific philosophy**. Berkeley: University of California Press, 1951.

_____. **The rise of scientific philosophy**. Berkeley and Los Angeles: Berkeley and Los Angeles Univ. of California Press, 1968.

_____. **La filosofia científica**. México: México Fondo de Cultura Económica, 1975.

_____. Logistic empiricism in Germany and the present state of its problems. **The Journal of Philosophy**, v. 33, n. 6, p. 141-160, =1936.

_____. Experience and prediction: An analysis of the foundations and the structure of

knowledge. 1938.

REICHENBACH, M. (Ed.). Hans Reichenbach: **Selected Writings 1909–1953, Vol. 1.** Dordrecht: D Reidel Publishing Company, 1978.

REILL, P. H. **The german enlightenment and the rise of historicism.** Berkeley: University of California Press, 1975.

RESCHER, N. The Berlin school of logical empiricism and its legacy. **Erkenntnis**, v. 64, n. 3, p. 281-304, 2006.

REZENDE, C. D. B. **História econômica geral.** São Paulo: Editora Contexto, 2008.

RICHARDSON, A.; UEBEL, T. (Ed.). **The Cambridge Companion to Logical Empiricism.** Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

RICHARDSON, A.; UEBEL, T. Introduction. In: RICHARDSON, A.; UEBEL, T. (Ed.). **The Cambridge Companion to Logical Empiricism.** Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa.** Campinas: Papirus, 1994.

RINGER, F. K. **O declínio dos mandarins alemães a comunidade acadêmica alemã, 1890-1933.** São Paulo: Edusp, 2000.

_____. **A metodologia de Max Weber unificação das ciências culturais e sociais.** São Paulo: Edusp, 2004.

ROBERTS, C. **Logic of Historical Explanation.** Pennsylvania: Penn State Press, 2010.

ROCHA, F. **Teorias sobre a história.** Braga: Faculdade de Filosofia, 1982.

ROTH, P. The Full Hempel. **History and Theory**, v. 38, n. 2, p. 249-263, 1999.

_____. Ways of pastmaking. **History of the Human Sciences**, v. 15, n. 4, p. 125-143, 2002.

_____. Varieties and vagaries of historical explanation. **Journal of the Philosophy of History**, v. 2, n. 2, p. 214-226, 2008.

RUSSELL, B. The philosophy of logical atomism. **The Monist**, v. 29, n. 3, p. 345-380, 1919.

SALMON, W. C. The spirit of logical empiricism: Carl G. Hempel's role in twentieth-century philosophy of science. **Philosophy of Science**, v. 66, n. 3, p. 333-350, 1999.

SALMON, W. C. **Causality and explanation.** New York: Oxford University Press, 1998.

SARKAR, S. **Science and Philosophy in Twentieth Century.** New York: Garland,

1996. Vol. 1: The emergence of logical empiricism from 1900 to the Vienna Circle.
- SARKAR, S. **Science and Philosophy in Twentieth Century**. New York: Garland, 1996. Vol. 2: Logical empiricism at its peak Schlick, Carnap, and Neurath.
- SARKAR, S. **Science and Philosophy in Twentieth Century**. New York: Garland, 1996. Vol. 6: The legacy of the Vienna circle modern reappraisals.
- SCHUSTER, F. G. **Explicación y predicción: la validez del conocimiento en ciencias sociales**. Buenos Aires: CLACSO, 1982.
- SCRIVEN, M. Causation as explanation. **Nous**, p. 3-16, 1975.
- STADLER, F. **The Vienna Circle: studies in the origin, development and influence of logical empiricism**. New York: Springer Publishing, 2015.
- STADLER, F. **The Vienna circle studies in the origins, development, and influence of logical empiricism**. Wien: Springer, 2001.
- STANFORD, M. **A companion to the study of history**. Oxford: Blackwell, 1995.
- STOVER, R. C. Dray on Historical Explanation. **Mind**, p. 540-543, 1961.
- STRONG, E. Criteria of Explanation in History. **The Journal of Philosophy**, v. 49, n. 3, p. 57-67, 1952.
- STRYDOM, P. Philosophies of the social sciences. **Historical Developments and Theoretical Approaches in Sociology**, v. 1, p. 95, 2010.
- SWEET, W. **The philosophy of history a re-examination**. Aldershot: Aldershot Ashgate, 2004.
- TAPP, E. Some aspects of causation in history. **The Journal of Philosophy**, v. 49, n. 3, p. 67-79, 1952.
- TEIXEIRA, J. D. F. **Modelos de explicação histórica**. 1982. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- TIMMS, E.; HUGHES, J. **Intellectual migration and cultural transformation: refugees from national socialism in the English-speaking world**. Wien: Springer, 2003.
- TIPTON, F. The economic dimension in german history. In MARTEL, G. **Modern germany reconsidered: 1870- 1945**. New York: Routledge, 1993.
- TOZZI, V. El debate sobre el tipo de explicación en la disciplina histórica en la filosofía analítica de la historia. In: BRAUER, D. **La historia desde la teoría. Una guía de campo por el pensamiento filosófico acerca del sentido de la historia y del conocimiento del pasado**, Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009.

TUCKER, A. The future of the philosophy of historiography. **History and Theory**, v. 40, n. 1, p. 37-56, 2001.

_____. **Our knowledge of the past: A philosophy of historiography**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

_____. **A Companion to the Philosophy of History and Historiography**. Malden: John Wiley & Sons, 2011.

_____. On the 'strudel and apples' theory of historiography: A reply to Chris Lorenz. **Historia**, v. 14, n. 1, p. 88-92, 2014.

TURNER, S. P. **Max Weber the Lawyer as Social Thinker**. London New York: London Routledge New York, 1994.

TURNER, S. **The Cambridge companion to Weber**. New York: Cambridge University Press, 2000.

TURNER, S. P.; ROTH, P. A. **The Blackwell guide to the philosophy of the social sciences**. Malden: John Wiley & Sons, 2008.

Von WRIGHT, G. H. **Explanation and understanding**. London: Routledge and K. Paul, 1971.

WAGNER, P. (Ed.). **Carnap's ideal of explication and naturalism**. New York: Springer, 2016.

WAIBL, Elmar; HERDINA, Philip. **German Dictionary of Philosophical Terms**. Vol.1. Routledge, London, 1997.

WATKINS, J. W. Historical explanation in the social sciences. **The British Journal for the Philosophy of Science**, v. 8, n. 30, p. 104-117, 1957.

WEINGARTNER, R. H. The quarrel about historical explanation. **The Journal of Philosophy**, v. 58, n. 2, p. 29-45, 1961.

WHITE, M. G. Historical explanation. **Mind**, v. 52, n. 207, p. 212-229, 1943.

WINDELBAND, W. Rectorial Address, Strasbourg, 1894. **History and theory**, v. 19, n. 2, p. 169-185, 1980.

WOLTERS, G. The Completion of Logical Empiricism: Hempel's Pragmatic Turn. 2004. Disponível em: <http://www.uni-konstanz.de/philosophie/files/hempel-2014-m_nchen.pdf>. Acessado em: 20 jun. 2017.

ZAMMITO, J. Discipline, Philosophy, and History. **History and Theory**, v. 49, n. 2, p. 289-303, 2010.

ZILSEL, E. Physics and the problem of historico-sociological laws. **Philosophy of**

Science, v. 8, n. 4, p. 567-579, 1941.